



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM STRICTO SENSU  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**CESAR CAPITANIO**

**MARCELINO CHIARELLO: REFLEXÕES DE UMA TRAJETÓRIA DE  
VIDA E SIGNIFICADOS DE UMA MORTE TRÁGICA**

**CHAPECÓ, 2018**

**CESAR CAPITANIO**

**MARCELINO CHIARELLO: REFLEXÕES DE UMA TRAJETÓRIA DE  
VIDA E SIGNIFICADOS DE UMA MORTE TRÁGICA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação da Prof. Dr. Gentil Corazza e coorientação do Prof. Dr. José Carlos Radin.

CHAPECÓ, 2018

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

### PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

CAPITANIO, CESAR

Marcelino Chiarello: reflexões de uma trajetória de vida e significados de uma morte trágica/ CESAR

CAPITANIO. -- 2018.

122 f.

Orientador: GENTIL CORAZZA.

Co-orientador: JOSÉ CARLOS RADIN.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Mestrado em História - PPGH, Chapecó, SC, 2018.

1. Marcelino Chiarello. 2. Trajetória. 3. Vida. 4. Morte. I. CORAZZA, GENTIL, orient. II. RADIN, JOSÉ CARLOS, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CESAR CAPITANIO

MARCELINO CHIARELLO: REFLEXÕES DE UMA TRAJETÓRIA DE VIDA E  
SIGNIFICADOS DE UMA MORTE TRÁGICA

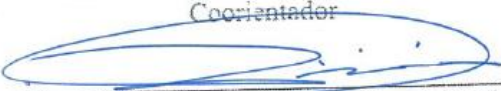
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em História,  
defendido em banca examinadora em 16/04/2018.

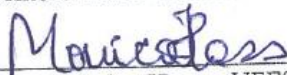
Aprovado em: 16/04/2018

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Dr. Geni Corazza – UFFS  
Presidente da banca/orientador

Prof. Dr. José Carlos Radin – UFFS  
Coorientador

  
Prof. Dr. Leonel Piovezana – Unochapecó  
Membro titular externo

  
Profa. Dra. Mônica Hass – UFFS  
Membro titular interno

Prof. Dr. Antônio Marcos Myskiw – UFFS  
Membro suplente

Chapecó-SC, abril de 2018.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, aos meus familiares, minha esposa Marineiva Macali, pelo companheirismo e parceria, meus pais, Ari e Rita, meus sogros Ilceu e Ana, minha irmã Saionara, cunhados(as) e sobrinhos(as), por compreender minha ausência, dedicada à escrita da pesquisa, mesmo nos finais de semana.

Aos colegas da 1ª turma do Mestrado em História da UFFS, pela riqueza dos debates, terreno propício ao amadurecimento acadêmico, bem como aos alunos especiais e da 2ª turma, especialmente a Paulo Gomes e Daniel Zen, pela colaboração no desenvolvimento da pesquisa.

Ao meu orientador Gentil Corazza, ao coorientador José Carlos Radin, pelo fortalecimento do trabalho acadêmico, pelas importantes contribuições sem as quais não seria possível chegar a este resultado.

Aos professores Mônica Hass, Leonel Piovezana, membros titulares da banca de avaliação e Antônio Marcos Myskyw, membro suplente, primeiro pela disposição em colaborar e posteriormente pela leitura cuidadosa, pelo fortalecimento do trabalho acadêmico.

Aos professores Delmir Valentini e Samira Peruchi Moretto, sucessivamente 1º e 2º coordenadores do PPGH da UFFS e a todos os docentes do programa, pela parceria acadêmica nas leituras e reflexões teóricas, as quais fortaleceram a pesquisa.

À UFFS por proporcionar o programa de mestrado de forma gratuita e de qualidade. Não se pode esquecer o contexto em que esta universidade surgiu, por meio da luta dos movimentos sociais em parceria com a expansão do ensino público superior, através de uma nova visão do MEC, de interiorização de universidades públicas, que levou a criação desta universidade em 2009, no governo do ex-presidente Lula.

Aos colegas de trabalho, tanto da Diretoria de Registro Acadêmico quanto da Diretoria de Organização Pedagógica, pela pactuação de atividades de trabalho e parceria nesta caminhada. Também, faço menção ao plano de educação formal PLEDUCA, cujas 12 horas semanais concedidas, dedicadas ao estudo, foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradecimentos as colegas Marisete Rodrigheri, do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFFS, pelas orientações referentes à Plataforma Brasil e a Josiane Heinrich, que trabalha na Secretaria do Mestrado, por todo o suporte e informações relativos ao PPGH.

Agradecimentos à equipe do CEOM/Unochapecó, pela dedicação no atendimento, e pela organização deste importante centro de pesquisa.

Por fim, à Ângela Vitória, Vanda Casagrande, Lizeu Mazzioni, Alcides Heerdt, Pedro Uczai, Daniel Giovanaz, Itamar Belebom, Mauro Postal, Edson Malacarne, Pedro Chiarello, Claudir Chiarello, Gilberto Benetti, Cléber Ceccon, Neiva Suzete Ferro Schneider, Elizabeth Timm Zefferin, Euclides da Silva, Neiva Nemerski da Silva, Jorge Moreno, Alana Capitano, Gean Carlos Roth, Ivone Fusinatto, Rozângela Dal Bosco, José Oto Konzen, Jorge Moreno, Cleberson Marcon, Romilton Bertollo. Todos tiveram sua parcela colaborativa para o desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

O objetivo da pesquisa foi analisar a trajetória de Marcelino Chiarello, o qual foi professor e vereador, no município de Chapecó-SC, e liderança comunitária e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte). Em 28 novembro de 2011, Chiarello foi encontrado enforcado em sua residência. O fato causou comoção social, visto que foi tratado inicialmente como homicídio, pelo laudo do legista do Instituto Médico Legal (IML), e pelas investigações da Polícia Civil. Posteriormente, as investigações policiais foram conduzidas para a tese de suicídio, por meio de um primeiro laudo do Instituto Geral de Perícias (IGP). Após o primeiro laudo, outros dois foram apresentados, sendo um atestando para suicídio, elaborado por equipe da Polícia Federal, e outro que apontou para a tese de homicídio, elaborado por equipe de Medicina Legal da USP. A formação política de Marcelino esteve alicerçada na relação com os movimentos sociais regionais, e teve na figura do Bispo Dom José Gomes e na Doutrina Social da Igreja Católica, uma forte influência. Os aspectos postos para o Caso Chiarello partem desta correlação entre ao processo de construção territorial do oeste catarinense, e de Chapecó em específico. Esse processo de construção territorial constitui-se de elementos políticos, culturais, econômicos e sociais que se acumulam, influenciam, e denotam embates por posição, por poder. Neste aspecto, o histórico político local é constituído por características do passado que se assentam no modelo mandonista/coronelista, com casos de violência política (como por exemplo, o linchamento de 1950). A morte de Marcelino pode caracterizar, dependendo do ângulo de observação ou da versão que se assume para o fato, semelhanças com a tradição política assentada neste modelo mandonista/coronelista, visto que Chiarello, durante seu mandato de vereador, denunciou ao Ministério Público alguns casos de corrupção contra agentes políticos locais. Nesta pesquisa, foram feitas 3 entrevistas pelo autor, além da análise de entrevistas concedidas aos meios de comunicação locais. Como fontes de pesquisa, a análise do acervo de Marcelino Chiarello no arquivo do CEOM, de materiais de acervo pessoal de Pedro Chiarello, uma quantidade significativa de matérias jornalísticas sobre o caso, além da análise do processo investigatório e dos laudos produzidos acerca da morte de Marcelino e a participação em eventos relacionados ao caso, como Seminários e o lançamento do Julgamento Popular do *Caso Chiarello*. Foi uma pesquisa qualitativa, cuja conceitual da narrativa passou por Walter Benjamin e a abordagem historiográfica utilizada foi a Micro-História, transitando pela História Social e História Política, fazendo uso do princípio metodológico de Carlo Ginzburg conhecido como paradigma indiciário. A significação de uma vida interrompida por uma morte trágica, pela repercussão posterior, pelas mobilizações intensas do Fórum em Defesa da Vida, por Justiça e Democracia e demais repercussões, apontam que a trajetória de Marcelino Chiarello constitui fato histórico, e sob o viés da Micro-história, a microanálise buscou trazer elementos de compreensão da História Regional, que contribuam para a historiografia.

Palavras-chave: Marcelino Chiarello. Trajetória. Vida. Morte.

## ABSTRACT

The objective of the research was to analyze the trajectory of Marcelino Chiarello who was a teacher and councilor, in Chapecó-SC, and community and Union of Workers in Education leadership of The State of Santa Catarina (Sinte). He was found hanged at his house on November 28, 2011. The incident caused social commotion, since it was considered homicide initially, according to the report of the lawyer who worked for Medical-Legal Institute (MLI), and by Civil Police investigations. Afterwards, police investigations were conducted for a suicide thesis, through the report of Medical-Legal Institute (MLI). After the first report, two others were presented, one being a certificate of suicide, prepared by Federal Police staff, and a second one that reported homicide thesis, prepared by the group of Legal Medicine at USP. The political formation of Marcelino was rooted in a relationship with the regional social movements, and it had a strong influence on the figure of Bishop Dom José Gomes, and on social doctrine of Catholic Church. Aspects presented to Chiarello Case start from this correlation between the process of territorial building of the west of Santa Catarina and of Chapecó in specific. There are political, cultural, economic and social elements whose accumulate, influence, denote clashes by position and power. In this respect, local political history has features of past that are based on bossism/coronelist model, with cases of political violence (e.g., lynching of 1950). Marcelino death can feature, depending on the angle of observation, or the version to the case, similarities to the political tradition based on bossism/coronelist, since when councilor, Marcelino denounced to the Public Ministry, some cases of corruption against local political actors. In this research, 3 were made interviews by the author, in addition to the analysis of interviews granted to local media. As sources of research, the analysis of the Marcelino Chiarello the CEOM, personal collection materials of Pedro Chiarello, a significant amount of journalistic materials about the case, in addition to the investigative process analysis and produced reports about the death of Marcelino and the participation in events related to the case as Seminars and the release of the Popular Judgement *Case Chiarello*. It was a qualitative research, whose conceptual narrative went through Walter Benjamin and the historiographical approach used was the Micro-history, passing by the Social History and Political History, making use of the methodological principle of Carlo Ginzburg known as indicting paradigm. The signification of a interrupted life by a tragic death, by the further impact, by the strong mobilizations of the Forum in Defense of Life, by justice and Democracy and other repercussions, pointed that Marcelino Chiarello's journey constitutes historical fact, and based on Micro-History, microanalysis sought to bring elements of comprehension of Regional History which contribute to historiography.

Keywords: Marcelino Chiarello. Trajectory. Life. Death.



## LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Manifestação contra o Bispo Dom Manoel Francisco.....	36
Foto 2 – Última aula de Marcelino.....	65
Foto 3 – Sangue em Marcelino Chiarello.....	89
Foto 4 - Sangue em Marcelino Chiarello.....	90
Foto 5 - Passeata do Fórum em Defesa da Vida.....	94
Foto 6 - Outdoors do Fórum em Defesa da Vida em Chapecó – abril de 2013.....	96
Foto 7 - Lançamento do Julgamento Popular do Caso Chiarello.....	101
Foto 8 - Anexo I – Panfleto elaborado pelo PT sobre o desvio de verbas.....	120

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. MARCELINO CHIARELLO: CENÁRIO DE INSERÇÃO .....</b>	<b>16</b>
2.1 OESTE CATARINENSE: CORONELISMO, ELITES CHAPECOENSES E PODER	16
2.2 DE DOM JOSÉ GOMES A MARCELINO CHIARELLO .....	32
2.3 A GESTÃO DE JOSÉ FRITSCH E A INSERÇÃO POLÍTICA DE MARCELINO ...	39
<b>3. MARCELINO CHIARELLO VEREADOR .....</b>	<b>43</b>
3.1 PRIMEIRO MANDATO: 2005/2008 .....	43
3.2 SEGUNDO MANDATO: 2009/2011 .....	48
<b>4. A MORTE TRÁGICA DO VEREADOR MARCELINO .....</b>	<b>63</b>
4.1 O 28 DE NOVEMBRO DE 2011 .....	63
4.2 COMPARANDO LAUDOS E SUAS CONTRADIÇÕES .....	88
4.3 MARCELINO PRESENTE: O FÓRUM EM DEFESA DA VIDA E DESDOBRAMENTOS.....	93
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>109</b>
<b>7. ANEXOS .....</b>	<b>120</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação consiste em analisar a vida de Marcelino Chiarello, vereador de Chapecó-SC, que teve sua trajetória interrompida no momento em que foi encontrado enforcado em sua residência, no dia 28 de novembro de 2011.

A pesquisa justifica-se pelo fato de que um vereador de um município de cerca de 200 mil habitantes, que tinha uma atuação parlamentar fundamentada no papel fiscalizador, foi encontrado enforcado em sua residência e sua morte é constituída de contradições, do ponto de vista investigatório e das narrativas acerca da materialidade causadora desta morte. Neste sentido, interroga-se em qual medida esta atuação parlamentar fiscalizadora de Marcelino tem relação com as causas de sua morte.

Quanto a materialidade da morte de Marcelino, o primeiro laudo foi o cadavérico, onde se indicou homicídio. As investigações policiais foram iniciadas na busca de culpados pelo assassinato de Marcelino. Dois laudos posteriores, um elaborado por médico vinculado ao IGP-SC e outro por equipe da Polícia Federal, indicaram para a tese de suicídio. Porém, uma parcela significativa da sociedade não considerou tal desfecho como explicação convincente para a materialidade da morte de Marcelino, não tratando o caso como encerrado<sup>1</sup> – tanto é, que ainda se mobiliza através de um julgamento popular. E um novo laudo, elaborado por equipe de Medicina Legal da USP, atestou para homicídio a causa da morte de Marcelino. A morte trágica de um vereador, professor, líder comunitário, pai e esposo, faz da projeção da sua memória, um fato histórico. Sua morte foi documentada em várias publicações, sendo uma delas sob aspectos teológicos, inserindo Chiarello no plano dos mártires do povo<sup>2</sup>, muito embora, no plano de produções em nível de Pós-Graduação, esta Dissertação é a primeira produção sobre Marcelino Chiarello.

Como objetivo principal, analisou-se a trajetória de Marcelino Chiarello, buscando elementos que desde a compreensão histórico-política de Chapecó, a formação política e teológica de Marcelino, seus mandatos de vereador, até a sua morte trágica e desdobramentos, incluindo as contradições do processo investigatório. Nessa perspectiva, como objetivos específicos, buscou-se: i) desenvolver uma comparação sociológica entre a morte de Marcelino e o linchamento de 1950<sup>3</sup>, visando entender como contextos temporais diferentes podem aproximar aspectos políticos de

---

<sup>1</sup>UCZAI, Pedro. **Marcelino Chiarello**: em nome da verdade. Chapecó: Open Brasil Graf, 2015. p.51 e GIOVANAZ, Daniel. **Quem matou Marcelino?** Florianópolis: Ed. Do Autor (Maruim Edições), 2016.

<sup>2</sup>BELEBOM, Itamar. **Marcelino Chiarello**: um mártir da justiça do Reino. Uma reflexão político-pastoral-espiritual. Trabalho de Conclusão de Curso. Passo Fundo: ITEPA Faculdades, 2017.

<sup>3</sup>HASS, Monica. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Argos, 2003.

hegemonia de poder; ii) Relacionar a influência do Bispo Dom José Gomes na formação política e social de Marcelino, na busca por compreender de que forma esta influência refletiu na atuação do vereador Chiarello no período de janeiro de 2005 até 28 de novembro de 2011 e seus desdobramentos. iii) Analisar as versões e contradições acerca da morte de Marcelino Chiarello em 28 de novembro de 2011, e as mobilizações populares que foram realizadas resultantes das versões divulgadas sobre a morte e seus desdobramentos, o *Caso Chiarello*<sup>4</sup>.

Esta pesquisa inseriu-se no campo da Micro-história, ao tratar de acontecimentos e uma trajetória singular, inserindo-os na historiografia sob aspectos mais amplos. Conforme Giovanni Levi<sup>5</sup>, “a escala tem como um objeto de análise que serve para medir as dimensões no campo dos relacionamentos.” A Micro-história tem sua origem na relação com a história social italiana, ganhando destaque na década de 1970. Além de Giovanni Levi, pesquisadores como Edoardo Grendi, Carlo Poni, Carlo Ginzburg<sup>6</sup>, dentre outros, surgiram naquele contexto de pesquisa na Itália. Micro-história não significa descontextualizar a pesquisa histórica ou narrar fatos banais, mas conforme Lima explica<sup>7</sup>:

nada é tão distante da micro-história quanto esse impulso de fazer dela um álibi intelectual para se contar histórias banais. Sua proposta sempre foi a de considerar a realidade histórica de um modo mais rico e complexo, olhando com intensidade analítica aspectos dessa realidade em escala reduzida e, com isso, sua ambição era a de fazer novas perguntas e encontrar respostas que permitissem qualificar a nossa compreensão geral dos processos que são o cerne de toda investigação do passado, uma ambição que certamente continuará a justificar a atenção que vem suscitando naqueles interessados em testar e ampliar continuamente os limites do saber histórico.

A intensidade analítica proposta por Lima (2012) aplica-se ao *Caso Chiarello*, na qual a narrativa histórica foi incrementada considerando a realidade histórica vista por novos ângulos, com maior riqueza de informações. Por este viés, fazer e responder novas perguntas ultrapassa a própria pesquisa acadêmica, já que uma série de questionamentos ao caso estão postos na sociedade chapecoense e regional.

---

<sup>4</sup>Para fins de escrita, usaremos tal conceito, que também é usado por órgãos de imprensa regional, ao se referir à morte do vereador e todo o seu desdobramento, o qual inclui as contradições dos laudos e as mobilizações populares.

<sup>5</sup> LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p.136.

<sup>6</sup>O livro *O queijo e os vermes*, de Carlo Ginzburg, que analisa a trajetória do moleiro Menocchio, perseguido pela Inquisição no século XVI, através de um caso singular, permite desdobrar o entendimento sobre aspectos culturais e sociais de todo um contexto, é um exemplo brilhante de pesquisa no âmbito da Micro-história.

<sup>7</sup>LIMA, Henrique Espada. Micro-história (p.p. 214-230). In: In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.222.

Além de Lima (2012), as contribuições de Ginzburg<sup>8</sup> acerca do *paradigma indiciário* foram utilizadas como base teórica para os elementos do método da pesquisa. Ginzburg, ao aproximar o crítico de arte Giovanni Morelli, Sherlock Holmes (personagem do autor Arthur Conan Doyle) e o psicanalista Sigmund Freud, aponta para a semiótica médica “pistas: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)”<sup>9</sup> que remetem “a proposta de um método interpretativo centrado nos resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”<sup>10</sup>.

O conjunto de princípios e procedimentos que Ginzburg define como *paradigma indiciário*, as pistas, os indícios e os sintomas, quando trazidos para a pesquisa histórica e para esta dissertação, considerou-se a valorização do pluralismo das fontes. Além disso, fazem parte deste conjunto os detalhes que o pesquisador por meio da análise está atento, como aquilo que está encoberto, escondido ou desconhecido à narrativa histórica.

“Quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem lê partilha dessa companhia”<sup>11</sup> apontou Walter Benjamin sobre as narrativas. Ainda, segundo Benjamin, ao se referir a Leskov<sup>12</sup> e nos paralelos entre narrativa e informação, aponta que Leskov é “magistral”<sup>13</sup>, já que “o extraordinário, o miraculoso, é narrado com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que falta à informação”<sup>14</sup>.

Esta pesquisa de caráter qualitativo, buscou informações de acordo com a perspectiva metodológica do *paradigma indiciário* proposto por Ginzburg, como já foi destacado. Informações públicas, noticiadas por órgãos de imprensa, matérias de jornais, panfletos, requerimentos, foram fontes de pesquisa que constituem o corpus da dissertação. Mais especificamente, o corpus da pesquisa é constituído por: i) Arquivo público do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina - CEOM, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) referente a Marcelino

---

<sup>8</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. Tradução Federico Carotti 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>9</sup> Idem, p. 150.

<sup>10</sup> Idem, p. 149.

<sup>11</sup> BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet, prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012, p.230.

<sup>12</sup> Benjamin se refere ao escritor russo Nikolai Leskov.

<sup>13</sup> Idem, p.219.

<sup>14</sup> Idem.

Chiarello e suas ações no Legislativo Municipal de Chapecó, nos sete anos de atuação parlamentar; ii) Bibliografias sobre/de movimentos sociais, Teologia da Libertação, Dom José Gomes, formação territorial do sul do país e do oeste catarinense, aspectos políticos de Chapecó e região; iii) Áudios de entrevistas feitas pela Rádio Super Condá de Chapecó, em especial entre os dias 28 e 29 de novembro de 2011, repercussões posteriores, de entrevistas e programas desta emissora e de outros órgãos de imprensa, relacionadas ao *Caso Chiarello*, totalizando 14 entrevistas; iv) Matérias jornalísticas de jornais locais que foram cedidas pelo acadêmico da 2ª turma do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da UFFS, Daniel Zen, além de matérias jornalísticas disponíveis na Internet com a participação de delegados, colegas, familiares, políticos aliados e adversários de Marcelino; v) Atas das Sessões da Câmara de Vereadores de Chapecó, de alguns contextos do ano de 2011, em que se observam os embates postos nas sessões do Legislativo no referido ano, que explicitam momentos da disputa política em Chapecó, e que Marcelino estava inserido.

Documentários disponíveis em páginas eletrônicas, em que constam depoimentos sobre Marcelino são fontes que fortaleceram aspectos da pesquisa. Já para aprofundar elementos sobre o *Caso Chiarello*, o autor realizou três entrevistas, as quais objetivaram uma melhor compreensão de aspectos do caso no dia 28 de novembro de 2011 e repercussões, sendo que a pesquisa abrange informações provenientes destas entrevistas com as entrevistas e matérias dos meios de comunicação local e regional, e com o processo investigatório em si, além de outras publicações sobre o caso, especialmente em Giovanaz (2016), autor que realizou uma série de entrevistas ao produzir seu livro.

Muitas destas fontes, tais quais os documentários, bem como uma série de matérias jornalísticas e inclusive entrevistas, são disponíveis em páginas da Internet. Tal fato fez com que a escolha do autor fosse referenciar as citações sempre em notas de rodapé, com o intuito de tornar o texto menos carregado, e mantendo tais notas na página em que são citadas.

Nessa perspectiva, o trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, por meio de uma abordagem histórica, analisou-se/descreveu-se o histórico regional de Chapecó e do oeste catarinense, buscando compreender como os aspectos políticos com características do mandonismo/coronelismo que ressoam na história de Chapecó e do oeste catarinense. Analisou-se

que os exemplos de prática coronelista de poder acompanham a história política regional<sup>15</sup>, por meio de uma visão de progresso que se tornou hegemônica a partir da colonização do oeste catarinense, liderada pela empresa Bertaso & Maia, que tinha como um dos sócios, o Coronel Ernesto Francisco Bertaso.

Ainda no primeiro capítulo, analisaram-se outros casos que se constituem de características do mandonismo/coronelismo, como o linchamento de quatro presos acusados de terem queimado a igreja matriz<sup>16</sup>, em 1950, e a cassação do ex-prefeito Sadi de Marco, em virtude do Ato Institucional Nº 5 e de aspectos da política local<sup>17</sup>. Por fim, destacou-se a trajetória regional do Bispo Dom José Gomes e sua influência na formação política e teológica de Marcelino Chiarello, bem como de outras lideranças de movimentos sociais e comunitários do oeste catarinense, e a partir da eleição do prefeito José Fritsch, analisou-se a inserção de Marcelino Chiarello em suas primeiras funções políticas.

No segundo capítulo, analisou-se a atuação do vereador Marcelino Chiarello, em seus dois mandatos, suas proposições, seus enfrentamentos, as denúncias de corrupção contra agentes políticos locais, apontadas por ele, entre janeiro de 2005 a 28 de novembro de 2011. Entende-se que estas ações do vereador Marcelino, especialmente tais denúncias, tenham despertado a contrariedade de agentes políticos locais. Nesse sentido, interroga-se de que forma a contrariedade dessas pessoas pode estar associada ao fim trágico de Marcelino.

No terceiro capítulo, destacou-se a morte trágica de Marcelino Chiarello por meio da análise comparativa dos laudos da morte e do processo investigatório. A morte foi considerada inicialmente como homicídio, conforme a linha de investigação da Polícia Civil<sup>18</sup>, baseada no laudo do legista Antônio de Marco do Instituto Médico Legal de Chapecó<sup>19</sup>. Em um segundo momento, no mês de janeiro de 2012, outro laudo, do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, foi apresentado

---

<sup>15</sup>HASS, Monica, op. cit, 2003 e HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite chapecoense**: um estudo do poder local (1945-1965). Chapecó: Argos, 2001.

<sup>16</sup>HASS, Mônica, op. cit, 2003.

<sup>17</sup>SIILVA, Claiton Márcio. **Dos braços do povo à espada dos militares**: os anos de chumbo na Fronteira Sul (1964-1970). Florianópolis: Pandion, 2014.

<sup>18</sup>VEREADOR petista é assassinado em Chapecó. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/vereador-petista-e-assassinado-em-chapeco/>. Publicado em 28/11/2011. Acesso em 02/01/2018.

<sup>19</sup>LAUDO pericial da morte de Marcelino Chiarello aponta diversas lesões no corpo do vereador de Chapecó. Disponível em: <http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/01/laudo-pericial-da-morte-de-marcelino-chiarello-aponta-diversas-lesoes-no-corpo-do-verador-de-chapeco-3645466.html>. Publicado em 27/01/2012. Acesso em 02/01/2018.

defendendo a tese de suicídio<sup>20</sup>, sendo reiterada por uma equipe da Polícia Federal, que fez a exumação do corpo de Marcelino<sup>21</sup>. Neste ponto, o caso ganha nova dimensão, envolvendo autoridades federais e da capital do Estado. Familiares e parcelas da comunidade chapecoense, contrariados com tal decisão, encaminharam ao Instituto de Medicina Legal da Universidade de São Paulo (USP) o pedido para uma nova análise que reafirmou a tese inicial de homicídio<sup>22</sup>. Contudo, o Ministério Público de Santa Catarina encerrou as investigações do caso<sup>23</sup> e o Poder Judiciário deixou como inconclusivo o desfecho. A partir dos fatos, foram feitas análises sobre as mobilizações populares que ocorreram em Chapecó, por meio da organização do Fórum em Defesa da Vida, da Justiça e da Democracia de Chapecó<sup>24</sup>. As mobilizações têm o objetivo de descobrir quem teria matado Marcelino, por meio de cobrança das autoridades para que a materialidade da morte de Marcelino fosse pela tese de homicídio. Nestas mobilizações o uso de fotografias, poesias, cantos religiosos, alguns adaptados com o nome Marcelino, servem para dar a dimensão da importância que o caso trágico e sua repercussão se manifestam em Chapecó. O nome Marcelino Chiarello também passa a ser homenageado ao referenciar espaços públicos, como o Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial **Marcelino Chiarello** da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Acampamento **Marcelino Chiarello** do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e a Livraria **Marcelino Chiarello**.

A trajetória de Marcelino não se encerra com a sua morte, pois familiares, amigos, lideranças políticas e de movimentos sociais, mantém mobilizações e lutas, através do Fórum em Defesa da Vida. Busca-se pelo esclarecimento daquilo que é tratado pelo Fórum como assassinato, por meio de um Julgamento Popular para o *Caso Chiarello*<sup>25</sup>. Este julgamento popular, que não

---

<sup>20</sup>O IGP e o suicídio de Marcelino Chiarello. Blog do Moacir Pereira, do assessor de Imprensa do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2013/04/15/o-igp-e-o-suicidio-de-marcelino-chiarello/?topo=67,2,18,,,67>>. Publicado em 15/04/2013. Acesso em 02/01/2018.

<sup>21</sup>CORPO de ex-vereador Marcelino Chiarello é exumado no Oeste de SC. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/07/corpo-de-ex-vereador-marcelino-chiarello-e-exumado-no-oeste-de-sc.html>>. Publicado em 11/07/2012. Acesso em 02/01/2018.

<sup>22</sup>FAMÍLIA de Chiarello divulga laudo da USP que aponta morte por homicídio. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/08/familia-de-chiarello-divulga-laudo-da-usp-que-aponta-morte-por-homicidio.html>>. Publicado em 07/08/2013. Acesso em 02/01/2018.

<sup>23</sup>PROCURADORIA de Justiça recomenda arquivamento do caso Chiarello e advogado diz que vai até a ONU. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2015/06/procuradoria-de-justica-recomenda-arquivamento-do-caso-chiarello-e-advogado-diz-que-vai-ate-a-onu-4778067.html>>. Publicado em 09/06/2015. Acesso em 02/01/2018.

<sup>24</sup>Este Fórum congrega 54 entidades que se mobilizam com vistas ao desfecho do *Caso Chiarello*, tratado por estes como um caso de assassinato. Terá destaque no capítulo 4 e se fará uma abreviação do nome para “Fórum em Defesa da Vida”.

<sup>25</sup>Entrevista com Jorge Moreno. **Lançamento do Julgamento Popular do caso Marcelino Chiarello é na terça-feira (12)**. Disponível em: <<https://www.gazetadechapeco.com/single-post/2017/09/10/Lan%C3%A7amento-do-Julgamento->



chegou ao fim, mas está em processo, visa defender uma das versões da morte de Marcelino (o homicídio), procurando apontar erros e omissões do processo investigatório.

Como encerramento desta dissertação, apontaram-se as considerações finais. Nestas procurou-se estabelecer em que medida a pesquisa respondeu aos objetivos planejados, além de salientar as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho. Destacou-se nas considerações finais também, se a pesquisa respondeu a problematização proposta, que foi compreender como a trajetória de Marcelino Chiarello e sua atuação parlamentar relacionaram-se com a sua morte trágica.

A pesquisa buscou contribuir para o fortalecimento da História em nível regional, de Chapecó e do oeste catarinense. Por fim, buscou-se fazer algumas reflexões que permitam um amadurecimento político e social da região em que viveu e morreu Marcelino Chiarello.

## 2. MARCELINO CHIARELLO: CENÁRIO DE INSERÇÃO

Neste capítulo, destacou-se inicialmente a análise histórica da formação do município de Chapecó e das relações coronelistas de poder estabelecidas, procurando desenvolver um comparativo sociológico de contextos, da colonização, do coronelismo político, do linchamento de 1950, e da morte de Marcelino Chiarello. Buscou-se também identificar a influência do Bispo Dom José Gomes na formação de lideranças políticas de movimentos sociais no oeste catarinense, como o seminarista Marcelino, e o resultado desta formação na projeção de lideranças, e na própria eleição do prefeito José Fritsch, um ex-seminarista, que insere o PT e aliados pela primeira vez na administração da Prefeitura de Chapecó. Este é o contexto no qual Marcelino Chiarello passou a atuar em funções políticas, as quais são destacadas neste capítulo.

### 2.1 OESTE CATARINENSE: CORONELISMO, ELITES CHAPECOENSES E PODER

A construção territorial do oeste catarinense está implicada e (co)relacionada a aspectos geopolíticos de conflitos, de estratégias de poder, que partem de esferas de poder nacional e estadual. Desconsidera-se, nessa perspectiva, a população local, e em diversos contextos, há características de similaridade de toda a construção territorial do sul do país, em especial, a parte oeste dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O Tratado de Tordesilhas encerrava na atual Laguna (SC) o território português negociado com a Espanha em 1494, definindo o limite de territórios entre Portugal e Espanha, primeiramente. Em um segundo momento, definiu-se o limite de territórios entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, até chegar nas atuais configurações territoriais, compreendidas como Fronteira Sul<sup>26</sup>. Valentini & Radin ao destacar o termo Fronteira Sul, afirmam que<sup>27</sup>:

a intensidade de cada disputa difere dependendo dos protagonistas envolvidos, da

---

<sup>26</sup>Este termo não está presente apenas no nome da instituição deste programa, mas também em um componente de domínio comum de graduação da UFFS, intitulado *História da Fronteira Sul*, e o componente curricular do programa de Mestrado em História, intitulado *História da Fronteira Sul*.

<sup>27</sup>VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. Fronteira Sul: dos “espanhóis confinantes” à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (p.13-32). In: **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos** (Gentil Corazza e José Carlos Radin, orgs.). Florianópolis: Insular, 2016. p.13.

mobilidade nas linhas de fronteiras e das constantes transformações dos espaços em cada contexto econômico, diante das políticas e interesses governamentais, entre outros aspectos, que carecem de estudos mais aprofundados.

Todavia, em que pese a chegada ibérica no cenário da expansão ultramarina europeia e o Tratado de Tordesilhas, toda a fronteira sul era habitada há mais de 12 mil anos, por diversos grupos indígenas, a destacar os Guarani e os Kaingang. Brighenti & Muraro (2016) destacam vários grupos indígenas presentes no sul do país antes da ocupação ibérica: Charrua, Minuano, Guarani, Kaingang, Xetá e Xokleng<sup>28</sup>. Tais autores apontam que “ao se definirem como descobridores, os ibéricos estabeleceram processos de violência sistemáticas sem precedentes. Passaram a considerar o nascimento da história dos povos americanos a partir do momento em que entraram em contato com os colonizadores brancos e cristãos”<sup>29</sup>. A expansão ultramarina europeia, do ponto de vista da imposição cultural, econômica e social sobre povos nativos, processou-se por meio destes princípios em todos os continentes conquistados. Nesse sentido, muitas das culturas originais sucumbiram, fazendo com que elementos destas culturas fossem silenciados e/ou desaparecidos. As marcas deste processo fizeram-se presentes em contexto futuro – como as posições assumidas pelo Bispo Dom José Gomes, e, por conseguinte, pelo Marcelino Chiarello, o qual teve sua formação alicerçada nos ensinamentos do Bispo. Dom José Gomes ajudou a fundar o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), por meio de sua formação influenciada pela Doutrina Social da Igreja Católica, que visa um engajamento que reconheça aspectos de espoliação sobre as populações nativas da América e partir disto fazer a opção pelos mais pobres, pelos excluídos.<sup>30</sup>

A expansão portuguesa sobre as possessões espanholas ocorreu pelo princípio do Direito romano conhecido como *uti possidetis*, ou seja, a questão do tomar posse pela “colonização”. Muraro<sup>31</sup> aponta que “toda forma de colonização carrega em si algum sentido de dominação, muitas vezes oculta em termos como cultivar, civilizar, desenvolver e até salvar”.

O avanço colonizador lusitano fez com que mais tarde, com os Tratados de Madri e de Santo Ildefonso, vastas áreas do que vem a ser o atual território brasileiro passasse a fazer parte do

---

<sup>28</sup>BRIGHENTI, Clóvis Antônio; MURARO, Valmir. Povos indígenas nas fronteiras da América Meridional (p. p. 33-58). In: **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos** (Gentil Corazza e José Carlos Radin, orgs.). Florianópolis: Insular, 2016. p.p. 33-34.

<sup>29</sup> Idem, p.35.

<sup>30</sup> DIEL, Paulo Fernando, op. cit, 2017.

<sup>31</sup>MURARO, Valmir F. Sobre fronteiras e colonização (p.p. 167-189). In: RADIN, José C., VALENTINI; Delmir J., ZARTH. Paulo A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Letra & Vida: Porto Alegre, 2015. p.167.

controle português. Nesse cenário, insere-se o que é demarcado atualmente como o oeste catarinense, uma região que se inicia próxima a Serra Catarinense (que se referia anteriormente como os Campos de Lages) ao norte do Rio Uruguai, permeada pelos Vales do Rio do Peixe e Chapecó, tendo seu limite no oeste com a Argentina (Rio Peperi-Guaçu).

A partir dos novos ordenamentos territoriais, após o Tratado de Madrid em 1750, o novo limite territorial, no oeste de Santa Catarina, chegou até o Rio Peperi-Guaçu. No século XIX, a Argentina reivindicou esta área, ao oeste dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná. O poder argentino entendia que a área final da Argentina encerrar-se-ia nos rios Chapecó e Chopim, dos chamados Campos de Palmas, e não no Peperi-Guaçu e no Santo Antônio. Muraro<sup>32</sup> destaca tal conflito diplomático como “Questão de Palmas ou de Misiones, que se estendeu de 1857 a 1859”.

Até 1917, a região oeste de Santa Catarina constituía os chamados “campos de Palmas”. Do ponto de vista populacional, no século XIX, a região era habitada principalmente por indígenas (kaingang e guarani) e por população posseira, de origem africana, que ao se miscigenar receberam a denominação regional de caboclos. Os colonos descendentes de europeus usavam a expressão “brasileiros” para se referirem a este conjunto da população, muitas vezes como adjetivação pejorativa que produzia sentidos de inferioridade cultural<sup>33</sup>.

A monografia de conclusão de curso em História, desenvolvida por Marcelino Chiarello, na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc Campus Chapecó, atual Unochapecó), apresentada em 1998, intitulada **Etnicidade e constituição dos brasileiros em Caxambu do Sul**, e analisava a situação dos caboclos que viviam no município de Caxambu do Sul, em sua terra natal. A expressão “brasileiros”, no título da pesquisa, demonstrava a preocupação de Marcelino com o processo de exclusão destas populações, mantendo sua postura política, de buscar compreender historicamente os processos de exclusão, materializada na sua posição de pesquisador.

Para Machado a expressão “caboclo” não se refere apenas a conotação étnica, mas também afirma que <sup>34</sup>:

---

<sup>32</sup> MURARO, Valmir, op. cit., 2015, p.169.

<sup>33</sup> Colabora neste sentido, RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

<sup>34</sup> MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916), Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004. p.48.

Utilizo a palavra “caboclo” no mesmo sentido empregado pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural. Embora haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de São João Maria. Desta forma, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acaboclados.

Do ponto de vista oficial, dos poderes constituídos em Santa Catarina e no Brasil, naquele contexto, há uma ideia latente de que há um vazio demográfico no oeste de Santa Catarina. É possível se afirmar sobre uma lacuna histórica, especialmente do ponto de vista econômico, quando se estuda em especial o oeste catarinense do século XIX e início do século XX. Porém, há pesquisas que começam a desmistificar este vazio demográfico, inclusive quanto ao aspecto quase unitário de agricultura de subsistência, apontando, por exemplo, o comércio de erva-mate com a Argentina. Corazza descreve que<sup>35</sup>:

O povoamento do caboclo deu-se, inicialmente, ao longo do caminho das tropas e depois avançou para o interior das matas. A exploração da erva-mate era feita nas matas pelos caboclos, que levavam vida rudimentar, viviam em pequenos ranchos, produziam alimentos, criavam pequenos animais, como porco, galinha e gado e mudavam constantemente de residência. Por isso, a extração da erva-mate nativa pode ser considerada uma atividade nômade e sazonal, levando cerca de três anos, entre uma colheita e outra. A atividade agrícola ficou conhecida como roça cabocla, em clareiras abertas na mata, através de queimadas.

Ferrari (2011) ao analisar as atividades econômicas nas regiões fronteiriças do oeste catarinense, entre o fim do século XIX até o ano de 1930, destaca o comércio de erva-mate e a existência da suinocultura por meio do sistema primitivo<sup>36</sup>. Ferrari<sup>37</sup> destaca que:

A suinocultura pelo sistema primitivo foi, também, fator de interações transfronteiriças, embora não no mesmo grau que as interações da erva-mate. Os safristas brasileiros, por

---

<sup>35</sup>CORAZZA, Gentil. Traços da Formação Socioeconômica do Oeste Catarinense (p.p 59- 90). In: **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (orgs). Florianópolis: Insular, 2016.p. 63.

<sup>36</sup>Novamente, destaca-se o Bispo Dom José Gomes. Uma das articulações do sindicalismo dos anos 1980, no oeste de Santa Catarina, foram as mobilizações, apoiadas pelo Bispo, em um cenário de imposição da suinocultura de integração (posta pelos frigoríficos que passaram a surgir) em detrimento deste modelo de suinocultura descrito por Ferrari, bastante característico da população cabocla posseira, ou dos moradores dos faxinais do Paraná.

<sup>37</sup>FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX)**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011, p.153.

exemplo, não limitavam a venda de sua produção ao lado brasileiro; vendiam também no lado argentino, o que gerava interações transfronteiriças. Como não havia transporte de carga, a exemplo dos tropeadores de gado bovino e muar, os safristas tropeavam os porcos até os locais de venda.

A partir de Ferrari, entende-se que a concepção de vazio demográfico no oeste se referia à presença populacional de indígenas e caboclos que não serviam aos propósitos de uma nova racionalidade capitalista, princípio forte presente nos primeiros anos da República. Essa questão resultou em muitos embates, sendo um deles a disputa pela terra entre as companhias colonizadoras, que eram braço do Estado na colonização das terras devolutas, e as populações já estabelecidas (caboclos e indígenas). A referência a Dom José Gomes, a Marcelino Chiarello e aos movimentos sociais é significada nesses embates, pois a exclusão social promovida pelo processo colonizador produziu sentidos nas décadas posteriores, por meio do processo de favelização das cidades que foram surgindo, e daqueles que não tiveram acesso à terra (ou que fazia o uso desta em propriedades muito pequenas, na condição de agregado).

Nessa perspectiva, tem-se, conforme Elias & Scotson (2000), uma inversão em que os estabelecidos passaram a ser *outsiders*<sup>38</sup>. Nodari<sup>39</sup> faz a seguinte reflexão a respeito das visões construídas acerca da população cabocla:

Esses brasileiros foram “forçados” a sair de suas terras, que consideram “suas”, com a chegada das colonizadoras e dos teutos e ítalos à região e através de efetivas ações governamentais que não reconheciam o direito de posse dos caboclos. Durante a década de 1920 até o início da de 1940, a sua forma de agricultura considerada rudimentar e seus costumes ridicularizados, e o seu modo de viver foi considerado indolente. A partir de então aconteceram dentro dos ideais de “brasilidade” certos momentos de enaltecimento do caboclo, quase que exclusivamente na teoria, quando convinha aos poderes políticos, aos intelectuais e à imprensa.

Na primeira década de século XX, eclode a Guerra do Contestado, fruto da resistência cabocla. Esta resistência foi organizada por meio da liderança de monges, notadamente o monge João Maria, com vistas a impedir a expulsão dos caboclos de suas terras, para a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. A construção da ferrovia Norte-Sul se daria pela empresa

---

<sup>38</sup>ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>39</sup>NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2009. p.143

*Brazil Railway Company*, ocupando as “terras devolutas”<sup>40</sup> do Meio Oeste de Santa Catarina.

A população moradora da região liderada principalmente pelo monge João Maria, enfrentou o exército e os capangas da empresa, em um violento conflito que durou de 1912 a 1916<sup>41</sup>. Nesse contexto, os estados de Santa Catarina e do Paraná reivindicavam cada um para seu estado o controle desta região.

O término do conflito resultou em alterações na dinâmica regional. Em 25 de agosto de 1917, foram criados os municípios de Chapecó e Cruzeiro (atual Joaçaba), e a região dos Campos de Palmas passou a pertencer ao Estado de Santa Catarina<sup>42</sup>. As terras consideradas devolutas do oeste catarinense passaram a ser concedidas a empresas colonizadoras, que se estabeleciam na região, as quais, muitas vezes, usaram de métodos violentos e faziam uma ocupação mais racional/capitalista do espaço geográfico.

Em um conflito desta dimensão, com o uso ostensivo de força militar para dizimar os caboclos rebeldes do Contestado, o poder político atrelado ao poder econômico demonstrou o estabelecimento da hegemonia, e uma visão do uso da terra.

Após o conflito o Estado passou a incentivar a migração de gaúchos de origem europeia, notadamente descendentes de italianos, alemães e poloneses, que passaram a ocupar a região, derrubando a mata, e transformando configuração social das propriedades (a posse cabocla substituída pela escritura das terras, e por colonos de descendência europeia). As empresas colonizadoras faziam a “limpeza”<sup>43</sup> das áreas para serem vendidas, por meio da construção de estradas e a expulsão dos caboclos e indígenas.

Caboclos e indígenas viveram o processo de expropriação das terras, por não fazerem parte de uma ideologia de progresso com características de um capitalismo pragmático. Os caboclos vivenciaram o processo de obtenção da terra com base na posse, e não na escritura, processo alterado pela Lei de Terras de 1850. No oeste de Santa Catarina apenas por volta de 1910 que a Lei de Terras passa a impactar mais significativamente. Justamente neste contexto que as companhias

---

<sup>40</sup>VALENTINI, Delmir. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre/ Chapecó: Letra & Vida/Ed. da UFFS, 2015, p. 50.

<sup>41</sup>Idem, p.p. 13-14.

<sup>42</sup>RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre civilização do sertão. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 8 e HASS, Mônica, op. cit, 2003, p. 27.

<sup>43</sup>RENK, Arlene, op. cit., 1997.

colonizadoras passam a ter atuação mais intensiva, em um cenário político característico da República Velha, em que o controle da terra estava ligado ao ideário do coronelismo/mandonismo como estrutura central de poder<sup>44</sup>.

Corazza<sup>45</sup> utiliza o termo ocupação política do território, ao se reportar a uma viagem, e ao reconhecimento feitos pelo governo de Santa Catarina, a qual ficou conhecida como “A Viagem de 1929”. Por 31 dias (entre 18 de abril de 18 de maio de 1929), com a presença do governador Rodolfo Konder e uma comitiva de 20 pessoas, foram percorridos cerca de três mil quilômetros, com a partida de Florianópolis até a cidade de Dionísio Cerqueira, no Extremo-Oeste. Corazza<sup>46</sup> afirma que:

Foi uma verdadeira “Marcha para o Oeste”, uma tomada de posse de um espaço desconhecido do poder público, que pelo seu significado deixou marcas profundas nos sentimentos e na imaginação popular. A comitiva era grande e diversificada, pois incluía, além da figura do Presidente do Estado, historiadores, chefe de polícia, agrimensores, consultor jurídico e deputados, entre outros. Na viagem foram usados todos os meios de transporte disponíveis, como automóvel, lanchas, trem e mula de carga. Além de conhecer o território, a viagem procurava construir estradas, abrir escolas, agência postal, telégrafo, integrar o território, impor a ordem e a disciplina no Oeste, transformando a “terra da barbárie” em “terra do trabalho”.

Dentre as companhias colonizadoras que se organizaram para comercializar terras, cita-se a *Brazil Development & Colonization Company*, do grupo liderado por Percival Farcquar (*Brazil Railway Company, Southern Brazil Lumber*). Esta companhia esteve ligada ao processo de colonização do Vale do Rio do Peixe, por meio da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, e pelo estabelecimento de controle de 15 quilômetros marginais de cada lado de tal ferrovia, além da exploração madeireira (através da empresa *Southern Brazil Lumber*). Valentini<sup>47</sup> aponta que “a construção da ferrovia, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, ressaltou a preocupação do Governo brasileiro em ocupar as chamadas ‘terras devolutas’ e o caráter geopolítico de tamanha envergadura”. A partir da compreensão da formação territorial da Fronteira Sul, com ênfase ao oeste catarinense, destaca-se a formação do município de Chapecó.

Em tempos de República Velha, a prática do coronelismo era aspecto da vida social, sendo

---

<sup>44</sup>HASS, Monica, op. cit, 2001 e HASS, Monica, op. cit, 2003.

<sup>45</sup>CORAZZA, Gentil. op cit, p.p. 74-75.

<sup>46</sup>Idem, p.75.

<sup>47</sup>VALENTINI, Delmir, op. cit, 2015, p.50.



que nos pleitos eleitorais, isto ficava materializado. Entre 1917 e 1931, o domínio político em Chapecó ficava com as primeiras elites locais, ligadas a atividade de extração (erva-mate, madeira). A sede municipal de Chapecó era revezada por duras disputas entre grupos da elite local, hora sendo Passo Bormann (atual Distrito de Marechal Bormann, localidade no interior do município de Chapecó), hora sendo Xanxerê<sup>48</sup>.

Mas o domínio político mudaria de personagens, com o surgimento da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia (mais tarde Empresa Colonizadora Bertaso). A Empresa Colonizadora Bertaso atuava na atividade da venda de lotes, tendo a incumbência de colonizar diversos locais do oeste catarinense, através das concessões da Fazenda Chapecó e da Fazenda Saudades. Além destas fazendas, Bertaso assumiu outras, como por exemplo a Fazenda Rodeio Bonito da Colonizadora Lunardi, e a Fazenda Campina do Gregório<sup>49</sup>. Esta última compreendia a uma área que iniciava na atual sede municipal de Chapecó, em direção ao atual município de Cordilheira Alta (atualmente naquele município há uma linha<sup>50</sup> chamada Campina do Gregório), e a parte ao sul do Rio Chapecó do atual município de Coronel Freitas. Nas escrituras constavam que estas terras devolutas pertenciam aos herdeiros da Baronesa da Limeira<sup>51</sup>.

Em 1931, a vila de Passo dos Índios (atual sede municipal de Chapecó), local considerado a sede da Empresa Colonizadora Bertaso, passou a ser a sede municipal de Chapecó. Esta decisão foi resultado das disputas entre os coronéis de Xanxerê e Passo Bormann para ser sede municipal, e da ascensão política e econômica do Coronel Ernesto Bertaso<sup>52</sup>. No plano político, isto representava uma inflexão de hegemonia. Os grupos ligados ao extrativismo madeireiro e da erva-mate, se mantinham no poder, mas o domínio político passava a ser centrado na figura da atividade colonizadora, notadamente a família Bertaso<sup>53</sup>. Inicialmente, a figura central era o Coronel Ernesto Francisco Bertaso, posteriormente seus filhos, em especial Serafim Enoss Bertaso, que foi prefeito

---

<sup>48</sup>HASS, Monica, op. cit., 2003.

<sup>49</sup>Colaboram neste sentido BREVES, Wenceslau. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, 3. (06): 07-73, 1985e PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

<sup>50</sup>Linhas se constituíam nas formas como as terras eram divididas. Os moradores que passaram a ocupar estas terras passam a adotar “linha” associado ao nome dado a localidades rurais em boa parte do sul do país.

<sup>51</sup>OTSUSCHI, Cristina. CAPITANIO, Cesar. Análise geográfica da ocupação territorial do oeste de Santa Catarina a partir de mapas antigos. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** - 20 a 26/03/2005. São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Nuevastecnologias/Cartografiatematica/14.pdf>>, p.11043. Acesso em: 27/02/2017.

<sup>52</sup>HASS, Monica, op. cit, 2001.

<sup>53</sup>Idem.

de Chapecó, além de aliados políticos. Neste caso, compreende-se que o repasse do lugar de poder de geração para geração caracteriza-se como um dos elementos do coronelismo, já que há a figura de um Coronel que faz de seu filho um sucessor, para ter controle político em Chapecó.

Porém, a ascensão de Getúlio Vargas a presidência da República teve impactos em Chapecó também. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido de Vargas, quebraria a hegemonia política da família Bertaso e de seu partido, o Partido Social Democrático (PSD), nas eleições de 1950<sup>54</sup>. É neste ano de 1950 que também ocorreu o linchamento de presos acusados de ter incendiado a igreja matriz católica local, fato histórico que ganhou nova dimensão após a publicação da obra *O Linchamento que muitos querem esquecer*. A autora Monica Hass destaca o caráter político do linchamento<sup>55</sup> e afirma que:

A perseguição aos adversários políticos e o uso da coação física e moral, até mesmo com a ajuda de “capangas”, características do mandonismo local, acabaram gerando uma grande tragédia: o linchamento de quatro homens, na cadeia pública de Chapecó e a ameaça de morte a pessoas que procuraram defendê-los, treze dias após o pleito eleitoral. Envolveu, ainda, o assassinato, em 1954, de um advogado de Caçador, defensor “constituente” de alguns dos envolvidos. [...] no desenrolar dos fatos que resultaram no linchamento, evidenciam-se aspectos de conflito entre partidos políticos, frutos de resquícios da campanha eleitoral, que resultou na perda do comando municipal por parte do PSD. Isso pode ser constatado quando se sabe que dois presos, os irmãos Lima, que foram mortos, mesmo sendo inocentes, estavam ligados ao PTB (partido que iria assumir o comando da prefeitura municipal); o advogado Roberto Machado, que tentou defendê-los, à UDN (com quem o PTB está coligado) e o delegado de polícia, Argeu Lajus, responsável pelas prisões, ao PSD (partido ameaçado de perder o comando da política local).

Este aspecto deixa uma marca que projeta Chapecó negativamente. A lembrança da “terra dos coronéis”, ou de um “faroeste brasileiro” fica no imaginário popular e foi disseminada por órgãos locais, nacionais, e até internacionais de imprensa na época. Este fato histórico de Chapecó retorna à memória quando se remete à morte de Marcelino, quanto à igual projeção negativa na imprensa nacional, e do imaginário popular, por meio das diversas versões da morte do vereador reproduzidas no cotidiano.

Como exemplo, há a entrevista sobre o *Caso Chiarello* para um jornal local, de Monica Hass (2013, apud SILVA, 2013) indica que:

---

<sup>54</sup>HASS, Monica, op. cit, 2003, p.43.

<sup>55</sup>Idem, p. 43.

na verdade, a gente tem uma situação que é a mesma: nós temos uma história de um mandonismo local muito forte na região Oeste como um todo e principalmente em Chapecó. No estudo que foi feito sobre o linchamento isso ficou muito evidenciado: quais são as práticas políticas que as pessoas exercem dentro da sua busca e manutenção pelo poder, que é o clientelismo, a corrupção, a violência, o nepotismo, os meios de comunicação. Essas são práticas políticas que acompanham a história política brasileira<sup>56</sup>.

Esta entrevista repercutiu nos meios políticos, como também as entrevistas de Dirceu Cechin<sup>57</sup> e de Márcio Sander<sup>58</sup>, os quais negaram que os aspectos políticos atuais poderiam ser comparados ao espectro do coronelismo do passado (apud SILVA, 2013). Em artigo, Claiton Márcio da Silva<sup>59</sup> aponta esta relação da entrevista de Hass, a negação ao coronelismo/mandonismo expressos na opinião dos vereadores com a ressignificação de coronelismo:

Vereador em sua primeira legislatura, Cecchin expõe sua discordância da seguinte forma: “O que não podemos concordar é com a íntima relação que fazes com o 'linchamento' ocorrido no passado e a morte do vereador, dando a entender que o sistema de 'coronelismo' ainda impera na Cidade de Chapecó, totalmente contrário às emanções legais.” Este argumento, muito próximo do modelo idealista dos princípios liberais, argumenta que as instituições sociais promovem na atualidade uma verdadeira “redenção” em relação ao passado. Em outras palavras, se existiu mandonismo/coronelismo/linchamento antigamente, na atualidade temos uma realidade diferenciada e complexa, que nos “desprende” enquanto sociedade chapecoense e oestina de nosso passado, ao menos no argumento do vereador. Mas uma coisa é certa: não há discordância sobre os elementos do passado, uma vez que Chapecó foi colonizada pela Bertaso & Maia, onde um de seus sócios era exatamente um Coronel, de nome Ernesto Bertaso.

Silva destaca que não há como negar a tradição coronelista, já que Chapecó foi colonizada por Bertaso & Maia, e que um dos sócios, Coronel Ernesto Bertaso, possuía esta patente<sup>60</sup>. Silva, em sua compreensão, apresenta novas possibilidades de coronelismo/mandonismo, quando usa exemplos de poder oligárquico de vários Estados brasileiros, e como a figura de um coronel vai sendo modificada em contextos temporais diferentes<sup>61</sup>:

---

<sup>56</sup>SILVA, Claiton Márcio. **Em busca da redenção do passado de Chapecó**. Jornal Gazeta de Chapecó, 09/05/2013.

<sup>57</sup>Na época era vereador pelo PPS, atualmente está no PP.

<sup>58</sup>Sobrinho do ex-prefeito Milton Sander (que foi da ARENA, do PDS e do PP, até se filiar ao PMDB), Márcio Sander migrou do PP para o Partido da República (PR), quando o então candidato a governador Esperidião Amin, no segundo turno para governador (em 2006), ao receber apoio do PT no Estado, declarou apoio à reeleição de Lula para presidente.

<sup>59</sup>SILVA, Claiton Márcio, op. cit., 2013.

<sup>60</sup>Idem.

<sup>61</sup>Idem.

E se um “coronel” hoje não atua como à maneira de Bertaso ou de outro coronel de seu tempo, é exatamente porque são separados por uma rede complexa de elementos que é expressa na sociedade brasileira atual: um contexto que os diferencia, uma ruptura com o passado. Mas é este mesmo termo, o contexto, que aponta semelhança no fato das duas figuras, o coronel do passado e o coronel metamorfoseado do presente, exercem poder sobre a sociedade tendo como ponto de partida os interesses de grupos privados sobre o bem público, utilizando-se da coerção para alcançar seus objetivos. Isto representa uma continuidade, uma semelhança entre os dois contextos. Este é o argumento de Mônica Hass quando afirmou em sua entrevista que “hoje você tem um contexto muito mais complexo, tanto que naquela época não se tinha esses movimentos sindicais fortes que se tem agora, mas de qualquer forma o sistema é o mesmo, não muda, ele se adapta aos novos contextos, às pessoas que estão no poder, envolvidas nos seus interesses políticos, econômicos, pessoais”.

No paralelo para com a fala do vereador Márcio Sander, de “que não aceita a classificação de Chapecó como a cidade de mandonismo pela violência”, Silva indica que Hass poderia ter se apoiado em outros fatos, para além do linchamento de 1950 e da morte de Marcelino, para expressar o mandonismo em outras épocas<sup>62</sup>:

Desta forma, quando a professora aponta semelhanças entre os contextos econômico e político (e não os fatos) do linchamento e do caso Chiarello, ela se remete a dois momentos históricos diferenciados (portanto, uma ruptura), mas com uma linha de interpretação comum, ou seja, a possibilidade de violência de origem política nos dois casos. Mas se existe uma distância temporal entre 1950 e 2011, como é questionado pelo vereador Márcio Sander que “não aceita a classificação de Chapecó como cidade de mandonismo pela violência que viria desde a década de 50 com a chacina até os tempos atuais com o episódio a que se refere”, (de acordo com o artigo), a professora poderia se apoiar em outros fatos que envolvem a cena local e que expressam o mandonismo em outras épocas.

Quando Silva se refere a professora Monica, ele classifica que esta pode interpretar que o linchamento e a morte de Marcelino, mesmo em dois contextos temporais diferentes, uma aproximação da ocorrência de violência política.

No documentário *A conquista*<sup>63</sup>, Monica Hass associa o coronelismo/mandonismo como o “exercer domínio de mandar, através do poder político e econômico, e que no mandonismo há chefes, que mandam, por ter algum poder econômico”<sup>64</sup>. Hass refere-se ao caso do linchamento, em que com a vitória do PTB, cujos membros eram taxados de “comunistas”, e em especial dois dos

---

<sup>62</sup>Ibidem.

<sup>63</sup>A CONQUISTA. Filme de Camila Arruda e Julherme J. Pires. Caju Líquida: Projeto Experimental II/ Curso de Jornalismo da Unochapecó, 2014. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=KelhclWnOj0>>. Acesso em 20/12/2016.

<sup>64</sup>Idem.

presos que foram linchados (que eram membros do PTB) como “forasteiros”, neste cenário político conturbado, em que o partido da família Bertaso, o PSD, havia sido derrotado, em uma comunidade bastante fechada para o novo<sup>65</sup>. Destaca-se que quando João Rodrigues<sup>66</sup> vence as eleições para prefeito de Chapecó em 2004, o seu discurso aponta para a estigmatização das esquerdas; um discurso no sentido de que ele é um redentor, para pôr a cidade no caminho do desenvolvimento e dos empreendedores, libertando das amarras do PT, que governara o município entre 1997 e 2004<sup>67</sup>, ou seja, um discurso que procura aproximar-se da tradição das elites chapecoenses.

Para Hass, “a morte de Marcelino mostra que os resquícios de mandonismo continuam presentes, eu percebo as mesmas coisas do caso do linchamento agora em 2013 – o mandonismo mais forte do que nunca, mas que uma coisa a deixava tranquila, já que as pessoas na sociedade têm o entendimento do crime político”<sup>68</sup>. No mesmo documentário, Claiton Márcio da Silva, sobre o *Caso Chiarello*, afirma que não tem “dúvidas que foi homicídio – eu li o laudo da USP como membro da Comissão da Verdade da UFFS, só se mudaram as leis da Física”<sup>69</sup> e ainda acentua “a forma como foi feito é para intimidar, para mostrar quem manda, como exemplo, para mostrar para outros que é melhor não abrir o bico”<sup>70</sup>.

Esta constatação do “recado” também podem ter sido características do caso do linchamento de 1950, no qual houve a junção do poder religioso, por meio de um padre que instiga que se faça “justiça aos santos da Igreja incendiada” com alguns membros da estrutura de poder vigente, como o delegado de polícia Artur Argeu Lajus, com o objetivo de eliminar dois ladrões e dois “forasteiros comunistas”<sup>71</sup>. A descrença com as instituições judiciais, policiais e com parcela dos meios de comunicação, além do imaginário popular de possibilidade de homicídio político para o *Caso Chiarello*, permite estabelecer semelhanças entre 1950 e 2011. Paralelos entre os dois contextos podem ser analisados na tabela comparativa abaixo:

---

<sup>65</sup>Ibidem.

<sup>66</sup> João Rodrigues foi apresentador de rádio e TV, prefeito e vice-prefeito de Pinhalzinho-SC, até ser eleito prefeito de Chapecó em 2004. Atualmente é deputado federal pelo PSD, sendo que está preso por decisão do Supremo Tribunal Federal, desde o dia 08 de fevereiro de 2018, por conta de julgamento ocorrido em virtude de acusações de improbidade administrativa, atos supostamente cometidos por Rodrigues em 1999, quando era prefeito em exercício de Pinhalzinho.

<sup>67</sup>Discurso do ex-prefeito João Rodrigues em inauguração de shopping em Chapecó, *ibidem*.

<sup>68</sup>Iidem.

<sup>69</sup>Iidem.

<sup>70</sup>Iidem.

<sup>71</sup>HASS, Monica, *op. cit.*, 2003.

**Tabela 1 – Comparativo entre os contextos do linchamento de 1950 e da morte de Marcelino**

<b>Contexto do Linchamento (1950)</b>	<b>Contexto da morte de Marcelino Chiarello (2011)</b>
Dois dos presos linchados eram membros do PTB, e taxados como “forasteiros”, “comunistas, e que podiam constituir uma ameaça a hegemonia de poder local, ou seja, uma ameaça às elites tradicionais.	Marcelino era um vereador de oposição que fazia denúncias contra agentes políticos e econômicos locais. Por exemplo, possíveis fraudes nas planilhas do transporte coletivo, desvio de verbas do Fundo Social, possíveis irregularidades no Consórcio Foz do Chapecó, irregularidades nos contratos com a merenda escolar de Chapecó, constituindo-se em voz insurgente de pretensões de hegemonia de poder político e econômico constituídas.
Moralismo como justificativa para o uso da violência, isto é, vingar-se dos “santos queimados na Igreja”.	Contranarrativas estigmatizantes, estigmas anteriores contra o próprio Marcelino (o “Chia Chiarello” <sup>72</sup> , ou aquele que era contra o “bem coletivo” <sup>73</sup> ).
As ameaças relatadas por Mônica Hass, quando se propôs pesquisar o tema, na década de 1990.	As ameaças relatadas por Marcelino, e as prováveis ameaças ou recados intimidatórios a outras lideranças, após a morte de Marcelino.
A possibilidade de a chacina ser um recado.	Esta compreensão pode ser entendida igualmente, por aqueles que justificam a tese de assassinato.
A repercussão negativa para o município nos meios de comunicação, em nível regional, nacional e até internacional.	Há uma projeção negativa da imagem do município nos meios de comunicação, em nível regional e nacional.
A poesia como forma de denunciar. <sup>74</sup>	Os cantos religiosos adaptados a Marcelino, poesias, letras de rap, com caráter de denúncia e de valorização da memória. <sup>75</sup>
Em parcelas da sociedade, a negação da tese de suicídio do professor Vicente Morelato, o “poeta da chacina”.	Em segmentos populares significativos, a tese de suicídio é refutada.
As contradições, o cenário nebuloso posterior.	Idem.

FONTE: Tabela elaborada pelo autor, com contribuições adaptadas de Belebom (2017), Giovanaz (2016), Hass (2001, 2003), Uczai (2015).

Há sentidos que ressoam nos dois fatos, mesmo que sejam contextos e situações diferentes. Um dos casos é de um linchamento, ato coletivo explícito, em que parcela da sociedade fez “justiça” frente a destruição de uma igreja incendiada. Neste caso, a conotação política do ato não está absolutamente clara. O segundo caso, de uma morte trágica, que pode ser caracterizada como homicídio ou suicídio, os componentes políticos estão mais claros, já que se trata da morte de um

<sup>72</sup>JORNAL Chapecó Urgente. Chapecó: 17/03/2009, p.2.

<sup>73</sup>Na discussão acerca da possibilidade de se retirar o Colégio Pedro Maciel daquele local, e que fosse deslocado para a arquibancada do estádio. Jornal Diário do Iguazu, 17/03/2009, p. 8.

<sup>74</sup>O professor Vicente Morelato, que escreveu décimas poesias sobre o linchamento, organizadas no livro **O poeta da Chacina**, de Jovani Santos. Este professor acaba sendo encontrado morto poucos dias após escrever tais poesias, e o caso foi tratado como suicídio. SANTOS, Jovani. **O poeta da chacina**. Chapecó: Argos, 1999.

<sup>75</sup>Isto foi destacado no capítulo 4.

vereador, e cuja narrativa da morte também é objeto da disputa política, de disputa da memória.

Retoma-se aos aspectos históricos do contexto do linchamento de 1950, que destacou Chapecó negativamente em noticiário nacional, e se destaca a criação da Sociedade Avícola e Industrial Chapecó (SAIC) em 1952. Seu diretor-gerente era Plínio Arlindo De Nês, que havia sido suplente de vereador entre 1947 e 1950, pelo PSD, partido ao qual Serafim Bertaso era coligado.<sup>76</sup> Percebe-se que o alinhamento político e econômico de poder, por laços de proximidade, neste caso, de Plínio De Nês, que viria ocupar cargos importantes na política regional, com Serafim, político e filho do Coronel Ernesto Francisco Bertaso.

O discurso do progresso e do desenvolvimento pelo viés das elites chapecoenses não foi interrompido pelo caso trágico; as concepções de Chapecó, como “um faroeste”, “terra sem lei”, não desmoralizou esta ideia de grandeza, como destacam Silva & Hass:

após o linchamento ocorrido em outubro de 1950, o progresso tornou-se uma necessidade para a continuidade do projeto colonizador e seu sucesso. A ideia de progresso traduziu-se em projeto hegemônico que uniu diferentes tradições políticas após 1950 e fez convergir diferentes partidos ou grupos políticos e sociais<sup>77</sup>.

Ainda sobre o surgimento das agroindústrias no oeste catarinense, Corazza<sup>78</sup> descreve que:

Na década de 1930, com o enfraquecimento do comércio de suínos vivos para São Paulo, as casas comerciais começam a processar a matéria-prima na própria região, fazendo surgir os primeiros abatedouros de suínos. Assim, no início da década de 1940, a partir dos capitais acumulados a nível local, foram fundados três frigoríficos de suínos, todos no Vale do Rio do Peixe. Em 1940, foi criado o frigorífico da Sadia e o da Perdigão. Em 1952, o Chapecó, em 1956, o Seara. Já em 1962, foi a vez do Frigorífico Itapiranga, e em 1969, a Cooperativa Central Oeste Catarinense, em Chapecó.

Nesse cenário, passa-se a ter uma nova inflexão política nas elites econômicas. A família Bertaso e o domínio das colonizadoras passa a ser substituída pelo surgimento dos grupos empresariais, notadamente aqueles ligados à agroindústria.

---

<sup>76</sup>HASS, Monica, op. cit, 2003, p.139.

<sup>77</sup>SILVA, Claiton Márcio. HASS, Mônica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). In: **Revista Tempo e Argumento**, v.9, nº 21, p.p.338-374. Florianópolis: maio/agosto 2017.

<sup>78</sup>CORAZZA, Gentil. op. cit, p.76.

Sobre outros fatos que poderiam identificar características do mandonismo político, como prática de construção de hegemonia política, pode-se citar o exemplo da cassação do ex-prefeito Sadi de Marco. Silva afirma que “em Chapecó, desde a eleição de 1955, o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formavam a Aliança Social Trabalhista que procurava conter o avanço da União Democrática Nacional (UDN)”<sup>79</sup>.

Um ano após o golpe militar de 1964, Sadi de Marco, pelo PTB, era o prefeito eleito de Chapecó. Após, com o Ato Institucional Nº 2, teve o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro, mas Sadi de Marco não se filiou a nenhum dos dois partidos<sup>80</sup>. Após isto, com o advento do Ato Institucional Nº 5, ocorreu a cassação dos direitos políticos do prefeito de Chapecó, Sadi de Marco, em 29 de abril de 1969<sup>81</sup>. Tal cassação atingiu também o deputado estadual Genir Destri. Havia um contexto local muito claro também, de interromper a administração de uma liderança jovem, que não se enquadrava nos aspectos das tradicionais elites chapecoenses, e que tomava iniciativas que o deixava em evidência política, como por exemplo ter organizado a festa do cinquentenário do município, em 1967<sup>82</sup>, ou a conclusão do canal no Rio Passo dos Índios<sup>83</sup>, além de ter organizado, por conta das comemorações do cinquentenário, a primeira Exposição Feira Agroindustrial (Efapi). Foi alvo de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que acaba virando instrumento de destituir o poder executivo, quando este se fragiliza em razão de minoria parlamentar. Como aponta o próprio Sadi de Marco<sup>84</sup>, em entrevista, a respeito deste CPI:

Era um movimento de dois políticos aqui de Chapecó, um vereador e um outro que depois foi deputado federal, que queriam efetivamente me tirar o espaço... e tiraram. Entende? Porque se eles não tivessem tirado ali eles teriam perdido no voto. Então é óbvio, eles arrumavam, saíam a comprar.

Ressalta-se que por iniciativa do professor Claiton Márcio da Silva, e proposição legislativa do vereador do PCdoB, Paulinho da Silva, foi feita uma sessão solene simbólica para restituir o mandato do ex-prefeito 45 anos após a cassação. A homenagem<sup>85</sup> quase de maneira unânime,

---

<sup>79</sup>SILVA, Claiton Márcio, 2014, p.39.

<sup>80</sup>Idem, p. 50.

<sup>81</sup>Idem, p.p.117-118.

<sup>82</sup>Idem, p. 70.

<sup>83</sup>Idem, p.71.

<sup>84</sup>Entrevista concedida a Claiton Márcio da Silva por Sadi José de Marco. Francisco Beltrão (PR): 28/11/1998.

<sup>85</sup>LEGISLATIVO devolve de forma simbólica cargo de Prefeito a Sadi José De Marco. Disponível em: <<http://www.cmc.sc.gov.br/2012/index.php/expediente/28-noticias/1181-legislativo-devolve-de-forma-simbolica-cargo-de-prefeito-a-sadi-jose-de-marco>>. Publicado em 30/04/2014. Acesso em 05/01/2018.



despertou pontuais críticas, que partem de segmentos políticos que mantêm postura saudosista em relação à ditadura militar.

Após a cassação de Sadi José de Marco, Rodolfo Maurício Hirsh e Valdomiro Santos, respectivamente, foram prefeitos interinos de Chapecó<sup>86</sup>. Na eleição seguinte, em 1970, o expetebista João Destri, pai de Genir Destri também foi eleito. Nas eleições seguintes iniciou a hegemonia da ARENA (que após o fim do regime bipartidário passou a ser o PDS<sup>87</sup>), com as eleições de Altair Wagner, e Milton Sander posteriormente.

Foi neste cenário político conturbado, do período militar, e de polarização ARENA/MDB, que novos protagonistas começaram a surgir, ao final da década de 1970. Quanto ao cenário nacional, ficaram em destaque as greves do ABC paulista, por meio das quais despontou a figura do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que na época era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. Além disso surgiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Nestes movimentos, há forte influência dos segmentos progressistas da Igreja Católica, sob o viés da Teologia da Libertação, da formação das Pastorais (por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra, a CPT).

No oeste catarinense, o Bispo Dom José Gomes ajudou a articular os movimentos sociais, greves de agricultores familiares, pastorais, defesa da luta pela terra (seja de indígenas, seja de sem-terra), como também ajudou a organizar a resistência no caso dos atingidos por barragens. Tais ações refletiram na formação de lideranças políticas que passaram a atuar em movimentos sociais, em sindicatos ligados à CUT, no MST, no Movimento por Atingidos por Barragens (MAB), no Movimento de Mulheres Agricultoras (atualmente Movimento de Mulheres Camponesas – MMC), e dirigentes do PT<sup>88</sup>.

Nas disputas para prefeito, em 1983, o PMDB venceu as eleições, com o prefeito Leodônio Migliorini<sup>89</sup>. Em 1989, Milton Sander se elegeu novamente como prefeito<sup>90</sup> pelo PDS, o que

---

<sup>86</sup>CRUZ, Mirian. **Os respingos do golpe militar em Chapecó**. Disponível em: <[http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Os\\_respingos\\_do\\_golpe\\_militar\\_em\\_chapeco\\_\\_12379](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Os_respingos_do_golpe_militar_em_chapeco__12379)>. Publicado em 01/04/2014. Acesso em 05/01/2018.

<sup>87</sup>E mais tarde o PPB, posteriormente PP, e Progressistas nos dias atuais.

<sup>88</sup>UCZAI, Pedro. **Dom José Gomes: mestre e aprendiz do povo**. Chapecó: Argos, 2002.

<sup>89</sup>CHAPECÓ 100 anos: Galeria de prefeitos que já administraram Chapecó. Disponível em: <<https://clicrdc.com.br/galeria-de-prefeitos-de-chapeco/>>. Publicado em 11/05/2017. Acesso em 02/01/2018.

<sup>90</sup>Idem.

demonstra um histórico de hegemonia das forças políticas de direita. Em 1993, Dilso Cecchin, que tinha relação com o agronegócio, e foi funcionário da empresa frigorífica Coopercentral Aurora, era eleito pelo PFL, dando continuidade as vitórias do grupo político de Milton Sander. Cecchin faleceu em 1995<sup>91</sup>, e em seu lugar, assumiu o vice-prefeito Aldi Berdian.

A compreensão histórico-regional do município de Chapecó permite caracterizar o coronelismo como a estratégia de hegemonia de poder praticado até 1950, quando ocorreu o linchamento. Porém, novas estratégias de poder indicam que as “elites chapecoenses” se rearticularam via criação da Secretária de Desenvolvimento Regional, do SAIC, e no momento que se sentiram ameaçadas na estratégia, cassaram um prefeito (Sadi De Marco). A direita política chapecoense, sob diversas formas e estratégias de poder, governou na maior parte do tempo, de 1917 a 1996. Teve variações nas nomenclaturas dos partidos, passando por PSD, ARENA, PDS, PPB, PFL, sendo poucas vezes intercalada por governos mais alinhados ao centro, como o PTB e o MDB/PMDB.

Porém, as eleições de 1996 marcaram uma inflexão na história política de Chapecó, por meio da eleição de José Fritsch, ex-seminarista, também formado sob a influência do Bispo Dom José Gomes e da Doutrina Social da Igreja<sup>92</sup>, pelo PT. No capítulo seguinte, *De Dom José Gomes a Marcelino Chiarello*, esse fato é desmembrado para compreender esta influência formadora do Bispo em lideranças, e no caso em específico, de Marcelino Chiarello.

## 2.2 DE DOM JOSÉ GOMES A MARCELINO CHIARELLO

Nos anos 80, mesmo com a redemocratização, o espólio da ARENA, o qual era o Partido Democrático Social (PDS), manteve força política em Chapecó. O nome mais forte da direita chapecoense e que acabou sendo eleito prefeito, era Milton Sander. Houve também a eleição do prefeito Leodônio Migliorini, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que

---

<sup>91</sup>DILSO Cecchin faleceu durante o mandato. Disponível em: <<http://www.lenoticias.com.br/noticia/1724/dilso-cecchin-faleceu-durante-o-mandato>>. Publicado em 25/08/2017. Acesso em 02/01/2018.

<sup>92</sup>HASS, Mônica. **Democracia e governança**: o planejamento estratégico participativo de desenvolvimento urbano de Chapecó (SC) – 2001-2004. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, junho de 2006, p. 73.

interrompeu brevemente a hegemonia do grupo político ligado a Sander, entre 1983 e 1988<sup>93</sup>.

Em referência aos aspectos econômicos, pode-se afirmar que o processo de integração da produção (a relação direta do produtor de suínos ou de aves com a agroindústria) passou a ser o viés do aspecto produtivo. Corazza<sup>94</sup>, ao referir-se a questão da suinocultura, aponta que:

O processo de concentração da produção, que se acentua a partir dos anos 1980, logo resultou em apurada seleção de suinocultores. Também surgiram pressões para o aumento da produção nas propriedades. A imposição inicial era que o agricultor tivesse no mínimo três matrizes ao integrar, mas esse patamar mínimo foi sendo gradativamente aumentado. [...] a agroindústria regional trilhou o caminho da concentração, com o surgimento da Brasil Foods, pela fusão entre a Sadia e a Perdigão. Nos últimos anos, quatro grandes empresas dominam o setor- Bunge, Brasil Foods, Aurora e Marfrig (que incorporou a Cargill e a Seara).

Este foi o contexto de mudanças políticas e econômicas no qual a figura e as atividades do Bispo Dom José Gomes são inseridas. Dom José Gomes foi bispo da Igreja Católica de Chapecó entre 1968 a 1999, período em que o Bispo teve um papel estratégico na formação de lideranças políticas e do movimento social, do oeste de Santa Catarina e do Alto Uruguai Gaúcho. Segundo Uczai<sup>95</sup>, “a atuação de Dom José na educação, tanto formal quanto na formação de lideranças, permite refletir sobre a importância da participação da Igreja na formação social de líderes que atuam para além do espaço eclesialístico”. Segundo Diel<sup>96</sup>, “Dom José Gomes foi um bispo que se deixou renovar pelo espírito do Concílio Vaticano II (1962-1965)”. Chegou em Chapecó ainda em 1968, durante a ditadura militar, e sua atuação teológica estava implicada com os impactos do Concílio Vaticano II e da postura de parcela da Igreja Católica na América Latina, que se denominou Teologia da Libertação.

A atuação de Dom José Gomes na Igreja Católica colaborou no fortalecimento de diversos movimentos sociais, como o MAB, o MST, o MMA, que posteriormente se tornou MMC, as bases para um novo sindicalismo rural, que culminou na formação da atual Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). Neves da Silva<sup>97</sup>, ao se referir às

---

<sup>93</sup>EX-PREFEITOS de Chapecó/SC. Disponível em: <<http://www.cmc.sc.gov.br/2012/index.php/o-municipio/ex-prefeitos>>. Acesso em: 26/11/2017.

<sup>94</sup>CORAZZA, Gentil, op. cit, p.p.78-79.

<sup>95</sup>UCZAI, Pedro, op. cit, 2015, p.164.

<sup>96</sup>DIEL, Paulo Fernando, 2013, p.20.

<sup>97</sup>SILVA, Émerson Neves da. **Campo Santo**: uma história de almas em luta contra o latifúndio. Jundiaí: Paco Editorial, 2015., p.82.

transformações da Igreja Católica e sua relação com os movimentos sociais, aponta que “a Doutrina Social da Igreja se constitui em um terreno fértil ao desenvolvimento da prática pastoral renovada”. Ainda, teve papel de destaque nacional na consolidação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), do qual foi presidente, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Diel relata sobre a fé cristã e a atuação teológica de Dom José Gomes<sup>98</sup>, afirmando que:

Dom José era homem de Deus. Isso o fazia uma pessoa muito simples, muito humilde, mas de uma força e grandeza extraordinárias. Não era afeito ao luxo e à pompa. Amava a simplicidade e sentia bem com os simples. Jamais se deixou levar pelos afagos dos poderosos e burgueses, embora nunca tenha perdido respeito por eles. Sofreu as mais infames calúnias e sempre resistiu com firmeza e serenidade daqueles que encontram na fé o seu amparo. A fé o fez um homem livre. Sua espiritualidade é marcada por um profundo encontro com a palavra de Deus. Em seus sermões aludia, com clareza, doçura, humanidade e sentido libertador, a história do Êxodo, dos Profetas e do Novo Testamento onde encontrava em Jesus sua culminância. Antes mesmo da Conferência de Aparecida (2007), Dom José na sua espiritualidade promoveu um verdadeiro encontro pessoal com Jesus Cristo e com o Deus libertador do Antigo Testamento. Encontrou Jesus nos evangelhos e o reconheceu nos pobres. Assim, libertador e libertado agiam sem medo em favor dos pobres.

Na década de 1980, uma parcela significativa dos padres do oeste de Santa Catarina atuava na consolidação das comunidades, fossem rurais ou urbanas, as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nas quais elementos formativos apontavam para a necessidade da organização dos trabalhadores. Muitos padres foram protagonistas da organização de atos dos agricultores familiares, notadamente em períodos que antecederam a Constituinte de 1988. Entre o fim da década de 1970 e início da década de 1980, no sul do país, há o surgimento do MST, tendo a presença de membros da Teologia da Libertação na organização dos processos de ocupação.

Em razão desta atuação teológica, e das suas opções políticas e sociais, o Bispo Dom José Gomes desagradou grupos políticos e econômicos. Em especial, sua atuação em defesa dos indígenas, renderam ameaças de morte. Diel<sup>99</sup> aponta que “surgiram tensões fortes que acabaram posicionando, de um lado, as lideranças conscientes, determinados agentes de pastoral e o bispo diocesano, e, do outro lado, as classes dirigentes defensores da burguesia urbana e da velha burguesia agrária”. Essas tensões se aprofundaram quando Dom José Gomes defendeu as demarcações das áreas indígenas em Xanxerê (com a emancipação, tal área indígena localiza-se em

---

<sup>98</sup>DIEL, Paulo Fernando, op. cit, p.20.

<sup>99</sup>Idem, p. 448.

Ipuauçu) e do Toldo Chimbangue, em Chapecó<sup>100</sup>. Diel descreve contornos violentos na questão de terras do Toldo Chimbangue, indicando inclusive atentados<sup>101</sup>:

O caso teve lances dramáticos em julho de 1984, com a realização da famosa passeata dos colonos de Sede Trentin contra a diocese e o bispo, em 27 de julho de 1984, na cidade de Chapecó. Esse caso foi se desdobrando em vários episódios, incluindo um incrível atentado à bala cometido em Sede Trentin contra missionários do CIMI na tarde de 16 de outubro de 1984, que milagrosamente não resultou em morte.

Os conflitos agrários em que se colocam em enfrentamento duas categorias (indígenas e agricultores familiares) têm no seu pano de fundo o processo de colonização, no qual o poder público concedeu títulos de terras devolutas para empresas colonizadoras. Portanto, compreende-se que indígenas e agricultores familiares não são os causadores dos conflitos. Afirmar que indígenas e agricultores familiares são os causadores é mascarar a responsabilidade do Estado, que fomentou a formação das empresas colonizadoras, as quais serviram de instrumento para a venda das “terras devolutas”.

O Bispo Dom José Gomes teve participação também em lutas dos agricultores familiares. Um exemplo foi a participação ativa do Bispo em favor dos suinocultores, na questão da peste suína africana de 1978, que fez despencar o preço do suíno na região. Diel<sup>102</sup> afirma que a atuação do Bispo Dom José Gomes “desmascarou a interpretação oficial da peste”, e que “chegou a vazar a notícia que seria dada ordem de prisão contra o bispo, só não sendo executada porque o comando de Chapecó, temendo a reação do povo, não executou a ordem”<sup>103</sup>.

Um recorte temporal se faz necessário. O bispo Dom Manoel Francisco<sup>104</sup>, que sucedeu a Dom José Gomes, teve o mesmo tipo de oposição quando apresentou sua defesa pela demarcação de terra indígena ao povo guarani no oeste catarinense. Da mesma forma que Dom José, Dom Manoel Francisco sofreu com violência simbólica, no ano de 2007. Em nota do CIMI, o ato “ocorreu no dia 1º de junho de, em frente à Catedral da Diocese de Chapecó, quando manifestantes

---

<sup>100</sup>Ibidem, p.p. 449-450.

<sup>101</sup>Ibidem, p.p. 450-451.

<sup>102</sup>Ibidem, p.151.

<sup>103</sup>Ibidem.

<sup>104</sup>Em maio de 2014, pouco menos de 3 anos da morte de Marcelino, Dom Manoel Francisco rumou a Cornélio Procopio-PR, e em dezembro do mesmo ano, o Papa nomeou Dom Odelir Magri o novo bispo da Diocese de Chapecó.

penduraram numa árvore um boneco de pano, representando o enforcamento do bispo<sup>105</sup>. Pela foto abaixo, ao lado de um boneco que simulava Dom Manuel estava uma faixa: “*O fim do Bispo será igual ao de Judas! (Força)*”:

**Foto 1 – Manifestação contra o Bispo Dom Manoel Francisco**



FONTE: Acervo pessoal de Edivandro Frare.

Esses recortes temporais, e a atuação de dois bispos, seus posicionamentos políticos, demonstram que tais posições geram reações contrárias, por vezes violentas, remetendo aos sentidos que constituem o mandonismo e coronelismo político que perduraram em outros momentos da história do Oeste Catarinense, como nas décadas de 1980 e 1990, com o Bispo Dom José Gomes, tornando a se repetir em 2007, com o Bispo Dom Manoel Francisco.

A partir desse paralelo temporal de contextos, e de reações semelhantes de grupos políticos contra os bispos Dom José Gomes e Dom Manoel Francisco, buscou-se compreender a trajetória de Marcelino Chiarello.

Marcelino Chiarello, natural de Caxambu do Sul, lugar em que nasceu em 12 de setembro de 1969. Foi seminarista e professor de Filosofia e História da rede pública estadual, e no Colégio Estadual Pedro Maciel em Chapecó, é que consolidou sua atuação como docente efetivo. Era filiado ao Partido dos Trabalhadores, foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa

---

<sup>105</sup>CARTA aberta ao povo do Oeste de Santa Catarina. Conselho Indigenista Missionário, julho de 2007.

Catarina (Sinte – SC), e líder comunitário no Bairro Santo Antônio em Chapecó<sup>106</sup>.

No seminário, Chiarello teve influência de Dom José Gomes. O Bispo era um formador do pensamento teológico, político e social, e seus ideais estão marcados em Marcelino quando se observa a sua atuação enquanto liderança sindical, comunitária, política e profissional, como professor<sup>107</sup>. Marcelino foi o segundo da família a ingressar no Seminário; o primeiro foi seu irmão mais velho, Claudir, atualmente professor da rede estadual na Escola Serafim Enoss Bertaso, localizada no município vizinho de Nova Itaberaba (SC).

Analizou-se, nesta pesquisa, parte dos documentos do acervo pessoal de Marcelino Chiarello, o qual é mantido pelo seu irmão Pedro Chiarello. No acervo consta que Marcelino estudou Filosofia na Universidade São Francisco em Curitiba. Há uma referência ao Projeto de Estágio em Filosofia do Ensino Médio, do ano de 1993, além de um material feito na datilografia, composto pelos planos de aula deste estágio, realizados no Colégio Estadual Pio Lantéri, de Curitiba, entre 07 de maio a 05 de novembro de 1993, sob a supervisão das professoras Helena Mello de Carvalho e Marilza Ferreira Alciatti<sup>108</sup>. A organização curricular destas aulas de Filosofia partia dos conceituais da Filosofia e seus principais teóricos. Percebeu-se nessa organização curricular a preocupação de Marcelino em dinamizar o currículo ao cotidiano, por meio de reflexões acerca da identidade social, alienação, reflexões sobre a História brasileira, utilizando-se de aulas organizadas em torno de debates, na crítica, em aulas expositivas e dialogadas<sup>109</sup>.

Nesse acervo de Pedro Chiarello, encontramos também materiais usados por Marcelino de uma graduação em Teologia e Pastoral, pelo Instituto de Teologia de Passo Fundo (ITEPA), uma especialização em História pela Unoesc – Campus Chapecó (atual Unochapecó), além de uma série de materiais usados em sua profissão, como professor e como liderança comunitária e política. Dentre os materiais, reflexões sobre a Teologia da Libertação, sobre movimentos sociais, sobre os índios kaingang, além de diversas revistas Mundo Jovem. Essa revista constitui-se de pequenos textos, geralmente encerrados com questionamentos, que fazem uma associação entre conteúdo

---

<sup>106</sup>PALUDO, José Roberto. **Relato sobre a morte do vereador Marcelino Chiarello**. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2011/11/28/relati-sobre-a-morte-do-vereador-marcelino-chiarello/?topo=48,2,18,,,48>>. Blog do Moacir Pereira. Publicado em 28/11/2011. Acesso em 02/01/2018.

<sup>107</sup>Idem.

<sup>108</sup>Acervo pessoal de Pedro Chiarello.

<sup>109</sup>Idem.

escolar e alguma problematização social contemporânea<sup>110</sup>. A preocupação do professor Marcelino Chiarello era de engajamento político, de despertar a criticidade através do ensino.

Quanto à política local chapecoense, em 1996 o prefeito era Aldi Berdian. Berdian era vice-prefeito, mas assumiu o posto de prefeito após o falecimento de Dilson Cecchin, do Partido da Frente Liberal (PFL). Aldi Berdian era do Partido Progressista Brasileiro (PPB), de Milton Sander.

Ainda, no ano de 1996, aconteceram as eleições e José Fritsch, pelo PT, foi eleito, derrotando o candidato favorito Milton Sander, do PPB. Nemésio Carlos da Silva, à época pelo Partido Popular Socialista (PPS) foi o vice-prefeito com José Fritsch. A eleição do prefeito José Fritsch representou a maior inflexão política em Chapecó, pois a elite local que havia se separado (o PFL havia formado chapa com o PMDB) fora derrotada por forças políticas ligadas aos movimentos sociais<sup>111</sup>. Hass aponta que Chapecó<sup>112</sup>:

foi dominado política e economicamente durante 80 anos, por uma elite tradicional e conservadora. Em 1997, a esquerda capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores, assumiu o poder local e inovou em termos de gestão pública, implantando vários instrumentos participativos que ampliaram a participação da população local em processos decisórios relacionados à formulação de políticas públicas e projetos de desenvolvimento.

Hass (2000) ao analisar sobre a formação de entidades por volta de 1950 (tais como jornais Associação dos Balseiros do Rio Uruguai, Frigorífico Chapecó, a fundação da Diocese de Chapecó, clínicas, rádio) já descrevera que “evidencia-se que a luta política se apossa das associações, com a elite local disputando poder nesse espaço também”<sup>113</sup>.

Nas eleições de 2000, José Fritsch foi reeleito prefeito, derrotando a candidatura de Antônio Rebelatto<sup>114</sup>. É neste cenário, em que a esquerda chega ao poder chapecoense, e que Marcelino se insere nos primeiros cargos políticos, nas gestões dos prefeitos José Fritsch e Pedro Uczai.

---

<sup>110</sup>Ibidem.

<sup>111</sup>HASS, Monica. As elites políticas e o poder local: conflitos na política de 1917 a 1998 (p.p. 253-280). In: **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (Orgs.) Chapecó, SC: Argos, 2017, p.72.

<sup>112</sup>HASS, Monica, Planejamento Participativo de Desenvolvimento Urbano Sustentável: o Congresso da Cidade de Chapecó (SC) – 2001 a 2002 (p.p.295-318) In: **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos** (Gentil Corazza e José Carlos Radin, org.). Florianópolis: Insular, 2016, p. 304.

<sup>113</sup>HASS, Monica, op. cit, 2000, p.138.

<sup>114</sup>Empresário de Chapecó, na época foi candidato pelo PFL (atual Democratas, o DEM).



## 2.3 A GESTÃO DE JOSÉ FRITSCH E A INSERÇÃO POLÍTICA DE MARCELINO

Hass (2016) afirma que, ao assumir a Prefeitura em 1997, José Fritsch introduziu um projeto classista de transformação social (“modo petista de governar”). Para a autora, houve reação das elites tradicionais, em especial na proposta de maior participação popular nos espaços decisórios, como foi o caso do Orçamento Participativo que Hass destaca<sup>115</sup>:

As desavenças estão presentes desde o início da administração popular. O segmento empresarial, através das suas entidades representativas, no caso, principalmente a ACIC (Associação Comercial e Industrial de Chapecó), critica o atual governo por excluí-los do seu projeto político e administrativo. Os conflitos políticos atingiram seu ápice com o aumento do IPTU, que resulta em um processo de impeachment, impetrado em maio de 1998, em torno do prefeito José Fritsch. O processo foi arquivado em outubro de 1998, por decisão do presidente da Câmara de Vereadores, por entender que houve prescrição do prazo previsto em lei para o julgamento. Uma outra arena de manifestação de conflitos de interesses é o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Chapecó, criado no final da gestão do PPP/FL, em dezembro de 1996, através da lei 3736, após confirmada a vitória da esquerda, para garantir um espaço de defesa dos interesses econômicos da elite local, através da política de incentivos fiscais.

O caráter político da tentativa de impeachment fica mais evidente do que os aspectos jurídicos. Esta questão fica exposta pelo ex-vereador do PPB Oracílio Costella, o qual indica que “o impeachment foi uma tentativa pra desestabilizar o prefeito, a administração do Fritsch, de criar uma espécie de terrorismo”<sup>116</sup>.

Mesmo assim, a administração de José Fritsch teve continuidade e foi reeleito em 2000, tendo como seu vice, o então deputado estadual Pedro Uczai. Em 2002, Fritsch renunciou ao mandato para ser candidato a governador, e posteriormente assumiu o cargo de ministro da Secretaria Especial da Pesca no primeiro mandato do ex-presidente Lula. Pedro Uczai se tornou o prefeito de Chapecó em 2002<sup>117</sup>.

Marcelino assumiu cargos na gestão de José Fritsch, inicialmente no setor de assistência social, e após como diretor de serviços urbanos. Neste contexto, Marcelino mudou de função e

---

<sup>115</sup>HASS, Monica, 2016, op. cit, p. 304.

<sup>116</sup>BOTH, Ricardo. **O processo de impeachment do prefeito José Fritsch no ano de 1998**. Monografia (Pós-Graduação em História). – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2004.

<sup>117</sup>CHAPECÓ 100 anos...op. cit, 11/05/2017.

passou a coordenar o Orçamento Participativo (OP), cargo em que ganhava projeção política. Sua atuação nessas funções o possibilitou conhecer profundamente as comunidades. Chiarello tinha um perfil carismático, gostava de jogar futebol nas comunidades, participar de festas e reuniões, além de ter em sua formação enquanto liderança dos tempos de seminarista, características que contribuíram para que ele viesse a ser candidato a vereador em 2004.

O Orçamento Participativo é um dos elementos que caracterizam as diferenças da administração do PT e aliados em relação às administrações passadas. Essa ferramenta de participação popular não foi utilizada somente em Chapecó, mas também foi adotada em diversas administrações municipais que tinham o PT como mandatário. O caráter de participação da população, do envolvimento das lideranças comunitárias em alguns dos processos decisórios, projetou o fortalecimento da administração municipal, e no caso de Marcelino, ao coordenar o OP, passou a ter visibilidade na relação entre a administração municipal com as comunidades.

Salienta-se que o município de Chapecó tem aspecto de liderança sobre uma ampla região, em que as agroindústrias do setor de carnes impulsionaram o crescimento dos bairros das cidades, com intensa migração de pessoas de outros municípios e do meio rural para Chapecó. A vivência dos bairros acabava sendo uma reprodução, muitas vezes, das comunidades rurais. Marcelino compreendia politicamente este fenômeno, pois era natural de um pequeno município do oeste catarinense. A relação que tinha com a população remete-se novamente a sua base de formação ligada a Dom José Gomes, no que se refere a seu envolvimento com os movimentos de luta reivindicatórios: “Dom José gostava de estar junto, encontrar-se e conversar com os agricultores”<sup>118</sup>.

Belebom<sup>119</sup> compreende a ligação de Marcelino a Dom José Gomes, à Teologia da Libertação, e a influência dos aspectos do cristianismo que apontam para uma atuação em prol da coletividade. O autor afirma que:

Certamente influenciado pela Teologia da Libertação, pois foi “discípulo” de Dom José Gomes, Marcelino entendia que o bem comum é a essência do Evangelho. Nas reuniões em que participava, expressava em palavras alguns sinais de que o coletivo estava sempre acima do individualismo. Na despedida de tais reuniões, enquanto seus colegas diziam “até a vitória”, ele se limitava a dizer “até uma próxima”.

---

<sup>118</sup>UCZAI, Pedro, op. cit, 2002, p. 180.

<sup>119</sup>BELEBOM, Itamar, op. cit, p.15.

Marcelino assumiu seus primeiros cargos políticos em um contexto em que o PT venceu pela primeira vez a disputa eleitoral em Chapecó, no ano de 1996, e manteve esta hegemonia com a reeleição de José Fritsch no ano 2000. Aquele foi um momento de ruptura com as elites tradicionais, em que outro modelo de governar foi inserido. Fica evidente também que a projeção de liderança de Marcelino se deu na relação com as comunidades, fortalecida especialmente ao coordenar o OP. Isto serviu para que seu nome pudesse ser colocado à disposição para a disputa de vereador pela primeira vez, na eleição de 2004.

Ao se encerrar este capítulo, pode-se argumentar que a tradição do modelo mandonista/coronelista de poder permeia o histórico político em Chapecó. A estratégia de poder estabelecida pelas elites chapecoenses produziu uma estrutura que fez com que estas elites econômicas se mantivessem com o poder político na maior parte do tempo, entre 1917 e 1996.

As poucas rupturas políticas que ocorreram sofreram formas de oposição caracterizadas por acontecimentos violentos, por tentativas de deposição de eleitos, com estratégias da perpetuação do poder por segmentos das elites chapecoenses, em diversos momentos da história política chapecoense. Os exemplos analisados, como o linchamento de 1950, a cassação do prefeito Sadi de Marco em 1964, as ameaças feitas ao Bispo Dom José Gomes na década de 1980, a tentativa de cassação do prefeito José Fritsch em 1998, e a ameaça ao Bispo Dom Manoel Francisco em 2007, demonstram que não precisa se igualar os contextos para entender como existem artifícios, ou como destacou Silva<sup>120</sup>, “fatos”, em que o modelo mandonista de sociedade tentou prevalecer. Também é preciso mencionar que o município surge em 1917, em um cenário em que coronéis gozavam de prestígio social, e dentre estes, se sobressaiu o Coronel Ernesto Francisco Bertaso.

Dentre as poucas rupturas ao modelo de poder instituído nos moldes de hegemonia das elites chapecoenses, a eleição de José Fritsch em 1996 torna-se simbólica. Foi a partir dos cargos que Marcelino desempenhou nas duas gestões (Frisch/Nemésio; Fritsch/Uczai), dentre 1997 e 2004, que Marcelino se projetou como liderança política.

No ano de 2004, Marcelino lançou sua candidatura a vereador pelo PT. O cenário de antagonismo entre direita e esquerda ganhava nova dimensão<sup>121</sup> no município. Chiarello conseguiu

---

<sup>120</sup>Citação na página 26, neste capítulo.

<sup>121</sup>A nova dimensão pode ser caracterizada pelo sentimento “chega de PT”, que esteve presente em parcela da sociedade

ser eleito vereador, porém o PT e aliados perderam a disputa municipal para o candidato de direita, atual deputado federal João Rodrigues.

A análise dos dois mandatos de vereador de Marcelino Chiarello serão o objeto do capítulo seguinte.

### 3. MARCELINO VEREADOR

Neste capítulo, foi desenvolvida uma análise histórica dos dois mandatos de vereador de Marcelino Chiarello, sendo que o primeiro foi entre 2005 a 2008, e o segundo, iniciado em 2009, é interrompido em virtude de sua morte trágica em 28 de novembro de 2011. As ações parlamentares de Marcelino, suas principais pautas reivindicatórias, além de denúncias de corrupção contra agentes políticos locais, feitas pelo vereador no Ministério Público, são destacadas.

#### 3.1 PRIMEIRO MANDATO: 2005/2008

Em 2004, em sua primeira candidatura, Marcelino se elegeu vereador de Chapecó, com 2.176 votos, assumindo o posto de vereador mais votado de seu partido<sup>122</sup>. Na campanha, usou o lema “Presença e participação”, viés ligado à sua relação com a Igreja Católica e às comunidades, e à coordenação do OP na gestão de Pedro Uczai.

O PT, que governava o município por oito anos, teve como candidato a prefeito Cláudio Vignatti<sup>123</sup>, que perdeu as eleições para prefeito em 2004 para João Rodrigues, que era filiado ao PFL<sup>124</sup>. Posteriormente, o PFL alterou sua sigla para Democratas (DEM), e quando Gilberto Kassab funda o PSD (um retorno desta sigla), e o governador catarinense Raimundo Colombo adere a este partido. João Rodrigues e outras lideranças do DEM do oeste do Estado também migraram para o PSD<sup>125</sup>.

Outro vereador eleito pelo PT na mesma eleição que Marcelino Chiarello, Nilson Macieski<sup>126</sup>, deixou o partido, e Chiarello manteve-se o único vereador do PT na cidade, entre 2004 e 2008. Marcelino formou o bloco de oposição na companhia dos dois vereadores do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Paulinho da Silva e Cesar Valduga<sup>127</sup>.

---

<sup>122</sup>TRIBUNAL Regional Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em: < [https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2004/resultado\\_final/munic/SC80810.htm](https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2004/resultado_final/munic/SC80810.htm)>. Acesso em: 03/05/2016.

<sup>123</sup>Cláudio Vignatti era deputado federal do PT e teve como sua vice, Luciane Carminatti. Concorreu na mesma disputa, o ex-prefeito Milton Sander, o qual havia migrado para o PMDB (MDB), ficando em terceiro lugar na eleição.

<sup>124</sup>TRIBUNAL Regional Eleitoral de Santa Catarina, op. cit.

<sup>125</sup>O primeiro vice-prefeito de João Rodrigues foi Élio Cella, filiado na época ao PP. Desde 2017, é vice-prefeito de Luciano Buligon pelo PR; o segundo vice-prefeito de João Rodrigues foi José Cláudio Caramori, o qual também assumiu a prefeitura e se elegeu prefeito nas eleições municipais de 2012.

<sup>126</sup>Migrou para o PSOL, e subsequentemente para o PMDB (MDB).

<sup>127</sup>Ambos eram vereadores do PCdoB. Valduga atualmente é deputado estadual em Santa Catarina, pelo PCdoB, e foi

João Rodrigues, que era apresentador de programa da repetidora local do SBT, havia sido prefeito de Pinhalzinho ao mesmo tempo em que apresentava o programa. Posteriormente, tinha sido eleito deputado estadual, nas eleições de 2002. A direita chapecoense queria retomar a hegemonia do poder local, após as duas derrotas para José Fritsch (1996 e 2000). Para que as elites locais pudessem derrotar o PT e aliados, a transferência de domicílio eleitoral de João Rodrigues, de Pinhalzinho para Chapecó, foi parte da estratégia adotada. Como apresentador de TV, algumas pautas sensacionalistas do programa apresentado por João Rodrigues o faziam ter forte apelo popular, além do caráter assistencialista inserido naquela programação que o permitia dialogar com as camadas mais pobres da população. O trabalho que possuía na TV dava a João Rodrigues vantagem em relação a outros nomes da direita chapecoense, mais identificadas com os estratos sociais com maior poder aquisitivo. João Rodrigues conseguia dialogar com camadas da população mais identificadas com o petismo, cuja base era mais forte nos bairros operários e no meio rural, conforme apontaram todos os resultados eleitorais desde 1996<sup>128</sup>.

Tanto na campanha eleitoral de 2004, vencida por João Rodrigues, como suas ações na função de prefeito, seguiam a linha de desconstrução do petismo e aliados, e pela retomada do discurso das elites tradicionais.

Este foi o momento político chapecoense em que Marcelino assumiu a função de vereador. Era opositor ao prefeito João Rodrigues, e por este motivo, eram comuns os debates entre ambos, com secretários da gestão, e com vereadores da sua base aliada, em sessões da Câmara de Vereadores, ou nos microfones da rádio Super Condá ou da Rádio Chapecó.

No primeiro mandato de Marcelino, a análise de requerimentos e solicitações demonstrou uma atuação em diversas frentes. Suas preocupações, requerimentos por informações, por reivindicação de políticas públicas eram amplas: habitação, saúde, educação, transporte coletivo, assistência social<sup>129</sup>.

Um exemplo foi o ofício de 27 de setembro de 2005<sup>130</sup>, no seu primeiro ano de mandato, com assinaturas das lideranças das associações comunitárias da Região Sudeste (Bairros Santo Antônio, Palmital, Quedas do Palmital, Universitário e Seminário), encaminhou pedido de

---

candidato a prefeito de Chapecó no pleito de 2016 pelo PCdoB.

<sup>128</sup>Tribunal Regional Eleitoral, op. cit.

<sup>129</sup>Acervo de Marcelino Chiarello no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM).

<sup>130</sup>Idem.

instalação de um Centro Federal Tecnológico (CEFET) nesta região da cidade de Chapecó. Tal pedido estava endereçado para a senadora em exercício Ideli Salvatti (PT-SC), para o deputado federal Cláudio Vignatti (PT-SC) e para a diretora geral do CEFET-SC Consuelo Suelki Santos. Em 2007, o CEFET implantou campus em Chapecó, no Bairro Seminário<sup>131</sup>.

Na questão da expansão do ensino superior, Marcelino também teve atuação, por meio do ofício 3735/2006<sup>132</sup>, proveniente do Ministério da Educação, e assinado pelo Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior, Manuel Palácios da Cunha, acerca da solicitação de expansão do campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para a microrregião do oeste de Santa Catarina. Nela, Manuel destaca o cenário de expansão das Universidades Federais, citando a criação dos campi da UFSM em Palmeiras das Missões e Frederico Westphalen (que tem relativa proximidade geográfica com Chapecó), além da criação de uma nova universidade no sul do país, a Unipampa, e de um campus de litoral para a Universidade Federal do Paraná (UPFR)<sup>133</sup>.

Pelo Ofício 075/2006/10ª PJ<sup>134</sup>, o promotor Fabiano José Cavalcanti indicou resposta ao mandato de Marcelino, assinalando o arquivamento de possíveis irregularidades apontadas pelo vereador em Concurso Público da Prefeitura Municipal de Chapecó, realizado em 27 de novembro de 2005. Já em 2007, um requerimento assinado por Marcelino<sup>135</sup>, e pelos dois vereadores do PCdoB, Paulinho da Silva e Cesar Valduga, além do vereador do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Alsari Balbinot, apontava para a tentativa de estabelecer uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sobre arrecadação de brindes de uma festa do PROCON.

Naquele mesmo ano, requerimentos<sup>136</sup> indicam a preocupação de Chiarello e sua articulação com os movimentos sociais, com a Colônia de Pescadores do Rio Uruguai, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com o MAB, em virtude da construção da Usina Foz do Chapecó. A atuação em defesa dos interesses dos atingidos pela barragem perdurou no decorrer da atividade parlamentar.

---

<sup>131</sup>Mais tarde, passa a se chamar Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC.

<sup>132</sup>Acervo de Marcelino Chiarello no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM).

<sup>133</sup>Idem.

<sup>134</sup>Idem.

<sup>135</sup>Idem.

<sup>136</sup>Idem.

Em 26 de maio de 2008, um requerimento<sup>137</sup> de Chiarello deixa claro que sua base social e política tem influência do Bispo Dom José Gomes. O vereador apresentou um projeto que objetivava criar a Medalha de Honra ao Mérito Dom José Gomes. Na justificativa do texto, ao citar Igreja Diocesana e Teologia da Libertação, está assim exposto: “inserido neste contexto Dom José Gomes passou a trabalhar fortemente a opção pelos mais pobres”<sup>138</sup>. A relação com a Igreja Católica e suas lideranças caracteriza a atuação do vereador Marcelino. A instituição desta medalha faz parte do processo formativo de Marcelino, um ex-seminarista, uma liderança comunitária no Bairro Santo Antônio a partir da comunidade católica.

A Medalha Dom José Gomes foi concedida no ano seguinte, 2009, fazendo parte do segundo mandato de Marcelino, pelo requerimento 255/09, ao padre Cleto João Stülz<sup>139</sup>, um dos organizadores do livro *Sermões do Bispo Dom José Gomes*, que também tem na atuação teológica, influência da Teologia Social da Igreja. Além disso, conforme matéria de jornal<sup>140</sup>, um requerimento de Marcelino Chiarello foi aprovado, contando com a presença do Bispo Dom Manoel Francisco (que sucedeu a Dom José Gomes), objetivando debater sobre segurança pública por meio da Campanha da Fraternidade do ano de 2009.

Nos materiais jornalísticos de sua atuação parlamentar, que estão no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM/UNOCHAPECÓ), um hábito de Marcelino fica exposto. O vereador tinha o hábito de desenhar uma flecha em matérias que o interessavam ou que lhe diziam respeito. Geralmente, em reivindicações de servidores públicos, matérias que conjeturavam candidaturas, o debate do transporte coletivo, obras, demandas dos bairros, editais, licitações. Como exemplos disto, um dos jornais arquivado no acervo de Marcelino Chiarello no CEOM, anotações sobre editais da administração municipal de Chapecó<sup>141</sup>, com o uso da caneta marca texto sobre aditivos em editais com empresas, como Arenito Construtora, Ciclo Construtora, Nutriplus Alimentação, Eliseu Koop, Consórcio Arena Condá, Greca Distribuidora de Asfaltos<sup>142</sup>. No mesmo sentido, anotações (traços com caneta marca texto) em editais<sup>143</sup>, em aditivos de obras para com as empresas

---

<sup>137</sup>Ibidem.

<sup>138</sup>Ibidem.

<sup>139</sup>JORNAL Voz do Oeste, 24/11/2009.

<sup>140</sup>JORNAL Diário do Iguçu, 11/03/2009, p.2.

<sup>141</sup>JORNAL Voz do Oeste, 07/10/2009.

<sup>142</sup>Vale lembrar que o caso da empresa Eliseu Koop, empresa com contratos de lombadas eletrônicas, teve repercussão posterior, bem como da empresa Nutriplus, em que a denúncia de Marcelino sobre o contrato de terceirização da merenda escolar de Chapecó acabou resultando em investigação.

<sup>143</sup>JORNAL Voz do Oeste, 07/10/2009.



Clínica Renal Oeste, Prática Serviços e QST Qualidade em serviços. Cita-se este hábito de Marcelino para demonstrar que, na posição de vereador de oposição, usava de meios de comunicação para acompanhar os gastos públicos, por ferramentas que visam a transparência em administração pública, em especial contratos de terceirização com a administração pública, sendo que alguns destes contratos, viraram denúncia feitas por Marcelino ao Ministério Público.

E sua atuação parlamentar não ficou reduzida a fiscalização da administração pública local, da qual era opositor. Nas anotações que fazia em jornais, uma flecha sobre a definição de cursos da projetada UFFS<sup>144</sup>, que foi implantada meses mais tarde, ainda no governo Lula em setembro daquele ano, e que Marcelino também viria a ser membro do Conselho Estratégico Social. Nas sessões de julho de 2009, propôs<sup>145</sup> debate para ampliação da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), e a discussão sobre uma estação de piscicultura em Chapecó, com a justificativa de que o município virasse referência em produção de alevinos.

Também constam no acervo do CEOM troféus<sup>146</sup> de premiações recebidas por Marcelino. Um deles, o Troféu Destaque Sala de Debates, de um programa de entrevistas da Rádio Super Condá, datado em 23 de abril de 2003, quando Marcelino coordenava o Orçamento Participativo. Este mesmo prêmio Marcelino recebeu pela segunda vez em julho de 2006 e em 30 de julho de 2008<sup>147</sup>.

Mesmo estando em várias frentes de atuação, compreende-se que Marcelino chegou ao processo eleitoral de 2008 em um momento em que sua força política se encontrava um tanto fragilizada. A imagem construída, de um opositor radical, naquele contexto por pouco não prejudicou sua reeleição. As esquerdas acabaram optando por lançar duas candidaturas para prefeito, uma do ex-prefeito José Fritsch (PT), e outra do vereador Paulinho da Silva (PCdoB). Naquela eleição, o prefeito e candidato à reeleição João Rodrigues (que na época era do DEM) estava em um contexto de ascendência política, e se reelegeu.

---

<sup>144</sup>JORNAL Diário do Iguaçu, 27/02/2009, p.14.

<sup>145</sup>Acervo de Marcelino Chiarello no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM).

<sup>146</sup>Idem.

<sup>147</sup>Idem.

### 3.2 SEGUNDO MANDATO: 2009/2011

Nas eleições de 2008, Marcelino Chiarello se reelegeu vereador. Marcelino reduziu a quantidade de votos em relação à eleição de 2004, com um total de 1339 votos<sup>148</sup>, eleito juntamente com Luciane Carminatti, que fez 3271 votos<sup>149</sup>, e acompanhada por Marcelino, constituiria a bancada de oposição. Pelo PCdoB, Cesar Valduga, que concorria à reeleição, fez considerável votação (2676 votos), porém o partido não atingiu o coeficiente eleitoral.<sup>150</sup>

Uma explicação para a quantidade de votos reduzida de Marcelino, está que em 2004, João Rodrigues se elegeu fazendo 43,83% dos votos válidos, e o candidato petista Cláudio Vignatti, 37,39% dos votos válidos<sup>151</sup>. Em 2008, quando João Rodrigues se reelegeu chegou aos 59,52% dos votos válidos, ao passo que o ex-prefeito José Fritsch, candidato petista em 2008, fez 27,4% dos votos válidos<sup>152</sup>. O governo de João Rodrigues teve sempre um discurso forte na desconstrução do petismo (e do próprio PCdoB), e na reconstrução da concepção de uma visão de desenvolvimento e progresso. Essa visão estava alinhada ao pensamento das elites conservadoras, para as quais os 8 anos de governo do PT e aliados, constituía a antítese de tal concepção. Nesse sentido, João Rodrigues com o uso dos meios de comunicação, em especial pelos microfones das emissoras de rádio Super Condá e Chapecó, tinha enfrentamentos com Marcelino Chiarello e outros políticos de oposição. Mas os enfrentamentos de João Rodrigues com Marcelino eram mais costumeiros.

Há outro aspecto que precisa ser considerado: quando João Rodrigues assumiu em 2005, o governo Lula estava em seu terceiro ano do primeiro mandato, e em um cenário de recuperação econômica nacional, já manifestada em 2004<sup>153</sup>. Tal cenário, proporcionou uma série de obras federais e estaduais, com contrapartida da administração municipal, como o Hospital Materno-

---

<sup>148</sup>TRIBUNAL Regional Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em: < <https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2008/RFM2008180810.htm>>. Acesso em 02/01/2018.

<sup>149</sup>Idem.

<sup>150</sup>Idem.

<sup>151</sup>Idem.

<sup>152</sup>Importante destacar: em 2004, o PMDB (MDB) lançou como candidato o ex-prefeito Milton Sander (que sempre fora candidato pela ARENA/PDS/PP); nas eleições de 2008, o PCdoB lançou uma candidatura sem aliança com o PT, a do ex-vereador Paulinho da Silva e o PMDB, a candidatura de Luciano Buligon, o atual prefeito de Chapecó, que migrou para o PSB. Mesmo com esta diferença de candidaturas, 3 em 2004 para 4 em 2008, o número de votos válidos não diminuiu o percentual para João Rodrigues, pelo contrário, em votos válidos o percentual de João Rodrigues subiu mais de 15% em 2008. Fonte: TRIBUNAL Regional Eleitoral de Santa Catarina, idem.

<sup>153</sup> PIB cresce 5,2% em 2004, o melhor desempenho desde 1994, diz IBGE. Publicado em 01/03/2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u93876.shtml>. Acesso em 08/03/2018.

Infantil, o Mercado Público Regional, o Restaurante Popular, o Centro de Eventos, dentre outras, que deram um aspecto de “cidade em movimento”, alimentando o discurso de que no mandato anterior o que se tinha era uma “cidade paralisada” pelos 8 anos de administração do PT e aliados. Pode-se dizer que Marcelino Chiarello foi o político de oposição que mais sentiu o desgaste de ser opositor de um prefeito com alta avaliação popular naquele contexto, mas mesmo nestas condições, se reelegeu.

Um exemplo deste discurso está no filme *A Conquista*<sup>154</sup>, em que há uma gravação de falas dos dois ex-prefeitos (João Rodrigues e Caramori) na inauguração do Shopping Pátio Chapecó. Caramori aponta em sua fala que a partir de 2005 (quando João Rodrigues assumiu a administração municipal), “capital e mão de obra tem que andar juntos”<sup>155</sup>, um discurso que nega o antagonismo entre classes. Caramori usa o termo “aqui” repetidas vezes na fala ao se referir a Chapecó, reforçando através do bairrismo, a concepção de desenvolvimento das elites chapecoenses. No mesmo evento, João Rodrigues afirma que “a partir de 2005, tornamos esta terra livre das algemas, das amarras, uma terra para investir e prosperar”<sup>156</sup>, um discurso de desenvolvimento voltado às concepções das elites chapecoenses.

Luciane Carminatti concorreu e se elegeu como Deputada Estadual em 2010<sup>157</sup>. A vaga da ex-vereadora foi assumida pela suplente, vereadora Ângela Vitória, que junto com Marcelino, passou a formar a nova dupla de oposição ao governo municipal de Chapecó. Na sequência, destacam-se elementos da atividade parlamentar de Marcelino Chiarello no período entre janeiro de 2009 a 28 de novembro de 2011.

Nos sete anos de mandato de vereador, Marcelino Chiarello foi o vereador, do grupo político estabelecido e liderado pelo ex-prefeito João Rodrigues, que mais fez enfrentamentos políticos, apontando problemas de ordem da execução das políticas públicas e denúncias de corrupção do governo municipal de Chapecó.

As primeiras denúncias foram contra a gestão do Prefeito João Rodrigues, subsequente para

---

<sup>154</sup>A Conquista, op. cit., 2014.

<sup>155</sup>Esta é uma afirmação que vai à contramão de uma interpretação marxista do capitalismo, a da lógica da luta de classes, de classes paradoxais, em que o lucro de uma provém do trabalho da outra (mais-valia).

<sup>156</sup>A Conquista, op. cit., 2014.

<sup>157</sup>TRIBUNAL Regional Eleitoral de Santa Catarina.

a gestão do vice de João, José Cláudio Caramori (PSD)<sup>158</sup> que assumiu também o posto de prefeito a partir de 2010. Uczai<sup>159</sup> destaca que “Marcelino tinha um sistema de coleta de informações que nenhum outro vereador possuía. Era muito perspicaz e ágil na busca de dados concretos e provas”.

Ainda em 2009, uma frente de atuação e embate diz respeito ao colégio em que Marcelino Chiarello lecionava, a Escola Estadual Pedro Maciel<sup>160</sup>. O prefeito João Rodrigues pretendia destinar a área daquele colégio para a construção de um shopping, restando como alternativa para a escola, o espaço interno das arquibancadas do Estádio Índio Condá<sup>161</sup>. Marcelino conseguiu mobilizar a comunidade escolar para barrar tal iniciativa e o colégio Pedro Maciel permanece naquele local até os dias atuais. Mas nos meios de comunicação, a estigmatização de lideranças, através do uso pejorativo de termos ou opiniões como a “de ser contra o progresso” foram (re)produzidas. Em um jornal local<sup>162</sup>, em coluna assinada por Katielly Lanzini, que tratou do assunto, Marcelino é ironicamente chamado de “Chia Chiarello”, e é apontado como “aluno” do “professor alopado”, que era Pedro Uczai, o qual tinha a função de deputado estadual na época. Porém, na menção ao fato em questão, o jornalista acaba considerando errada a ação do prefeito João Rodrigues em querer transformar arquibancada de estádio em salas de aula<sup>163</sup>. Ainda sobre esta questão, na coluna do jornalista Luiz Perroni (já falecido), com a chamada “A polêmica do Pedro Maciel”<sup>164</sup>, um leitor que usou o nome Marcelo MTS, chama de “lamentável o fanatismo partidário acima do bem coletivo com Uczai e Marcelino trabalhando contra investimentos necessários”<sup>165</sup>. A expressão “bem coletivo” é usada no sentido inverso, visto que Marcelino se posicionou em defesa da comunidade escolar na qual trabalhava, buscou pela manutenção da escola naquele local e que por uma decisão política, alinhada ao interesse econômico, poderia ter sido deslocada para outro local.

Outro exemplo de denúncias de Marcelino, que resultaram em indiciamento do ex-prefeito João Rodrigues e da Secretária de Educação Astrit Tozzo<sup>166</sup>, foi a denúncia de supostas irregularidades nos contratos de merenda escolar do município de Chapecó (processo de

---

<sup>158</sup>PALUDO, José Roberto, op. cit., 28/11/2011.

<sup>159</sup>UCZAI, Pedro, op. cit, 2015, p.22.

<sup>160</sup>JORNAL Chapecó Urgente, 17/03/2009, p. 02.

<sup>161</sup>Com as reformas feitas no estádio, a nomenclatura não é mais Estádio Índio Condá. Atualmente usa-se o nome Arena Condá.

<sup>162</sup>JORNAL Chapecó Urgente, 17/03/2009, p. 02.

<sup>163</sup>Idem.

<sup>164</sup>JORNAL Diário do Iguaçu, 17/03/2009, p. 8.

<sup>165</sup>Idem.

<sup>166</sup>Atualmente é vereadora pelo PSD, tendo sido reeleita em 2014.

terceirização). Segundo matéria, sobre ação do Procurador da República Carlos Humberto Prola Júnior<sup>167</sup>:

Na ação o procurador cita depoimentos de que as escolas pediam número maior de refeições do que a quantia de alunos, além da inexistência de controle sobre este fornecimento. A licitação também restringia a participação de empresas e apareceram só duas concorrentes. O edital não detalhava de forma satisfatória a prestação do serviço e não havia controle no qualitativo das refeições, o que geraria prejuízo aos cofres públicos. Segundo o procurador haveria até divergência na porção estabelecida e o volume que era servido nas refeições. Houve aditivos no valor de R\$ 2,4 milhões sem respaldo contratual. O prejuízo estimado é de R\$ 7,8 milhões. O procurador pede o ressarcimento aos cofres públicos de forma solidária pela empresa Nutriplus, o ex-prefeito João Rodrigues, a secretária de Educação Astrit Savaris Tozzo e dois servidores do município. Além disso requer a perda do cargo dos agentes públicos e suspensão dos direitos políticos.

Outras denúncias e enfrentamentos movidos por Chiarello aconteceram. Cita-se o contrato das lombadas eletrônicas da Prefeitura de Chapecó com a empresa Koop, além de vendas supostamente irregulares de terrenos públicos em Chapecó, dentre outras.

No caso do contrato das lombadas eletrônicas com a empresa Eliseu Koop<sup>168</sup>, Marcelino Chiarello fez requerimento do contrato, para a Prefeitura de Chapecó, em março de 2011. Em 11 de novembro, o vereador e Ângela Vitória pediram estudo técnico para a definição dos locais em que as lombadas fossem instaladas, por perceberem irregularidades. Após a denúncia, o Ministério Público anulou o contrato e a Justiça determinou que a empresa Eliseu Koop, e o ex-prefeito João Rodrigues devolvessem 9 milhões de reais arrecadados em multas, entre 2007 e 2011, sendo que, segundo esta matéria, a empresa ficava com 62% dos valores arrecadados pelas multas<sup>169</sup>. Tanto o ex-prefeito como a empresa recorreram da decisão, e no ano de 2017, foram absolvidos<sup>170</sup>.

No documentário *Corda no pescoço*, Marcelino em sua participação na mobilização dos avicultores em Chapecó, no dia 17 de junho de 2010, deixa sua voz registrada com a afirmação: “vamos fechar a Aurora, vamos fechar a Bondio, vamos fechar a Sadia. Se eles ficarem sem frangos

---

<sup>167</sup>JUSTIÇA federal recebe denúncia contra ex-prefeito de Chapecó. Disponível em: < <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2015/09/justica-federal-recebe-denuncia-contra-ex-prefeito-de-chapeco-4850283.html>>. Publicado em 17/09/2015. Acesso em 28/07/2017.

<sup>168</sup>GIOVANAZ, Daniel. **Memória e sede de justiça**: quem matou Marcelino? Brasil de Fato, 03/12/2016. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/03/memoria-e-sede-de-justica-quem-matou-marcelino-chiarello>>. Acesso em 15/10/2017.

<sup>169</sup>UM vereador que “comprava muitas brigas. Diário Catarinense, 17/12/2011.

<sup>170</sup>TRIBUNAL de Justiça absolve deputado João Rodrigues do processo das lombadas eletrônicas. Disponível em: < <http://blogdoprisko.com.br/tribunal-de-justica-absolve-deputado-joao-rodrigues-do-processo-das-lombadas-eletronicas/>>. Publicado em 26/01/2017. Acesso em 29/12/2017.

uns 10 dias, daí quero ver se eles não vão respeitar os trabalhadores, que é quem põem o frango na empresa”<sup>171</sup>. Nesta mobilização, os avicultores protestavam pelo valor pago por frango pelos frigoríficos, o qual não acompanhava ao aumento do custo de produção. No manifesto, simbolizaram o valor pago por frango<sup>172</sup> trocando um frango por um bombom e novamente se observa a presença de Marcelino, em uma mobilização reivindicatória.

Do ponto de vista das mobilizações populares, Marcelino Chiarello participava dos atos dos agricultores familiares, das ações do MST, sendo que no município de Chapecó há um acampamento de nome Dom José Gomes, dos atos do MAB, por conta da construção da Usina Foz do Chapecó e se engajava nas lutas dos índios kaingang, que em Chapecó habitam em duas reservas, a Condá e o Toldo Chimbanguê.

No acervo de documentos referentes a Marcelino no arquivo do CEOM<sup>173</sup>, há uma pesquisa sobre transporte coletivo, sem indicação precisa do ano que ocorreu. A pesquisa foi respondida por 402 pessoas, tendo como tópicos de questionamento a permanência do cobrador, a qualidade do serviço, a quantidade de horários, o custo das passagens, e a renovação do contrato com as empresas do transporte coletivo. Eram um total de oito perguntas, sendo que a pergunta 7 era sobre a renovação do contrato do transporte coletivo. Chama a atenção que 72,6% das pessoas se manifestaram contra a renovação do transporte público para as empresas que já prestavam este serviço em Chapecó. Outro detalhe acerca do preço da passagem: 62% responderam cara perante 35,8% que responderam acessível, e 2,2% responderam barata. Sem entrar no mérito científico da pesquisa, entende-se que a pesquisa demonstra a atuação parlamentar de Marcelino em buscar ter uma base estatística mínima, e mostrar como a discussão do transporte coletivo era uma pauta que merecia destaque por parte de seu mandato.

Marcelino também atuou com o objetivo de apurar supostas irregularidade nas planilhas de custo de transporte coletivo, com diferenças no preço constado na planilha do salário de motorista para o salário real que recebiam. Essa questão fica materializada em consulta ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por representação encaminhada pelo Procurador do Ministério Público

---

<sup>171</sup>CORDA no pescoço. Filme com direção de Carlos Juliano Barros e Cauê Angeli. Repórter Brasil/Onze Filmes. Publicado em 20/10/2015. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=roaHOYLZG\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=roaHOYLZG_Y)>. Acesso em 20/12/2016.

<sup>172</sup>Idem.

<sup>173</sup>Acervo de Marcelino Chiarello no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM).

Mauro André Flores Pedrozo, em que Marcelino também é constado como interessado.<sup>174</sup> Na introdução de tal documento, está assim descrito<sup>175</sup>:

Trata-se de representação, encaminhada pelo Dr. Mauro André Flores Pedrozo – Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, protocolada, em 18 de fevereiro de 2011, juntada às folhas 02 a 07, decorrente de documentos encaminhados pelo Sr. Marcelino Chiarello – Vereador do município de Chapecó, comunicando suposta irregularidade na prorrogação irregular da concessão dos serviços de transporte coletivo.

Como consequência da renovação de contrato com as empresas de transporte coletivo, a ação parlamentar contribuiu para causar repercussão. Houve mobilização da categoria de trabalhadores do transporte coletivo em 2001, na empresa Auto Viação Chapecó, em que motoristas e cobradores aderiram à greve<sup>176</sup>, juntamente com o magistério público estadual de 2011. Na greve de 2011 Marcelino por ser professor e liderança do Sinte, fez parte do comando estadual de greve.

A greve do magistério estadual foi uma das maiores da história de Santa Catarina, e ocorreu no contexto em que o STF contrariou alguns governos estaduais, incluindo o governo de Santa Catarina, exigindo a aplicação da Lei Nacional do Piso do Magistério<sup>177</sup>. Foi uma intensa mobilização da categoria dos professores, tanto em percentual como em dias paralisados (62 dias<sup>178</sup>), bem como na articulação dos professores com a comunidade escolar. Marcelino foi protagonista em ambas as greves, em um cenário de recuperação eleitoral enquanto liderança política.

Outra frente de atuação de Marcelino foi a disputa eleitoral no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó (Sitracarnes), sindicato que representa os trabalhadores da agroindústria *Brasil Foods* (BRF). Marcelino apoiou a oposição sindical no ano de

---

<sup>174</sup>Processo REP-11/00047104, 16/03/2011. Disponível em: <<http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/RelatorioTecnico/3469998.PDF>>. Acesso em 28/12/2017.

<sup>175</sup>Idem.

<sup>176</sup>TRANSPORTE entra em greve em Chapecó. Disponível em: <<https://leonelcamasao2.wordpress.com/category/chapeco/>>. Publicado em 21/06/2011. Acesso em 28/12/2017.

<sup>177</sup>PROFESSORES percorrem as ruas do Centro de Florianópolis em protesto. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2011/05/professores-percorrem-as-ruas-do-centro-de-florianopolis-em-protesto-3307062.html>>. Publicada em 11/05/2011. Atualizada em 17/05/2011. Acesso em 28/12/2017.

<sup>178</sup>GREVE de professores chega ao fim em Santa Catarina. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/07/greve-de-professores-chega-ao-fim-em-santa-catarina.html>>. Publicado em 19/07/2011. Acesso em 28/12/2017.

2011, a qual foi eleita<sup>179</sup>. O sindicato era liderado por Valdecir Stobe, o qual estava na presidência por muitos mandatos e era ligado ao grupo político do vereador Valdemir Stobe (Tigrão), seu irmão. Houve relatos de ameaças de lideranças ligadas ao grupo político que venceu tal disputa, dentre os quais, ao próprio Marcelino<sup>180</sup>.

No setor das agroindústrias, além da disputa sindical, Marcelino esteve envolvido em mobilizações dos trabalhadores. A negociação por melhores condições de trabalho e por salário, pautada pela nova direção do Sitracarnes, presidida por Jenir Ponciano de Paula, culminou na produção do documentário *De carne e osso*<sup>181</sup>. Este documentário aponta as doenças ligadas ao trabalho nas agroindústrias decorrentes da exaustiva jornada de trabalho, do excesso de repetição de atividades, e dos locais insalubres. A história dos trabalhadores retratada no documentário causou impacto social por mostrar as dificuldades dos empregados que produzem a riqueza do agronegócio<sup>182</sup>.

Em fevereiro de 2011, em articulação com o vereador Ildo Antonini (DEM), com o Bispo Dom Manoel, com o Sinte e com o curso de Ciências da Religião da Unochapecó, Marcelino conseguiu pautar e aprovar que a rede municipal passasse a oferecer a disciplina de Ensino Religioso em todo o ensino fundamental<sup>183</sup>.

Também com base em denúncias de Marcelino, o Ministério Público de Santa Catarina indicou o afastamento do vereador do PSD Dalmir Peliciolli<sup>184</sup> do cargo de subprefeito do bairro Efapi. A denúncia foi de suposto desvio de recursos de subvenções sociais às entidades comunitárias do município. No plenário da Câmara dos Deputados, o deputado federal Pedro Uczai, na noite da morte de Marcelino, lembrou da denúncia<sup>185</sup> no discurso feito à Câmara:

---

<sup>179</sup>GIOVANAZ, Daniel, op. cit., 03/12/2016.

<sup>180</sup>GIOVANAZ, Daniel, op. cit, 2016, p.73.

<sup>181</sup>DE carne e osso. Direção: Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. Realização: Repórter Brasil, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=887vSqI35i8>> Acesso em 20/12/2016.

<sup>182</sup>Idem.

<sup>183</sup>DISCUSSÕES envolvem entidades, conselho de igrejas e vereadores. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/noticias/curso-de-ciencias-da-religiao-discute-ensino-na-educacao-fundamental>>. Publicado em 27/02/2011. Acesso em: 19/04/2018.

<sup>184</sup>Dalmir Peliciolli havia sido eleito vereador pelo Democratas (DEM) e ingressado ao Partido Social Democrático (PSD), e ocupava o cargo de subprefeito da Efapi, nome de um bairro (e por convenção de uma região da cidade, a “Região da Efapi”) região operária de Chapecó, onde se situa a maior parte dos frigoríficos, e havia sido afastado do cargo por ordem judicial, justamente em virtude das denúncias de Marcelino, que haviam sido apuradas.

<sup>185</sup>PRONUNCIAMENTO de Pedro Uczai em 28/11/2011. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.gov.br/internet/plenario/notas/ordinari/2011/11/V2811111400.pdf>>. Publicado em 28/11/2011.



O Superintendente da EFAPI Dalmir Peliciolli, cargo de confiança do Prefeito Caramori, foi afastado do cargo por decisão do juiz por denúncia de irregularidades, falsidade e superfaturamento nas prestações de contas com notas falsas, bem como desvio de valores em proveito deles, deixando entidades beneficiadas em prejuízo. O próprio promotor mostra como se deu a operação de corrupção na Subprefeitura na região da EFAPI, que o Vereador Marcelino denunciou.

Marcelino denunciou ao Ministério Público o caso de desvio em Chapecó, pois entendeu que o procedimento de desviar parcela dos recursos (identificado na subprefeitura da Efapi) poderia ocorrer em todo o Estado de Santa Catarina, “orquestrado em Florianópolis, dentro da Assembleia Legislativa”<sup>186</sup>. Os repasses das verbas partiam do governo estadual para as comunidades do interior, podendo ocorrer desvios em qualquer cidade do estado.

Na sequência, apresentam-se citações longas, que se justificam por serem citações das atas das sessões da Câmara de Vereadores. As atas são da semana que antecedeu a morte de Marcelino, e nesse sentido, o objetivo de incluí-las foi não perder a sequência principal dos debates, caso fossem resumidos em vez de mantidos praticamente na íntegra.

Inicia-se pelo pronunciamento de Marcelino Chiarello<sup>187</sup>, no dia 21 de novembro de 2011. Na ocasião, Chiarello levantou questões sobre o Consórcio da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, e faz menção a Ricardo Lunardi, o qual no ano de 2011 era vereador pelo PSD e presidiu tal Consórcio, juntamente com o ex-prefeito João Rodrigues:

eu posso vir a essa tribuna com a consciência mais tranquila do mundo, de que quando foi para discutir a implantação da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, em Chapecó, eu fui sempre radicalmente contra e exigia que a comunidade chapecoense não fosse enganada, ludibriada, levada a ser hoje manchetes do que Vossa Excelência traz pra esta tribuna. Mas o vosso prefeito João Rodrigues foi o primeiro, no dia cinco de fevereiro de dois mil e cinco, ganhou a eleição e tomou posse no dia primeiro de janeiro, no dia cinco de fevereiro de dois mil e cinco, reuniu no seu gabinete, lá na prefeitura, e chamou pra constituição do Comitê Gestor do Uruguai. Então o Ricardo Lunardi, amanhã apresento requerimento aqui, vamos convocar ele para vir aqui, ele como presidente daquele comitê gestor que negociou tudo com a Foz de Chapecó pra Chapecó venha prestar contas de porque o Uruguai está abandonado desse jeito. O Vereador Ricardo Lunardi era presidente daquele Consórcio de negociação entre a prefeitura e também com o Consórcio Foz do Chapecó. Nós queremos saber o que ele negociou pra Chapecó e quem é que ganhou dinheiro nas costas dos

---

Acesso em 27/02/2018.

<sup>186</sup>GIOVANAZ, Daniel. **Pressões, ameaças, confidências**: quem matou vereador catarinense Marcelino Chiarello? Brasil de Fato, 30/11/2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/30/pressoes-ameacas-e-confidencias-quem-matou-marcelino-chiarello/>. Acesso em 28/12/2017.

<sup>187</sup>Ata 88/11 da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, de 21/11/2011.

desalojados, desapropriados do Rio Uruguai. A partir, então, de amanhã protocolo o requerimento convocando o Ricardo para vir prestar contas aqui. Lá no gabinete do Prefeito tem uma pasta lá “Foz do Chapecó – Comitê Gestor de Obras, Serviços e Ações para Chapecó”. Eu quero que ele venha prestar contas pra nós, dar o relatório do que exigiu, do que não exigiu da Foz do Chapecó.

Ao analisar o pronunciamento, compreende-se a preocupação que Marcelino tinha com o Comitê Gestor da Usina Foz do Chapecó, indicando que iria convocar o presidente deste comitê, o ex-vereador Ricardo Lunardi, em requerimento para “amanhã” (22 de novembro de 2011). Na sequência, apresenta-se o pronunciamento de Marcelino em relação ao suposto desvio de verbas públicas do Programa Fundo Social, que resultou no afastamento cautelar do subprefeito do bairro Efapi, Dalmir Peliciolli. No dia do pronunciamento, Peliciolli estava assumindo novamente seu mandato de vereador e assim destacou Chiarello<sup>188</sup>:

nós vamos trazer para essa tribuna, não poderia deixar, é o fato da semana, é o fato da semana, a decisão do juiz da Vara da Fazenda, Doutor Selso de Oliveira que na sexta à noite, dia dezoito, determina o afastamento do Superintendente da Região da Efapi do Município de Chapecó, prefeito lá da região, que coordenava as ações do governo municipal lá na Prefeitura, que falava em nome do Prefeito Caramori, que falava em nome da administração municipal de Chapecó, que junto com a sua assessora, que junto com a sua assessora direta foram afastados do cargo por improbidade, segundo a representação do Ministério Público e segundo a liminar que pede o afastamento do juiz Selso de Oliveira, que acabo de receber aqui a liminar que depois eu vou espalhar pra os pares para ver de que teor ela trata.

E no mesmo pronunciamento ainda indicou que não seria a Câmara de Vereadores o local para dar respostas a sociedade chapecoense, já que as supostas irregularidades ocorreram no âmbito do Executivo<sup>189</sup>:

Os suplentes de vereadores aqui sempre corresponderam com o seu papel, com a sua função de fazer com que leis, obras, serviços e ações que tramitassem por esta Casa, em nenhum momento, Senhor Presidente, tivessem indícios de alguma irregularidade, algum desvio ou algum indício de corrupção como diz aqui a liminar que foi proferida pelo Doutor Selso de Oliveira, juiz da Vara da Fazenda, na sexta à noite. Então nós temos que discutir isso aqui, porque não é lugar aqui, Senhor Presidente, e Vossas Excelências devem concordar comigo, pra refugiar, pra refugiar agentes públicos que por liminar foram afastados de suas funções, para venham para esta Casa arrumar guarida e aqui fazer a sua carreira política. Então devem discutir porque esta Casa esta sendo questionada sobre a sua função, sobre o seu papel e sobre a sua importância pra Chapecó. [...]Mas nós não podemos pagar essa conta. Se mal feito foi feito no governo Caramori, se mal feito foi feito no governo João Rodrigues, que lá prestem contas (interrupção do microfone), porque não nesta Casa que têm que dar

---

<sup>188</sup>Ibidem.

<sup>189</sup>Ibidem.

explicação pro mal feito. É lá no Executivo Municipal, no alto da Avenida Getúlio Vargas, em frente ao cemitério de Chapecó, ou senão é lá na Subprefeitura da Efapi. Lá que tem que se explicar. É lá que tem que responder à Promotoria, ao juiz da Vara da Fazenda, juntamente com os seus, no caso, o Prefeito Municipal à época. Não compete a nós agora ter que responder pra a sociedade chapecoense porque nossos pares aqui estão envolvidos num mal feito, que segundo a justiça já determinou o afastamento. Então, Senhor Presidente, nós devemos aqui nos reunir, no dia de amanhã, e discutir qual será a nossa posição gente, a mal feitos, frente ao afastamento de um agente público da Prefeitura da Chapecó, que segundo a Promotoria, que segundo a Vara da Fazenda, há indícios fortíssimos de corrupção.

Na sequência, nesta mesma sessão, a vereadora Ângela Vitória também repercutiu a questão da decisão judicial de afastamento de Peliciolli, citando que tais subvenções foram encaminhadas pelo deputado estadual do PSD, Gelson Merísio<sup>190</sup>:

Já há decisão judicial de que as subvenções que foram encaminhadas pelo Deputado Gelson Merísio, as subvenções que passaram pelas quais o Dalmir Peliciolli articulou essas subvenções, se manifestou na imprensa que era ele que estava chamando essas subvenções, essas subvenções não chegaram nas comunidades no valor em que elas saíram da Assembleia Legislativa. Chegaram nas comunidades e depois foram desviadas, foram desviadas, a gente tem cópias dos cheques, das atas das associações de moradores que confirmam que uma associação que recebeu nove mil e quatrocentos reais, ficou com quatro mil porque os outros cinco mil foram devolvidos. Foram devolvidos e tenho assinatura do cheque do presidente da associação, do tesoureiro, que dá esse cheque nominal à Salete Busnello da Silva que é assessora do Peliciolli, então é ela que estava recebendo o dinheiro. Estava recebendo o dinheiro no nome dela.

E Ângela Vitória continuou seu pronunciamento, indicando que as comunidades foram vítimas e apontando não ter dúvidas da prática de corrupção, indicando os nomes do vereador Dalmir Peliciolli e de sua assessora Salete Busnello da Silva, que também havia recebido a medida cautelar de afastamento<sup>191</sup>:

As associações de moradores foram vítimas, as comunidades foram vítimas de um arranjo que foi feito pra pegar dinheiro da Assembleia Legislativa e colocar ou na conta do Peliciolli ou na conta da Salete Busnello ou pra fazer campanha pro DEM. Porque foi isso que aconteceu. É isso que está escrito no jornal. Tá escrito no jornal uma campanha que foi feita com a presença do Deputado, com a presença do Deputado Merísio dizendo que ia entregar subvenções às comunidades. E desses recursos das subvenções, alguns, uma parte desses recursos foi utilizada pra comprar ingressos pra uma festa que era uma festa do partido. Então, no fim das contas, dinheiro da Assembleia Legislativa foi utilizado pra campanha pro partido político. Então isso também é muito preocupante. E aí, meus caros colegas, não tem como a gente não se posicionar diante disso. O juiz afastou esse senhor,

---

<sup>190</sup>Ibidem.

<sup>191</sup>Ibidem.

afastou esse senhor do cargo que ele estava ocupando naquele momento lá na Prefeitura. E agora ele ocupa o cargo na Câmara de Vereadores porque o seu partido está o indicando para este cargo. O Vereador Marcelino acabou de ler o ofício que veio do PSD indicando o Vereador Peliciolli para este cargo. Acho que está na hora de nós, como Vereadores desta Casa, responsáveis que temos que ser pela ética na política, pelo espaço que a gente está ocupando, nos posicionarmos em relação a isso. Tem um partido político que está indicando para ser Vereador, poderia ter dito: renuncie, Peliciolli. Está errado. Nós não queremos corrupto na política. Já foi condenado. O dinheiro que veio da Assembleia Legislativa para a associação de moradores não chegou lá. Fez uma triangulação e foi parar no bolso da Salete, sua assessora, ou no seu bolso. Então esse dinheiro não chegou lá. Não há dúvidas que existe corrupção. A corrupção está comprovada.

Posterior ao pronunciamento do vereador Arestide Fidélis<sup>192</sup>, e de votações e outros ritos da sessão, Marcelino e Ângela retornaram com pronunciamentos contra Peliciolli. Marcelino indicou que não apresentaria na Câmara de Vereadores explicações quanto ao caso, já que as ações que o levaram para o afastamento foram feitas quando Peliciolli estava atuando em uma função no Executivo municipal, e faz menção também a assessora de Peliciolli, Salete Busnello da Silva<sup>193</sup>:

Então a prefeitura de Chapecó tem um caso de corrupção interna no governo. O executivo municipal de Chapecó tem um caso de improbidade administrativa. Por que a Salete vai pra onde? Que era assessora direta, comissionada do governo João Rodrigues José Cláudio Caramori. Do João e do José. Vai fazer o que da vida agora a Salete que não é vereadora. Vai responder como? Vai pra casa? Então ela lá não tem o direito de se defender. Vai se defender na esfera judicial. Então a liminar é clara: ele afastou, Vereador Arestide, dois comissionados da prefeitura de Chapecó.

E na sequência, ao apontar que foram dois comissionados da administração municipal de Chapecó, Marcelino faz a relação política com as gestões dos prefeitos João Rodrigues e José Cláudio Caramori e indica que iria detalhar “tintim por tintim o processo”<sup>194</sup>:

Então tem tudo a ver com o governo do Zé e João. Tem tudo a ver com João e José. Que também se beneficiaram com os eventos políticos promovidos no GER Sadia, no dia três de dezembro de dois mil e dez, de dois mil e nove, quando foi feito um circo pra entregar subvenção, quando foi feito um palanque político pra entregar subvenção em nome da subprefeitura da Efapi e em nome do partido Democratas e agora PSD. Era esse é convite. E o pior ainda, Vereador Arestide, as comunidades não pagaram nada pra comer lá, porque o ingresso tinha que ser descontado na subvenção. Outro crime. Outro crime. Então nós vamos relatar essa semana tintim por tintim do processo. Essa semana nós vamos do início até o fim, pra contar tudo o que tem de documento aqui. Tudo o que tem aqui registrado de documento, de depoimento de lideranças, da forma como era [...] o esquema de usufruir dinheiro público que era da saúde, que era da educação, através da subvenção social do estado de Santa Catarina, pra servir pra um esquema de compra de votos das comunidades. Essa era e essa é a nossa síntese desse processo. Portanto, quem se beneficiou em dois mil e

---

<sup>192</sup>Na época era vereador pelo PMDB. Atualmente é vereador pelo PSB.

<sup>193</sup>Ata 88/11 da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, de 21/11/2011.

<sup>194</sup>Idem.

nove? Quem se beneficiou em dois mil e dez? Quem se beneficiou com isso não pode jogar pra essa Casa a responsabilidade porque não é aqui o lugar de apurar isso. É lá no Executivo municipal, na avenida Getúlio Vargas, João e José, e também é lá na subprefeitura da Efapi, é lá que tem que dar coletiva, é lá que tem que se explicar, porque os mal feitos foram feitos lá na subprefeitura, no cargo que exerciam de superintendente regional e de assessora do superintendente lá.

Subsequentemente, a vereadora Ângela Vitória deu continuidade ao pronunciamento, exigindo explicações sobre o fato de que associações de moradores foram ludibriadas no esquema de repasses de recursos<sup>195</sup>:

A associação de moradores do bairro Thiago recebeu uma subvenção social de nove mil novecentos e vinte reais. Aqui tá a cópia do cheque de que no momento em que essa associação tinha posse desse dinheiro, que poderia ser utilizado em benefício da comunidade da associação de moradores, ela foi enganada. Ela foi ludibriada pelo Senhor Peliciolli, que explicava para a associação de moradores o seguinte raciocínio: essa associação do Thiago tá tudo bem, porque todos os documentos estão adequados, mas tem uma outra associação, que não conseguiu ainda pegar uma negativa de débito na prefeitura, então também gostaria de receber dinheiro, mas não vai poder só porque não deu tempo de pegar um documento. Então vocês, pessoas de boa fé que são, poderiam colaborar, e dividir a metade desse dinheiro e passar esse dinheiro pra outra comunidade, porque depois ela vai receber e a gente vai devolver a parte de vocês também. E a comunidade de boa-fé concordava com isso e entregava uma parcela do recurso. Então, com relação ao Thiago, a subvenção foi de nove mil novecentos e vinte reais, e aí a associação de moradores do Thiago, por incrível que possa parecer, fez o cheque no valor de nove mil novecentos e vinte reais e entregou nominal à Salete Busnello da Silva esse cheque, tá aqui, o presidente e tesoureiro da associação de moradores assinam o cheque que é nominal à Salete Busnello da Silva e a associação de moradores em nenhum momento recebeu recurso financeiro nenhum. O que a associação recebeu pra compensar esse recurso financeiro, foram algumas cadeiras, umas cadeiras, pode ficar a vontade Vereador, algumas cadeiras, que somavam, pelo raciocínio que o Senhor Peliciolli informava, o valor, presidente, de seis mil e duzentos reais. Então a subvenção era de nove mil novecentos e vinte, as cadeiras somavam seis mil e duzentos reais, então faltaram três mil. Esses três mil reais o Senhor Peliciolli informou que passaria para outra associação. Não informou nunca que associação iria receber.

O tom das discussões na sessão seguinte<sup>196</sup>, com pronunciamentos de Marcelino e Ângela, ainda se manteve sobre o caso Peliciolli:

**Vereador Marcelino Chiarello:** [...] E vou dizer ao Vereador Peliciolli o que eu disse ontem. Não é esta Casa lugar para fazer esse debate, porque não foi aqui que o mal feito foi feito. Vossa Excelência está equivocado em chamar aqui as comunidades para vir se explicar de um mal feito que eles não fizeram. Então, Vossa Excelência com o vosso requerimento do dia de hoje, vosso requerimento no dia de hoje, tá trazendo pra dentro desta Casa, que não tem nada a ver com o malfeito feito dentro da Prefeitura de Chapecó, lá na vossa subprefeitura. E é lá que Vossa Excelência tem que explicar isso, é lá que tem que tirar a limpo ou senão é lá no fórum. Não é este o espaço onde Vossa Excelência vai querer

---

<sup>195</sup>Ibidem.

<sup>196</sup>Ata 89/11 da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, 22/11/2011.

trazer as comunidades pra se explicar de algo que não fizeram, porque até agora o único afastado... **Vereadora Ângela Moreira Vitória:** [...] Fui estudar um pouquinho mais o processo e identificar que aquela situação citada ontem, duma associação de moradores do Bairro Efapi que recebeu uma subvenção de nove mil reais e três mil do valor dessa subvenção ficaram nas mãos do Senhor Peliciolli e que nunca explicou pra onde foi, ficou esse recurso com a justificativa de passar pra uma outra comunidade, mas não explicou. Aqueles seis mil que a comunidade então teria recebido o dinheiro, na realidade ela recebeu em cadeiras, não em dinheiro. E nunca recebeu as notas dessas cadeiras. Então o Senhor Peliciolli ficou com o dinheiro da subvenção, que era da comunidade, comprou cadeiras, não se sabe onde, porque não apresentou aquelas notas...

O pronunciamento dos vereadores de oposição foi de cobrança, resultante do afastamento cautelar de Dalmir Peliciolli do cargo de subprefeito da Efapi. O afastamento foi um pedido judicial resultante dos processos investigatórios ligados a supostas irregularidades no repasse de verbas às comunidades. Na sequência da sessão, houve apartes do vereador Arestide Fidélis, além de Dalmir Peliciolli<sup>197</sup>:

**Vereador Arestide Fidelis:** Sei que em um minuto nem dá para começar um debate nesse nível. Foi aberto ontem um debate bastante exaustivo e quero, inclusive está inscrito para discutir o requerimento na próxima reunião, quero começar a entender porque, agora, o Marcelino disse que aqui na Câmara não é pra fazer esse tipo de debate, então não entendi mais nada. Então não tinha nem porque de nós trazer pra cá. De nós não. Ele trouxe. De vocês da bancada do PT trazer ele pra cá. Se aqui não é o lugar de trazer então não sei porque nós discutimos ontem. Eu preciso entender no dia de amanhã. **Vereador Dalmir Peliciolli:** [...]. Eu me lembro que no episódio da denúncia tinha um requerimento aqui pra que fosse trazido as comunidades aqui pra explicar, pra conversar. Naquele momento dava pra trazer, agora não dá mais. Por que tem uma preocupação de não trazer as entidades aqui. Amanhã eu quero ver eles aqui na minha frente dizer pra mim que deram cheque pra Salete, que deram cheque pro Peliciolli, que não viram nota. Até porque tem entidades que já baixou no Estado, não tem como prestar contas se não tiver nota. Eu quero ver amanhã aqui, um, um simples líder comunitário se explicar aqui, dizer que a culpa da, da entidade dele tá lá na Promotoria de quem que é. Amanhã é o dia de nós colocar cara a cara aqui, ver quem é quem, porque eu não vou levar uma culpa de ter ajudado a comunidade. Eu só me arrependo de ter ajudado certos líderes comunitários que não mereciam”.

Por uma questão de ordem, Marcelino Chiarello solicitou que a fala do Vereador Dalmir Peliciolli fosse transcrita na íntegra na ata da reunião. O vereador Dalmir Peliciolli procurou com esta fala em seu discurso, negou a prática de irregularidades E na sequência, Marcelino voltou a se manifestar<sup>198</sup>:

disse que tinha uma preocupação em relação ao requerimento do Vereador Dalmir

---

<sup>197</sup>Ibidem.

<sup>198</sup>Ibidem.

Peliciolli, para convocar as entidades para prestarem esclarecimentos nesta Casa. Entende que seja um ato que afronta o Regimento Interno, pois está sendo convocada uma entidade para prestar esclarecimentos sobre uma subvenção do governo do estado. Além disso, o Vereador Dalmir Peliciolli foi afastado da subprefeitura para não interferir no processo investigatório em curso. Agora, o Vereador está chamando testemunhas do processo. Isso parece caracterizar coação das testemunhas. Por isso estará levando a preocupação até o Promotor de Justiça, para saber se a Casa pode aprovar tal requerimento. O Vereador pode ter a melhor das intenções, mas não cabe a esta Casa convocar as entidades para se explicarem. Além disso, as entidades não são réus. São apenas testemunhas. Salientou que apresentou um requerimento solicitando a presença da Senhora Salete, uma vez que a mesma é réu do processo. Entende que a Casa não deve fazer julgamento. Os representantes das entidades já deram depoimento ao juiz, por isso não são obrigadas a virem a esta Casa prestar novo esclarecimento. Entende que as entidades não podem ser convocadas.

Marcelino procurou blindar lideranças de entidades comunitárias do enfrentamento político na Câmara de Vereadores, já que estas já eram testemunhas no processo investigatório contra Peliciolli e sua ex-assessora, na esfera judicial. Os discursos proferidos na Câmara de Vereadores na semana que antecedeu a morte de Marcelino, registrados nestas atas, demonstra um cenário conflituoso. Porém, nos dias 23, 24 e 25 de novembro, as sessões tiveram outras matérias, sendo que os requerimentos de Marcelino e de Peliciolli foram retirados de pauta.

A atuação política do vereador Marcelino indica um papel de destaque como opositor aos governos João Rodrigues/Caramori. Percebe-se radicalidade nos enfrentamentos entre partidos de esquerda e de direita, entre visões diferentes de administração pública. Nesse sentido, Marcelino potencializou uma série de denúncias que podem ter causado contrariedade em diversos agentes políticos e econômicos de Chapecó. O anteceder de 28 de novembro de 2011 indica um cenário de ascensão da sua liderança, ao estar em movimentos populares de impacto, como as mobilizações dos avicultores, a eleição da oposição sindical no Sitracarnes, a greve dos professores em 2011, e a própria greve dos trabalhadores do transporte coletivo, associado as suas denúncias de possíveis fraudes nas planilhas de formação do preço do transporte coletivo. Além disso, o afastamento do subprefeito da subprefeitura da EFAPI, Dalmir Peliciolli, pelo Ministério Público, por conta de uma denúncia também movida por Chiarello, o deixaram ainda mais evidente.

Buscou-se, neste capítulo, demonstrar a atuação parlamentar de Marcelino Chiarello, relacionado aos desdobramentos políticos de Chapecó, e como a atuação parlamentar do vereador pode ter causado contrariedade em agentes políticos do poder local. Chiarello atuou na fiscalização, na denúncia de corrupção que levaram agentes políticos ao indiciamento, seja no caso da terceirização da merenda escolar com a empresa Nutriplus, ou no contrato da prefeitura com a

empresa Eliseu Koop de lombadas eletrônicas. Cita-se ainda o caso do desvio de verbas do programa Fundo Social, que levou ao afastamento cautelar o subprefeito Dalmir Peliciolli e sua assessora, a pedido do Ministério Público.

A presença constante de Marcelino em mobilizações, como dos avicultores, dos professores estaduais, dos trabalhadores do transporte coletivo, dos agricultores familiares, dos indígenas, demonstra um parlamentar em contato com a sociedade civil organizada. Pode-se citar o caso do transporte coletivo, em que uma denúncia de Marcelino fez com que o Ministério Público atestasse fraude na planilha de pagamentos dos trabalhadores da empresa Auto Viação Chapecó. Neste trabalho, não se apurou com mais profundidade a desconfiança de Marcelino Chiarello para com o Comitê Gestor do Consórcio Foz do Chapecó, levantada pelo vereador em sessão da Câmara de Vereadores no dia 21 de novembro de 2011, quando manifestou que iria apresentar requerimento de convocação do presidente em gestão do comitê, Ricardo Lunardi.

E em 28 de novembro de 2011, Marcelino foi encontrado enforcado em sua residência.



## 4 MARCELINO CHIARELLO: A MORTE TRÁGICA DO VEREADOR

Objetivou-se, neste capítulo, analisar a morte trágica do vereador Marcelino Chiarello. Inicialmente, procurou-se relatar os fatos ocorridos na manhã do dia 28 de novembro de 2011 em Chapecó, quando Marcelino é encontrado enforcado em sua residência. Tornou-se necessário analisar tanto as versões acerca da mesma como as repercussões que ela provocou, haja visto o antagonismo entre as narrativas sobre a materialidade desta morte. O laudo do legista do Instituto Médico Legal de Chapecó Antônio de Marco atestou para homicídio, e é nesta linha que a Polícia Civil iniciou as investigações do caso.

Já pelo laudo do médico Zulmar Coutinho do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, baseado em análise de fotos e pela ausência de vestígios destacada pela perícia do local, atestou-se pela tese de suicídio. Esta hipótese é ratificada por laudo elaborado por equipe da Polícia Federal, esta última, resultado que provém após a exumação do corpo de Marcelino.

Posteriormente, um laudo elaborado por equipe de peritos de Medicina Legal da Universidade de São Paulo (USP), liderados pelo médico Daniel Muñoz, novamente atestou-se homicídio como *causa mortis* de Marcelino. Este laudo foi elaborado a pedido da família de Chiarello.

E no encerramento deste capítulo, analisam-se as atividades do Fórum em Defesa da Vida, por Justiça e Cidadania de Chapecó, e das mobilizações populares com vistas ao esclarecimento da morte trágica, tratada por este Fórum como assassinato, tanto que organiza um Julgamento Popular para o *Caso Chiarello*.

### 4.1 O 28 DE NOVEMBRO DE 2011

No dia 28 de novembro de 2011, uma segunda-feira pela manhã, o professor Marcelino Chiarello estava lecionando a aula de Filosofia na Escola Estadual de Educação Básica Pedro Maciel, colégio estadual onde atuava, no Bairro Maria Goretti, em Chapecó.

Marcelino atendeu ligação telefônica durante a aula, conforme destacado em matéria jornalística, onde menciona-se o nome de uma colega de Marcelino, a orientadora pedagógica

Vanda Casagrande - “além de Vanda Casagrande, dois estudantes que faziam prova na sala 21 viram Marcelino atender ao celular mais de uma vez naquela manhã, antes de ir para casa<sup>199</sup>.”

Marcelino saiu às pressas do colégio, dirigiu até a sua residência e horas mais tarde foi lá encontrado enforcado, próximo ao meio-dia. Este fato desencadeia uma série de questionamentos. O que aconteceu em 28 de novembro de 2011 e como isto se relaciona com a história política de Chapecó? Homicídio ou suicídio?

Alunos e colegas professores de Marcelino, na Escola Estadual Básica Pedro Maciel, apontaram que ele estava visivelmente preocupado naquela manhã de 28 de novembro de 2011. O cenário político conturbado em Chapecó, permeado pelas denúncias de corrupção direcionadas ao caso da subprefeitura do Bairro Efapi em Chapecó, feitas por Marcelino ao Ministério Público, podia explicar tal preocupação em Chiarello. Marcelino aparentava um nervosismo a mais do que o habitual, quando por volta das 10 horas, após ter recebido ligações telefônicas<sup>200</sup>, o mesmo saiu do colégio.

Os questionamentos lançados no quadro podem caracterizar a ideia de uma saída forçada do colégio, tendo que improvisar a aula com questões introdutórias da Filosofia. “—Ele nunca fez isso, era um excelente professor” - explicou a diretora da escola, Clarisse Pressi em reportagem da época<sup>201</sup>, se referindo ao fato de atender o telefone durante a aula, além de deixar o recinto escolar. Pela reportagem da RBS, a diretora Clarice afirmou que Marcelino não era de atender ligações telefônicas durante as aulas, e que “ele tremia muito naquela que foi sua última aula”.

Abaixo, a fotografia<sup>202</sup> do quadro, a última aula de Marcelino Chiarello<sup>203</sup>:

---

<sup>199</sup>GIOVANAZ, Daniel. **Vereador morto após denunciar esquemas de corrupção**: quem matou Marcelino Chiarello? Brasil de Fato, 28/11/2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/28/quem-matou-marcelino-chiarello/>. Acesso em 28/12/2017.

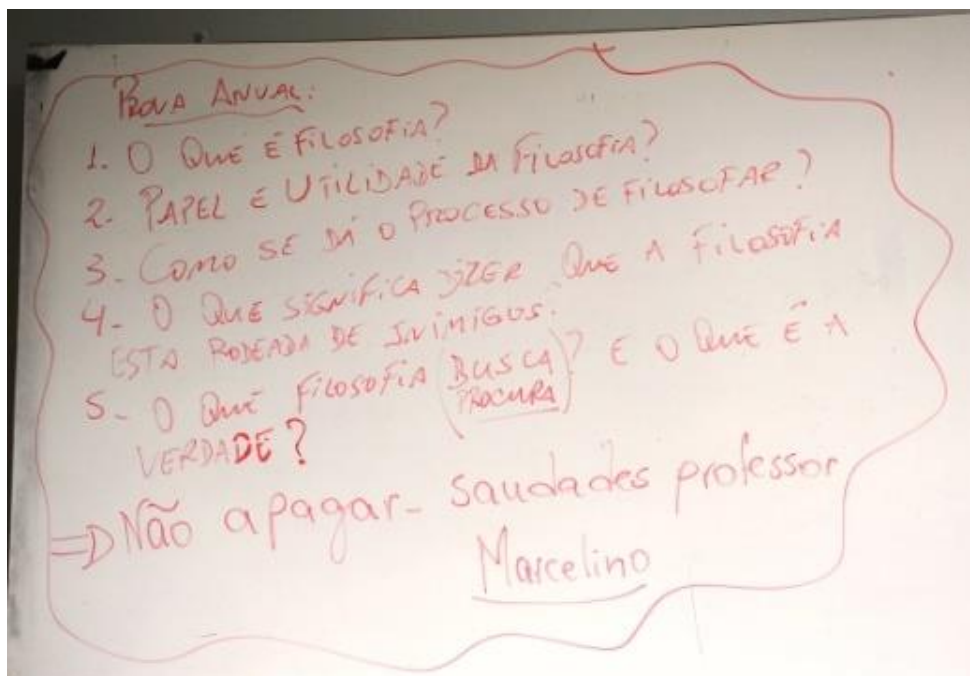
<sup>200</sup>Entrevista 3, concedida por Vanda Maria Casagrande a Cesar Capitania. Chapecó(SC): 04/01/2018. Acervo pessoal do autor, p. 7.

<sup>201</sup>VEREADOR de Chapecó teria dito que estava estressado e que pretendia deixar a vida pública. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/12/vereador-de-chapeco-teria-dito-que-estava-estressado-e-que-pretendia-deixar-a-vida-publica-3581020.html>, de 01/12/2011. Acesso em 27/07/2017.

<sup>202</sup>FREITAS, Sirli. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/chapeco/files/2011/11/sirli.jpg>. Acesso em 27/02/2018.

<sup>203</sup>Após as 5 questões de Filosofia escritas por Marcelino, o escrito “Não apagar – saudades professor Marcelino”, com letra diferente, foi escrito por alunos, após o trágico ocorrido.

Foto 2 – Última aula de Marcelino



Fonte: Sirli Freitas/Clic RBS

Marcelino ausentou-se da escola sozinho, com seu veículo. Ao chegar em sua residência no Bairro Santo Antônio, ordenou que seu filho Eduardo fosse para a casa da sogra Deolinda Damo Guarnieri, no mesmo bairro em que residia, Bairro Santo Antônio. O menino foi a pé até a casa de sua avó materna, visto que a residência era próxima. Por volta de meio-dia, a esposa de Marcelino, professora Dione Guarnieri Chiarello, ao chegar à residência em que morava com o filho e Chiarello, encontrou Marcelino enforcado dentro de casa.

As primeiras manifestações feitas pelos delegados da Polícia Civil indicavam para homicídio. Esta convicção provinha por vários fatores, sendo um deles o laudo produzido pelo médico legista Antônio de Marco, que fez a análise cadavérica de Marcelino, além de que o cenário local indicava uma quantidade significativa de sangue, incomum em suicídios.

Ainda sobre a opinião dos delegados no contexto da morte de Marcelino, em matéria de jornal<sup>204</sup> de 29/11/2011, o delegado de Polícia Civil Ronaldo Neckel Moretto destacava que as

<sup>204</sup>POLÍCIA Civil investiga morte de vereador em Santa Catarina, 29/11/2011. Disponível: <<https://oglobo.globo.com/brasil/policia-civil-investiga-morte-de-vereador-em-santa-catarina-3348586>>. Publicado em 29/11/2011. Acesso em 05/01/2018.

investigações partiriam para a tese de homicídio, sendo praticamente descartada a tese oposta de suicídio. Na mesma entrevista, Moretto ainda acentuou que o autor forjou o cenário de suicídio. E indica que “um laudo pericial vai determinar a causa da morte. Há suspeita de morte por asfixia mecânica. A vítima possivelmente foi estrangulada por uma correia de mala de cor escura ou algum material sintético, mas isso somente a perícia vai determinar”. Outro delegado, Augusto Melo Brandão, em entrevista<sup>205</sup> indicou que “o suicídio é quase impossível, muito sangue no local, o que não é comum em suicídios por enforcamento, um possível hematoma na cabeça, o nó da pasta de notebook frouxo”. Para se situar neste cenário destacado pelo delegado Brandão, indica-se que Marcelino é encontrado enforcado em uma alça de notebook, em janela no interior de sua residência<sup>206</sup>, em uma altura pouco considerável, se for para considerar um cenário de suicídio. A percepção analítica deste contexto inicial, aponta que os delegados de Polícia Civil não tinham dúvidas acerca da tese de assassinato.

Quanto ao laudo cadavérico, o médico legista Antônio de Marco também não teve dúvidas e indicou o fato como homicídio. “Estrangulamento, traumatismo no crânio e fratura no nariz”<sup>207</sup>, apontou Antônio de Marco no laudo cadavérico, sendo esta a posição que continua mantendo atualmente.

Na série de depoimentos presentes no livro *Marcelino: em nome da verdade*, organizado por Pedro Uczai<sup>208</sup>, destaca-se o do Padre Valdemar Scatolin:

Fui a terceira pessoa amiga da família a entrar no local do crime. Além de policiais, vi o corpo do profeta enforcado junto à grade da janela. À esquerda do corpo, longe mais ou menos 50 centímetros, existia uma poça de sangue no chão. Como pode o sangue estar afastado do local do enforcamento? Isso não existe. Por essa tese, Marcelino teria antes se matado e depois se enforcado. Por fim, o que acho estranho é que o corpo foi retirado muito rápido. Após a retirada, os peritos disseram que já podiam lavar o local e eu não deixei. Outra coisa: o delegado chegou para mim com o celular do vereador e disse: “Padre, 90% deste crime foi homicídio”.

Destaca-se neste depoimento o uso do termo “profeta”, cuja morte de alguém com vivência

---

<sup>205</sup>Entrevista concedida por Augusto Melo Brandão para o programa Estúdio SC, da RBS TV de Santa Catarina. Chapecó (SC): 04/12/2011.

<sup>206</sup>Pela foto 4 (página 90, neste capítulo), da dimensão do entendimento dos delegados naquele contexto.

<sup>207</sup>Laudo Pericial 50730/2011, Instituto Médico Legal de Chapecó, 28/11/2011.

<sup>208</sup>UCZAI, Pedro, op. cit., 2015. p.51.

religiosa adquire uma dimensão religiosa, incluindo a concepção de mártir<sup>209</sup>. E ainda o Padre Valdemar Scatolin expôs críticas ao trabalho dos peritos do Instituto Geral de Perícias.

Em entrevista à Rádio Super Condá, Sérgio Martins de Quadros<sup>210</sup>, refutou a tese de suicídio prontamente, antes de qualquer consideração a respeito. Quadros afirmou que por conhecer Marcelino, sabia que este jamais cometeria suicídio e lembrou na entrevista das denúncias feitas por Marcelino a um vereador.

Na tarde do dia 28, Quadros<sup>211</sup> em uma nova entrevista à mesma emissora, remeteu-se às marcas de sangue e repete que não acredita em suicídio e lembrando novamente das denúncias contra “um vereador”.

O vereador ao qual Sérgio Martins de Quadros reportou-se era Dalmir Peliciolli, e as denúncias contra este, feitas por Marcelino Chiarello, foram de suposto de desvio de verbas do Fundo Social, conforme analisado no capítulo anterior.

Dalmir Peliciolli, em entrevista<sup>212</sup> pontuou que “a pessoa que fez isso, se aproveitou do caso, da nossa discussão na Câmara de Vereadores”<sup>213</sup>. Peliciolli também tinha a percepção da tese de assassinato, pois na entrevista indica “a pessoa que fez isso”, apontando para a ação de um sujeito, e ainda destaca ter sido alguém que se aproveitara do contexto da semana anterior, e das discussões que envolveram Peliciolli e seu caso, e os vereadores de oposição Marcelino Chiarello e Ângela Vitória.

Também em entrevista para a Rádio Super Condá, o ex-prefeito de Chapecó João Rodrigues e atual deputado federal, na tarde do dia 28, pronuncia-se destacando que “ao saber do homicídio há que se ter cuidado, e não se pode apontar o dedo com manifestações acusatórias”<sup>214</sup>, e usou a expressão “que o diabo faz a panela, mas não a tampa”, além de afirmar confiança nas investigações policiais<sup>215</sup>. Desta afirmação, destaca-se que João Rodrigues também estaria convencido da tese de

---

<sup>209</sup>BELEBOM, Itamar, op. cit.

<sup>210</sup>Entrevista 1 concedida por Sérgio Martins de Quadros para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011. Sérgio Martins de Quadros viria a se constituir advogado da família no Caso Chiarello.

<sup>211</sup>Entrevista 2 concedida por Sérgio Martins de Quadros para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

<sup>212</sup>Entrevista concedida por Dalmir Peliciolli para o programa Estúdio SC, da RBS TV de Santa Catarina. Chapecó (SC): 04/12/2011.

<sup>213</sup>Neste caso, Peliciolli refere-se à discussão conflituosa que travou com Marcelino, nas sessões da Câmara de Vereadores de Chapecó, na semana que antecedeu a morte de Marcelino.

<sup>214</sup>Entrevista concedida por João Rodrigues para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

<sup>215</sup>Idem.

homicídio.

A entrevista da emissora Super Condá com o deputado federal Pedro Uczai<sup>216</sup> foi realizada por telefone, já que o mesmo estava em Brasília. Uczai, ao se referir a Marcelino, citou que este teve uma história marcante e extraordinária, que tinha conversado com ele naqueles últimos dias que antecederam 28 de novembro de 2011, e que ainda não tinha certeza dos fatos, mas que não acreditava em suicídio, mas queria evitar fazer prejulgamento<sup>217</sup>. Já em entrevista para rede de televisão, Pedro Uczai disse que Marcelino havia estado na sua casa no sábado, 26 de novembro, e que estava preocupado, que pela sua família ia renunciar ao mandato de vereador<sup>218</sup>. A manifestação da renúncia de Marcelino também se faz presente nas análises sobre o caso refletidas nos meios de comunicação, quando se detalha a semana que antecede 28 de novembro de 2011. Angústias ligadas aos enfrentamentos que Marcelino havia feito se constituem como possível causa deste anúncio de renúncia, com a intenção de proteger a si e a sua família. Muito embora Marcelino por ter esta postura de enfrentamento, aprendera a lidar com tais ameaças, conforme destaca sua esposa Dione Guarnieri Chiarello “uma diarista que trabalhava conosco chegou a pedir demissão, assustada, porque recebeu um telefonema dizendo que iam soltar uma bomba lá em casa”<sup>219</sup>, o que leva a crer que na semana que antecedeu 28 de novembro de 2011, sua percepção do nível das ameaças, o fizeram ficar de fato assustado, a ponto de planejar a renúncia do mandato.

Além de Uczai, em entrevista para a Rádio Super Condá, a vereadora Ângela Vitória<sup>220</sup> foi enfática em refutar a tese de suicídio. Salientou a coragem de Marcelino e lembrou que Marcelino havia falado no sábado (dia 26 de novembro de 2011), sobre pedir escolta policial. E depois o mesmo havia desconversado, tentando brincar com o fato. Esta manifestação havia sido feita por Chiarello em um jantar com lideranças políticas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, em Linha Batistello, comunidade rural de Chapecó<sup>221</sup>.

Segundo Giovanaz<sup>222</sup> “o assessor parlamentar Gilberto Benetti, padrinho de Eduardo

---

<sup>216</sup>Entrevista concedida por Pedro Uczai para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

<sup>217</sup> Idem.

<sup>218</sup>Entrevista concedida por Pedro Uczai para o programa Estúdio SC da RBS TV de Santa Catarina. Chapecó (SC): 04/12/2011.

<sup>219</sup>GIOVANAZ, Daniel, 2016, op. cit, p.p. 72-73.

<sup>220</sup>Ângela Moreira Vitória era a 1ª suplente de vereador, pelas eleições municipais de 2008. Com a eleição de Luciane Carminatti para deputada estadual de Santa Catarina em 2010, passou a constituir a bancada do PT em Chapecó, ao lado de Marcelino.

<sup>221</sup>Entrevista concedida por Ângela Vitória para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

<sup>222</sup>GIOVANAZ, Daniel, 2016, op. cit, p. 40.

Chiarello, testemunhou à polícia que o vereador parecia angustiado desde a quinta-feira, 24 de novembro de 2011. Naquele dia, Marcelino admitiu pela primeira vez ao compadre que corria risco de assassinato, e lamentou que sua vida estivesse próxima do fim.”

Em entrevista concedida ao autor<sup>223</sup>, Ângela relatou de que no sábado, dia 26 de novembro de 2011, uma reunião partidária abordava o conflito político em Chapecó e de um panfleto que havia sido entregue pelo Partido dos Trabalhadores, apresentando as denúncias de possíveis desvios de verba do Fundo Social<sup>224</sup> na Subprefeitura da Efapi<sup>225</sup>, bairro operário de Chapecó. Naquela reunião no sábado à tarde, Marcelino afirmou que “nesse panfleto fomos longe demais, fomos muito longe, a gente foi lá no centro do poder”<sup>226</sup>.

A hipótese das ameaças converge para as datas que antecederam a sua morte. “Na sexta, ele estava animado, na segunda apavorado”, conforme destacou Vanda Casagrande<sup>227</sup> e “indicando que Marcelino teria recebido ameaças mais contundentes entre os dias 25 e 27 de novembro”<sup>228</sup>

Nesta mesma direção, em matéria jornalística, destaca-se o questionamento de Marcelino – “como é que essa denúncia não abrange o deputado Gelson Merísio?”<sup>229</sup>. O vereador recebeu do promotor Jackson Goldoni a resposta de que “nós não temos provas, Marcelino. Não podemos fazer nada”<sup>230</sup>.

À noite, Marcelino deu carona para Ângela e sua assessora Manira Schmitz para deslocar-se até o jantar na Linha Batistello. Ângela destacou<sup>231</sup> que ao chegar na festa e avistar uma caminhonete com adesivo azul e amarelo, Marcelino engatou à ré e gritou “estamos na festa errada, é a festa deles”<sup>232</sup>. Após a afirmação Marcelino reconheceu determinado senhor que Ângela não

<sup>223</sup>Entrevista 1, concedida por Ângela Vitória a Cesar Capitanio. Chapecó(SC):22/08/2017, p. 1. Acervo pessoal do autor.

<sup>224</sup>O Fundo Social foi criado pela Lei Estadual 13.334 de 28 de fevereiro de 2005, e servia para repasses financeiros a comunidades e entidades em todo o Estado de Santa Catarina. As denúncias de desvios que implicaram Dalmir Peliciolli, eram provenientes de repasses financeiros do Gabinete do Deputado Estadual Gelson Merísio (PSD), na época presidente da Assembleia Estadual de Santa Catarina. Os supostos desvios que implicam Peliciolli eram provenientes a repasses a entidades esportivas e comunitárias do Bairro Efapi, recursos inferiores a 20 mil reais; porém, o orçamento do Fundo Social no Estado girava na faixa de 300 milhões de reais ao ano.

<sup>225</sup>Anexo I – Panfleto elaborado pelo PT sobre o desvio de verbas, p. 115.

<sup>226</sup>Entrevista 1, op. cit., p.1.

<sup>227</sup>GIOVANAZ, Daniel, 2016, op. cit, p. 40.

<sup>228</sup>Ibidem.

<sup>229</sup>GIOVANAZ, Daniel, op.cit., 30/11/2016.

<sup>230</sup>Idem.

<sup>231</sup>Entrevista 1, op. cit, p. 1.

<sup>232</sup>Idem.

recordou o nome, o qual cumprimentou, e subsequente, chegara até o jantar. Marcelino também lamentou ter se assustado com um senhor que queria cumprimentá-lo.

No momento de retornar para casa, Marcelino afirmou “que ele só andaria escoltado”<sup>233</sup>, chamando a atenção da assessora Manira, a qual questionou se o vereador estaria sofrendo ameaças, ao passo que Marcelino desconversou. Ângela destacou<sup>234</sup> esta característica de Marcelino, de mesclar a seriedade com o bom humor, característica normal de Chiarello, mas percebia-se anormalidade nos momentos em que dizia que não iria mais locomover-se sozinho, (pois ele transitava sozinho) e o fato de engatar marcha ré de maneira abrupta<sup>235</sup>.

Em relação ao fato de que Marcelino teria levantado a possibilidade de renunciar ao cargo de vereador, Ângela Vitória afirmou<sup>236</sup> que na sexta-feira, dia 25 de novembro, Marcelino cogitou esta possibilidade, porém ela havia entendido sobre o rodízio da bancada do PT. Antes disso Marcelino e Ângela haviam sido ameaçados de cassação dos seus mandatos, por suposta quebra de decoro, justamente por conta dos enfrentamentos feitos ao vereador Dalmir Peliciolli, porque uma cassação é política, e eles eram “2 em 12”<sup>237</sup>. Marcelino inclusive disse que era para Ângela defender as suas emendas, que ele “ia sair” - mas que ela entendeu que seria o rodízio para a entrada do suplente Euclides da Silva. Por esta entrevista e analisando o cenário político de Chapecó naquela semana que antecede o dia 28 de novembro, percebe-se um cenário político conflituoso, um cenário de enfrentamentos entre governistas e oposicionistas.

Ao fazer relação com a entrevista de Euclides da Silva<sup>238</sup>, retoma-se que Euclides reafirmou que Marcelino queria renunciar, mas gostaria também que Euclides, o segundo suplente, assumisse em seu lugar, e não Lizeu Mazzioni, o primeiro suplente. Euclides acreditou que Marcelino compreendia que seu perfil era mais parecido com o dele, em comparação com o de Lizeu.

Mas Euclides apontou de maneira crítica uma característica de Marcelino: Chiarello concentrava informações que tratavam de denúncias de corrupção contra agentes políticos. Euclides

---

<sup>233</sup>Ibidem.

<sup>234</sup>Ibidem, p. 2.

<sup>235</sup>Nas páginas 25 e 26 do livro **Quem matou Marcelino**, de Daniel Giovanaz (op. cit), tais informações convergem com as informações deste parágrafo, de entrevista concedida por Ângela Vitória a Giovanaz.

<sup>236</sup>Idem, p. 2.

<sup>237</sup>Ângela Vitória se refere ao número de vereadores de Chapecó naquela legislatura, 2 seriam os oposicionistas, ela e Marcelino, idem, p. 2.

<sup>238</sup>Entrevista 2, concedida por Euclides da Silva a Cesar Capitania. Chapecó (SC):13/12/2017, p. 2. Acervo pessoal do autor.



destacou que fatalmente os mandantes do assassinato tinham conhecimento desta característica, sabiam que apenas Marcelino possuía determinadas informações, as quais ficariam perdidas em algum potencial processo investigatório – e que Marcelino, mesmo com medo, não lhe contou nada para além do indicativo de renúncia, conforme conversa que teve com ele em 25 de novembro de 2011<sup>239</sup>. Marcelino temia que pudesse ser cassado. O mesmo suplente Euclides da Silva, foi entrevistado por Giovanaz, e destacava sobre o fato dos temores de Marcelino em relação a alguma tentativa de cassação como retaliação a sua atuação parlamentar<sup>240</sup>:

O vereador temia que os adversários vasculhassem sua conta bancária, remexessem sua vida privada e forjassem provas para uma retaliação “na mesma moeda”. Convicto daquela hipótese, havia definido inclusive a advogada que encaminharia juridicamente o processo da renúncia – Anilse Slongo Seibel. Como não conhecia nenhum motivo que pudesse levá-lo à cassação, o suplente recomendou que ele suportasse as ameaças enquanto fosse possível.

Quanto às ameaças que podem ter ocorrido contra lideranças, Ângela Vitória<sup>241</sup> apontou que as ameaças são veladas. A vereadora afirma que cerca de doze dias após a morte de Marcelino, recebeu ligações solicitando a ela para entrar no Skype para conversar. As ligações eram anônimas, e se repetiram algumas vezes, não se tendo clareza se era uma forma de intimidação, porém, um fato anormal, com toda a certeza. Ângela Vitória relatou ao delegado Ronaldo Neckel Moretto o ocorrido, e que esse depoimento sobre uma possível ameaça foi usado nas investigações sobre o *Caso Chiarello*. A vereadora apontou que nunca foi arrolada como testemunha para a investigação da morte de Marcelino<sup>242</sup>, mas que nunca teve uma resposta adequada das ligações, se seriam de fato ameaças ou apenas trotes.

Ângela Vitória ainda destacou que houve um segundo caso, levado por uma pessoa na rua, dado a assessora Manira Schmitz, em uma das manifestações do Fórum em Defesa da Vida, que era para a Ângela Vitória e o deputado Pedro Uczai se cuidarem<sup>243</sup>.

O ano de 2011, pela avaliação de Ângela Vitória, era de crescimento político para a oposição. A lógica de Marcelino “brigão”, que quase custou a sua reeleição, em 2008, devido a rejeição popular, havia se modificado. Os enfrentamentos mais contundentes feitos por ele estavam

---

<sup>239</sup>Ibidem.

<sup>240</sup>GIOVANAZ, Daniel, 2016, op.cit, p. 42.

<sup>241</sup>Entrevista 1, op. cit, p.p. 3-4.

<sup>242</sup>O fato de Ângela Vitória não ter sido arrolada como testemunha é deveras intrigante, devido à proximidade que a ex-vereadora tinha com Marcelino, justamente por ser sua colega de bancada e de enfrentamentos.

<sup>243</sup>Entrevista 1, op. cit, p. 4.

criando um imaginário popular no município de que o “brigão” tinha razão<sup>244</sup>. E que Marcelino “estava a mil na vida”<sup>245</sup>, tanto que esta é uma das premissas que faz com que Vitória não acredite na tese de suicídio. Pode-se citar, como exemplo, a greve dos professores estaduais, uma das maiores da história da categoria em Santa Catarina, a mobilização dos trabalhadores do transporte coletivo, a mobilização dos trabalhadores da agroindústria, além dos avicultores. Ângela, que é médica, afirmou que tal indicativo não é comportamento de suicida, pela própria experiência da sua profissão, indicando que o suicida vai deixando outros sinais, por meio de comportamentos depressivos<sup>246</sup>. Aproxima-se desta constatação, a entrevista com Vanda Casagrande: “porque o cara que quer morrer não diz assim, Vanda vai contar o meu número de aulas agora, porque eu quero ver se eu consigo de tarde ampliar a carga horária. Eu quero ir fazer mestrado na Fronteira Sul, sabe, eu quero dar aulas lá no Luiza Santin, né, ampliar”<sup>247</sup>. E a mesma Vanda Casagrande indica que ao vê-lo fora da sala de aula e ao telefone, fez uma brincadeira em forma de repreensão, e que “Marcelino encerrou a conversa, guardou o aparelho no bolso da calça jeans, e virou-se rapidamente: o rosto estava pálido e os lábios tremiam”<sup>248</sup>. E nas páginas 29 e 30 da publicação de Giovanaz, a informação de renúncia, e de que cogitava aumentar sua carga horária na Escola Pedro Maciel, podendo completar na Escola Luiza Santin, aponta a mesma informação de Vanda Casagrande, entre as duas entrevistas<sup>249</sup>.

Ângela Vitória salientou em entrevista ao autor, sobre as fotos do corpo de Marcelino, as quais foram vazadas na Internet, de que ela, em um primeiro momento, ficou chateada com o uso das imagens. Ângela compreendeu o vazamento das fotos como sendo de caráter ofensivo a memória de Marcelino. Entretanto, segundo Ângela<sup>250</sup>:

Depois a gente teve contato com aquele assessor do PT, como é o nome dele...de São Paulo. Cesar- O Greenhalgh? Ângela - O Greenhalgh, e aí o Greenhalgh tinha experiência com essa coisa de mecânica do crime, então ele dizia, não, mas olha aqui (tu lembrás das fotos né?) que circularam as benditas fotos pela Internet, que na hora, a gente ficou super ofendida, ficou assim chateada com aquilo né, na hora a gente sente como uma violência com a imagem do Marcelino [...]na hora a gente fica chateado, e depois, foi a melhor coisa do mundo, que aí o Greenhalgh explicava bem direitinho, ó, tá aí o sangue no olho, o sangue no olho o que foi, o que foi, levou um soco, sangrou, ficou deitado no chão, depois o sangue escorreu, olhe o jeito que o sangue escorreu, porque primeiro ele tava deitado e

---

<sup>244</sup>Entrevista 1, op. cit, p.5.

<sup>245</sup>Entrevista 1, op. cit., p.p. 3-4.

<sup>246</sup>Entrevista 1, op. cit, p. 5.

<sup>247</sup>Entrevista 3, op. cit, p. 6.

<sup>248</sup>GIOVANAZ, Daniel, 2016, op. cit, p. 29.

<sup>249</sup>A este autor e a Daniel Giovanaz.

<sup>250</sup>Entrevista 1, op. cit, p. 6.

depois ele foi pendurado, isso não tem dúvidas, e aí todos outros elementos.

Salienta-se que pelo jornal *Diário do Iguaçu*<sup>251</sup> foi apontado que estas fotos vazaram da base da Polícia Militar do Bairro Palmital e nesta matéria, o tenente-coronel Benevenuto Chaves Neto indica que apurariam e puniriam pelo Código Policial Militar o responsável pelo vazamento. Neste trabalho, não foi possível ver em que medida estas apurações avançaram, ao passo que isto torna-se menos relevante quando se tem uma morte, cujas explicações não convencem parcela da sociedade.

Uma abordagem trazida ao *Caso Chiarello*, recorrente em manifestações de lideranças, de amigos próximos, constatada em materiais e manifestações à imprensa, foi a de um paralelo entre o caso Marcelino Chiarello com o caso Vladimir Herzog, jornalista que foi encontrado enforcado na prisão, durante a ditadura militar. Uczai<sup>252</sup> assim aponta: “a imagem de Herzog pendurado a uma altura menos que a sua própria, com as pernas dobradas, em muito faz lembrar a posição que o corpo de Chiarello foi encontrado. Um, com as marcas da tortura. Outro, com ferimentos recentes”. Destaca-se com este paralelo, mais uma contradição para a tese de suicídio, a altura da janela, pouco usual em casos de suicídio, além da lembrança de Herzog, o que indica a convicção de Uczai pelo assassinato de Marcelino.

Ainda sobre Herzog, destaca-se que em 1975, em uma delegacia do Destacamento de Operações de Informações (DOI), em São Paulo, Vladimir Herzog, jornalista que era preso político apareceu enforcado, sendo que se defendeu inicialmente, a tese de suicídio. Os desdobramentos posteriores, apontaram lacunas que levariam a se concluir que Herzog fora morto pelo aparelho repressor do Estado, com simulação posterior de suicídio. Reichhardt<sup>253</sup> aponta sobre os desdobramentos da versão de suicídio, com as consequentes repercussões:

As imagens chocaram os jornalistas que, se desde o primeiro momento duvidaram da versão de suicídio, agora tinham certeza do assassinato. Os militares argumentavam com “provas” fotográficas de que Vlado havia se enforcado com o cordão do conhecido macacão verde-oliva utilizado pelos presos no DOI-Codi. O detalhe é de que os jornalistas sabiam através de outros presos de que este famoso macacão não possuía nenhum cordão, o que serviu como prova aos jornalistas de que a versão dos militares não passava de uma cena de crime mal manipulada.

---

<sup>251</sup>JORNAL *Diário do Iguaçu*, 08/12/2011, p. 27.

<sup>252</sup>UCZAI, Pedro, op. cit., 2015, p.41.

<sup>253</sup>REICHHARDT, David Creimer. **A Multidão Silenciosa: Vladimir Herzog Assassinado** (São Paulo, 1975), Etnografia de um Evento. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas para obtenção do Título de Mestre em Antropologia Social. Campinas: Unicamp, 2015, p.40.

A versão da morte apresentada pelos militares, tinha como propósito fundamental intimidar os profissionais de imprensa e outros setores como aqueles vinculados à igreja, ao mundo das artes ou às universidades. A história impossível que os militares contavam, porém, acabou por fortalecer seus opositores.

Ainda na data de 28 de novembro de 2011, em emissora de rádio, o suplente de vereador, Lizeu Mazzioni<sup>254</sup>, segundo suplente da bancada do PT, e que posteriormente assumiu o cargo deixado por Marcelino, em entrevista concedida ao repórter Paulo Gomes, na tarde daquele dia, Lizeu indicou “que Chapecó não pode conviver com esta sombra, com este medo”. E não descartou para a possibilidade de deixar a cadeira vazia, até não se descobrir “quem havia matado Marcelino”. Ao ser indagado pelo repórter sobre o legado de Marcelino, Lizeu disse que Chiarello “cumpru a tarefa de vereador de oposição, mesmo que quase sozinho, fez bem o papel de oposição, pelo bem da democracia”.

Em relação ao depoimento da deputada estadual Luciane Carminatti, em entrevista afirmou que “quando recebeu a notícia, duvidou que Marcelino tivesse tirado a vida, por ser religioso”<sup>255</sup>. Também salientou que Marcelino havia recebido ameaças, intimidações, e que estava com medo e preocupado, mas supôs que “Marcelino não contou tudo”<sup>256</sup>.

O ex-prefeito de Chapecó, José Fritsch, na época presidente estadual do PT, em entrevista<sup>257</sup> afirmou que Marcelino e Ângela Vitória estavam com certo medo, recebendo ameaças. Disse também que estava em Brasília no dia 28 com a sua esposa, Ivone, e que ao saber do caso, dona Ivone fora lacônica pela convicção do assassinato.

No dia 29 de novembro, ocorreu um arrombamento na sede da Associação das Câmaras Municipais do Oeste de Santa Catarina (Acamosc), sendo que Marcelino era tesoureiro daquela instituição. A sala dele foi uma das mais remexidas<sup>258</sup> e segundo ressaltou Eloi de Oliveira Siarpinski, secretário executivo da instituição “é claro que depois houve algumas suposições, porque na quinta-feira [24 de novembro] ele tinha vindo trazer documentos referentes a uma matéria dele, algum assunto de trabalho, e não lembro se esses papeis foram encontrados algum dia.

---

<sup>254</sup>Entrevista concedida por Lizeu Mazzioni para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

<sup>255</sup>Entrevista concedida por Luciane Carminatti para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

<sup>256</sup>Idem.

<sup>257</sup>Entrevista concedida por José Fritsch para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 29/11/2011.

<sup>258</sup>GIOVANAZ, Daniel, 2016, op. cit, p. 44, 45.

Mas é só suposição”<sup>259</sup>. Tais papéis são uma pasta que Marcelino Chiarello circulou na última semana de sua vida, que poderia conter novas denúncias contra agentes políticos locais. A assessora parlamentar de Marcelino, Rita de Cássia Nunes Feitosa, logo no início das investigações, esteve na delegacia “e sugeriu uma análise minuciosa da pasta azul que estava em posse de Marcelino”<sup>260</sup>. Mas segundo ela, ao ver a tal pasta e a reconhecer, quando o delegado mostrou, Rita indica que “parecia bem mais fininha, como se tivesse umas sessenta páginas a menos”<sup>261</sup>.

No dia 29/11, Luciano Buligon<sup>262</sup> se referiu<sup>263</sup> ao caso como uma “ação nojenta, repugnante, desumana, isto que aconteceu com nosso amigo Marcelino Chiarello”. No mesmo dia, o prefeito de Chapecó em exercício na época, José Cláudio Caramori<sup>264</sup>, afirmou<sup>265</sup> que recebeu a notícia como suicídio, mas que a confirmação de homicídio o deixava consternado. A materialidade do fato, dentre aliados e adversários políticos de Marcelino, era de clareza para a tese de assassinato.

No dia 30 de novembro de 2011, matéria de jornal<sup>266</sup> repercutiu sobre a tristeza, revolta e indignação que marcaram o enterro de Marcelino Chiarello, por meio de falas do irmão de Marcelino, também professor, Claudir Chiarello<sup>267</sup>, o qual aponta que “ele havia nos falado sobre ameaças, mas por ser corajoso e lutador não esperava que algo fosse concretizado”. Claudir destacou ainda que o crime tem conotação política, mas as lutas dele não seriam esquecidas, e cita como exemplo, a luta pelo piso dos professores<sup>268</sup> e por justiça na sociedade. Desta fala, além da constatação que havia a clareza da tese de homicídio, Claudir apontou para a conotação política do crime, além de afirmar que os valores de luta de Marcelino prosseguiriam. Quando salienta “justiça na sociedade”, Claudir filia-se aos sentidos da Doutrina Social da Igreja, pois igualmente a

<sup>259</sup>Idem, p. 45.

<sup>260</sup>Ibidem, p. 44.

<sup>261</sup>Ibidem.

<sup>262</sup>Luciano Buligon é o atual prefeito de Chapecó, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Porém, em 2011, ocupava o cargo de Secretário Regional na Secretaria Regional do Oeste, e integrava o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

<sup>263</sup>Entrevista concedida por Luciano Buligon para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 29/11/2011.

<sup>264</sup>José Caramori foi vice-prefeito de João Rodrigues nas eleições de 2008. Assumiu a prefeitura quando João Rodrigues se elegeu deputado federal em 2010. Se reelegeu prefeito em 2012, tendo Luciano Buligon como vice-prefeito. Atualmente, tem cargo no Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina (BADESC).

<sup>265</sup>Entrevista concedida por José Cláudio Caramori para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 29/11/2011.

<sup>266</sup>JORNAL Diário do Iguaçu, 30/11/2011, p.6.

<sup>267</sup>Claudir Chiarello é professor no Colégio Estadual Serafim Bertaso, no município de Nova Itaberaba-SC.

<sup>268</sup>Em 2011, a rede estadual de Santa Catarina, após a deliberação do STF pela constitucionalidade da Lei Nacional do Piso do Magistério, fez uma das maiores greves da história da categoria, tanto em dias paralisados, bem como em percentual da categoria que aderiu a greve (foram mais de 60 dias de greve e em alguns contextos, com 90% da categoria paralisada). Marcelino teve um papel muito forte de liderança nesta greve; a colega de bancada Ângela Vitória destacou o acontecimento como algo que demonstrava um crescimento político das lideranças de esquerda em 2011, na entrevista a mim concedida.

Marcelino, também havia sido seminarista e seguia ensinamentos do Bispo Dom José Gomes.

No mesmo jornal e data, uma matéria<sup>269</sup> destacou os passos para o processo investigatório (que era tratado como homicídio). No texto, afirma-se que as investigações eram lideradas pela Polícia Civil, através da Delegacia de Investigações Criminais (DIC), mas que o Ministério Público se colocara a disposição através do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), conforme fala citada na matéria, pelo promotor Fabiano Baldissarelli. Ainda constava que o PT ofereceu reforço do advogado criminalista Luiz Eduardo Greenhalgh, ex-deputado federal, com fala citada na matéria do presidente estadual da sigla José Fritsch.

Na mesma página do jornal<sup>270</sup>, há uma matéria com a ex-senadora e na época ministra das Relações Institucionais do governo Dilma Rousseff, Ideli Salvatti, a qual afirma levar solidariedade para amigos e família, mas que também havia ligado ao governador Raimundo Colombo, exigindo que as forças de segurança pública fossem dirigidas para investigar o caso. Também afirmou ter feito contato com o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo para pedir ajuda da Polícia Federal. Disse não ter “dúvidas de que o crime possui conotação política, devido a atuação contundente de Chiarello em Chapecó”. Novamente, há sentidos que associam o homicídio e a atividade política, o que indica que naquele cenário, além da tese de homicídio estar cristalizada, a conotação política de assassinato também ganhava dimensão.

Na Câmara de Vereadores, além dos três dias de luto oficial, não houve sessão da Câmara de Vereadores no dia 01 de dezembro de 2011 (conforme atesta a Ata 94/11). No dia 02/12, a sessão ocorreu, mas sem a presença de Ângela Vitória e do suplente de Marcelino que viria a assumir, Lizeu Mazzioni. Na terça-feira seguinte, dia 06 de dezembro, a sessão ocorre, com Lizeu Mazzioni assumindo mandato. Aponta-se para algumas falas dos vereadores, em que todas as manifestações indicavam a convicção de homicídio<sup>271</sup>. O vereador Lizeu Mazzioni estava tomando posse “em um dia atípico”, tornando a repetir o que havia mencionado em entrevista para a Rádio Super Condá, que pensou em “deixar a cadeira vazia”, em virtude da gravidade do ocorrido, dando também destaque ao ato por justiça que havia ocorrido no dia anterior (05/12/2011). Ângela Vitória afirmou naquela sessão “que estava com medo de materializar o tamanho da dor que estava sentindo pela perda do companheiro”. Novamente, são feitas uso de algumas citações mais longas, retiradas das

---

<sup>269</sup>JORNAL Diário do Iguaçu, 30/11/2011, p.7.

<sup>270</sup>Idem.

<sup>271</sup>Ata 95/11 da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, de 06 de dezembro de 2011.

atas de sessões da Câmara de Vereadores. Inicia-se pelo vereador Dalmir Peliciolli, que havia tido discussões com Marcelino na semana anterior da sua morte <sup>272</sup>:

O Vereador Marcelino Chiarello foi assassinado de forma cruel, de forma que nenhum ser humano merece. Mas o que a cúpula do PT está fazendo com o Vereador Dalmir Peliciolli não é justo. E o PT precisa admitir. Disse que no dia do acontecido, estava em casa, quando seu filho de dez anos, após assistir a notícia na televisão, lhe disse que iriam culpá-lo pela morte do Vereador. Disse que nunca fez mal a ninguém, mas mesmo assim, não conseguiu mais sair de casa desde o dia do falecimento do Vereador Marcelino Chiarello. Salientou que pode ter muitos defeitos, mas nunca irá fazer mal a alguém em função de política. Pode discutir muito na defesa de um projeto, mas nunca fará mal a alguém por questões políticas. Está na expectativa de que a polícia encontre os assassinos. Disse que seus filhos não foram mais ao colégio, pois os colegas dele dizem que são filhos de um assassino. Mas até o momento não foi chamado para ser interrogado pela polícia. Disse novamente que não é justo o que estão fazendo com sua pessoa, pois tiraram sua liberdade e sua voz. Sempre que vai a algum lugar, é chamado para dar explicações, mas nem a polícia sabe o que aconteceu até o momento. Espera que a justiça seja feita e que os culpados sejam encontrados. Destacou que viu as fotografias, e não acha justo alguém sofrer tanto antes de morrer. Concorde com as manifestações e lutas que são organizadas pelo PT, mas deixou uma mensagem, para que nunca apontem um culpado antes da justiça terminar as investigações, pois pode ocorrer uma injustiça.

Destaca-se que a observação das fotos do local da morte trágica não deixou dúvidas a Peliciolli, ao indicar que “não acha justo alguém sofrer antes de morrer”, e que “os culpados sejam encontrados”. Apontou também o sofrimento que a sua própria família passara. Disse concordar com as manifestações e lutas organizadas pelo PT, com vistas ao esclarecimento do fato, porém reclamou de possíveis acusações, para que injustiças não acontecessem.

Na sequência, Ângela retomou seu lugar de discurso, indicando que não houve acusação contra Peliciolli por parte do PT. Os vereadores Arestide Fidélis e Mário Tomasi, relataram que todos os vereadores passaram a ficar com medo. Entende-se que os pronunciamentos evidenciam a expressão de convicção das pessoas, sendo elas aliadas ou adversárias políticas de Marcelino, da crença em assassinato<sup>273</sup>, além de que o medo passou a ser uma constante dentre membros do Legislativo Municipal.

Contudo, não houve unanimidade. Luiz Antônio Agne, advogado, e na época vereador de Chapecó pelo Partido Progressista (PP), foi o primeiro a pronunciar sobre suicídio, antes mesmo de laudos e versões oficiais. O vereador levantou a hipótese na Câmara de Vereadores em sessão. Em

---

<sup>272</sup>Ibidem.

<sup>273</sup>Ibidem.

entrevista<sup>274</sup>, Ângela Vitória ponderou sobre tal pronunciamento ao delegado Ronaldo Neckel Moretto, e Vitória destacou que Moretto afirmara que se o caso não fosse homicídio, ele rasgaria seu diploma. Esta sessão foi na data de 12 de dezembro. Abaixo, a fala de Luiz Antônio Agne<sup>275</sup>:

disse que gostaria de se manifestar em relação ao falecimento do Vereador Marcelino Chiarello. Disse que foi um acontecimento que mobilizou toda a comunidade. Comentou que diariamente são ouvidos comentários a respeito da morte do Vereador. A polícia, mesmo tendo quebrado o sigilo telefônico do Vereador, não apresentou nenhum indício ou evidência de autoria do crime. Disse estranhar o fato, pois em todos os crimes a polícia técnica explica os casos, mas nesse caso ninguém da sociedade ou da imprensa estão indagando a polícia técnica sobre o suicídio do Vereador. Salientou que as evidências apontam que o Vereador não foi morto por ninguém. A polícia não encontrará culpados, uma vez que não há culpados. Acredita que caso a polícia fizesse a reconstituição do crime veria que é impossível alguém ter pendurado uma pessoa da forma como estava o corpo do Vereador Marcelino Chiarello, com as roupas alinhadas, limpas. Viu as fotos e chegou a conclusão de que trata-se de suicídio. Lembrou que o Vereador Marcelino Chiarello estava com problemas, por muitas vezes procurou ajuda, mas ninguém o auxiliou. O Vereador Marcelino Chiarello teria procurado por diversas vezes o suplente de Vereador Euclides da Silva, dizendo que iria renunciar ao mandato. No dia do falecimento o Vereador Marcelino Chiarello teria procurado o Deputado Pedro Uczai procurando ajuda, mas também não obteve. Da mesma forma, na sala de aula, o professor e Vereador Marcelino estava visivelmente transtornado e teria deixado uma mensagem de despedida. Após, foi para sua casa. Ao encontrar o filho em casa, solicitou a este que fosse até a casa da avó e ligasse para a polícia dizendo que estava sendo ameaçado. Ou seja, o Vereador teria solicitado ajuda até mesmo ao filho, mas ninguém o ajudou. Diante dos fatos, acabou se suicidando. A polícia técnica e a medicina legal devem explicar a situação. Disse que é preciso parar de dizer que foi um homicídio, pois não há evidências disso. Desafiou a polícia a fazer a reconstituição do crime.

A tese de renúncia de mandato, destacada por Agne, foi oposta às manifestações de que Marcelino estaria renunciando por conta de ameaças que o vereador estava recebendo<sup>276</sup>. Quanto às menções que faz as fotografias, a opinião de Agne é paradoxal à convicção de outras pessoas<sup>277</sup>. No trecho em que Agne destacou que o filho de Marcelino, um menino de nove anos em 2011, poderia ter negligenciado pedido de socorro, além de impor mais contradições a uma suposta tese de suicídio, força a culpabilidade para uma criança. Também no pronunciamento, Agne destacou que acredita que Marcelino tenha se despedido dos alunos e que estava transtornado. Essa constatação

---

<sup>274</sup>Entrevista 1, op. cit.

<sup>275</sup>Ata 96/11 da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, de 12 de dezembro de 2011.

<sup>276</sup>Nas páginas 68 e 69 deste capítulo, tanto Pedro Uczai quanto Ângela Moreira Vitória destacam em entrevistas concedidas a órgãos de imprensa em novembro de 2011, a possibilidade de renúncia do mandato feita por Marcelino Chiarello. Em entrevista concedida ao autor, sua colega de trabalho na Escola Pedro Maciel, Vanda Maria Casagrande, também faz esta mesma afirmação.

<sup>277</sup>Conforme se destaca da entrevista de Ângela Moreira Vitória ao autor, na página 72 desta dissertação.



se atesta, porém considera-se importante o questionário no quadro<sup>278</sup> da sala de aula que Marcelino deixou, indicando a preocupação que teve em deixar atividades aos seus alunos.

Quanto aos problemas levantados na hipótese do vereador Agne, pelos quais Marcelino estaria passando, as constatações das entrevistas, e o acompanhamento do cenário da manhã de 28 de novembro de 2011, apontam para inquietações do ponto de vista da proteção da vida de Marcelino e de sua família, incluindo a decisão contundente de renunciar ao mandato de vereador<sup>279</sup>. Ângela Vitória apresentou isto em entrevista ao autor, assumindo a convicção de que Marcelino não continha os elementos de um suicida, pela experiência da sua profissão de médica. A hipótese destacada pelo vereador Agne é entendida naquele contexto de análise como contranarrativa, levando Ângela Vitória fazer menção a este pronunciamento do vereador ao delegado Moretto<sup>280</sup>.

Mas o aspecto de construir uma espécie de contranarrativa aparece anteriormente. Nas análises feitas na coluna do Perroni (já falecido), pelo Jornal Diário do Iguaçu, encontram-se três destes casos:

– No dia 01 de dezembro de 2011, um leitor de nome Ronaldo Roratto, tratado como amigo pelo colunista<sup>281</sup> (no próprio jornal, consta que Ronaldo Roratto era o diretor administrativo do jornal Diário do Iguaçu), apresentou a seguinte nota: “O PT oferece o reforço do advogado Luís Greenhalgh para auxiliar nas investigações do caso Marcelino. Este advogado atuou no caso do prefeito de Santo André que morreu (mataram) depois de desmanchar o esquema da coleta de lixo do município. Aquele caso não está explicado até hoje. Não acharam os culpados” (01 de dezembro de 2011, escrita pelo leitor Ronaldo Roratto);

– No dia 02 de dezembro de 2011, um leitor de nome Marcelo MTS, na mesma coluna<sup>282</sup>: “Sobre a morte não esclarecida do Prefeito de Santo André comentado pelo Roratto, talvez o resultado final das investigações não devesse ser divulgado. Não seria fogo amigo?”

---

<sup>278</sup>Foto 2, página 65, neste capítulo.

<sup>279</sup>Em especial, as entrevistas concedidas ao autor por Ângela Moreira Vitória e Vanda Maria Casagrande, op. cit.

<sup>280</sup>Entrevista de Ângela Moreira Vitória ao autor, op. cit.

<sup>281</sup>JORNAL Diário do Iguaçu, 01/12/2011, p.8.

<sup>282</sup>JORNAL Diário do Iguaçu, 02/12/2011, p.8

– No dia 08/12/2011<sup>283</sup>, o próprio colunista escreve uma matéria mais extensa que o habitual, com um título de letras garrafais “A tática do doutor Greenhalgh para o mensalão”, como uma forma de negativar a ação do advogado, em sua atuação no julgamento de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, no Supremo Tribunal Federal. Portanto, um caso que não se consegue estabelecer conexão com a morte por enforcamento de Marcelino Chiarello.

Ocorreu uma ação em sequência, na mesma coluna política, por meio de assuntos extremamente paralelos ao caso, repetidos em três dias diferentes. Naquele contexto, a tese de homicídio estava sendo afirmada pela Polícia Civil.

Contudo, significativas parcelas da sociedade se mantiveram vigilantes. Segundo Uczai, “pesquisas mostraram que mais de 90% da população do município respondeu que Marcelino Chiarello havia sido assassinado” e que “ainda hoje, 47% das pessoas perguntadas, de acordo com pesquisas públicas, acham que Marcelino foi assassinado”<sup>284</sup>.

Ao se comparar o *Caso Chiarello* com o linchamento de 1950, compreende-se haver semelhanças em relação à forte repercussão social. Hass<sup>285</sup> ao apontar as razões para a escolha do tema, destacou que “a ideia de escrever sobre o crime de 1950, envolvido em grande enigma, surgiu pela constatação de que o incêndio da igreja e o linchamento dos presos eram mencionados sempre que se procurava resgatar a história de Chapecó”. A autora<sup>286</sup>, em outra obra, sobre o histórico político chapecoense, compreende que “o poder político chapecoense, desde a criação do município em 1917, até por volta da década de 30 e 40, caracteriza-se por forte mandonismo, que se identifica com aspectos do coronelismo brasileiro”. Os relatos históricos da região oeste de Santa Catarina apontam para o uso da violência em processos eleitorais, em diversos contextos.

Nesse sentido, entende-se que o impacto social do *Caso Chiarello* também foi muito intenso. Em um cenário em que o uso das redes sociais já estava em evidência, as opiniões acerca do fato ganharam narradores múltiplos. Conforme Nascimento, ao analisar a cobertura do jornalista Bruno Pace Dori, em sua conta no Facebook, no blog Clube dos Blogueiros e em sua coluna no Jornal Diário do Iguaçu, afirma que este “caso tornou-se interesse público não só em Chapecó, mas

---

<sup>283</sup>JORNAL Diário do Iguaçu, 08/12/2011, p.8.

<sup>284</sup>UCZAI, Pedro, op.cit, 2015, p.22.

<sup>285</sup>HASS, op. cit, 2003, p.20.

<sup>286</sup>HASS, op. cit., 2001. p.14

em toda a região e, de ótica do jornalismo, gerou uma agenda-*setting* do caso”<sup>287</sup>. Já Buttenbender & Goldschmidt, que analisaram a cobertura do caso feita pelo Jornal Diário do Iguçu, apontam a significativa cobertura do jornal, porém concluem que “nenhum aspecto do jornalismo investigativo esteve presente nas matérias publicadas pelo jornal Diário do Iguçu no período analisado”<sup>288</sup>. Um detalhe a ser destacado, é que o jornalista Bruno Pace Dori, um dos que mais trabalhou a repercussão do *Caso Chiarello*, deixou a coluna política do Jornal Diário do Iguçu em 2013.

Quanto ao processo investigatório, o legista Antônio de Marco, que fez a análise cadavérica, apontou de maneira clara o caso como homicídio, destacando lesões que seriam pancadas, além de sangramento, seguido de simulação de suicídio (ao usar alça de pasta de notebook para fazer o enforcamento). Tal tese foi endossada pelos delegados da Polícia Civil, dentre eles, Augusto Mello Brandão e Ronaldo Neckel Moretto. Giovanaz<sup>289</sup> destaca que “quatro horas após o crime, Alex Passos, Moretto e outros três delegados – Augusto Melo Brandão, Fabiano Toniazzi e Danilo Fernandes – informaram à imprensa que o caso Marcelino seria tratado como assassinato”.

Nessa perspectiva, deu-se início ao processo investigatório, sendo que o mesmo também se transformou em objeto de contradições. Em entrevista concedida ao autor, Ângela Vitória<sup>290</sup> destacou que o aparelho de telefone de Marcelino foi entregue aos delegados da Polícia Civil, e posteriormente entregue para uma perícia em Florianópolis. O aparelho ficou em Florianópolis por 30 dias e quando retornou, não foram mais encontrados os registros de ligações da manhã da morte de Chiarello. Compreende-se esta situação como imprecisão do processo investigatório, pois os delegados de Polícia se tivessem encontrado ligações, supostamente poderiam anotar tais números e encontrar possíveis pistas. Giovanaz salienta<sup>291</sup> que:

A análise do celular foi prejudicada por uma “falha técnica”. Quando um aparelho permanece desligado por mais de 30 dias, a operadora está autorizada a remover de seu

---

<sup>287</sup>NASCIMENTO, Andressa do. **Disseminação e conteúdo no facebook**: uma análise da cobertura do caso Chiarello no perfil do jornalista Bruno Pace Dori. 2012. 1 CD-ROM Monografia (conclusão do curso de jornalismo) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2012, p.35.

<sup>288</sup>BUTTENBENDER, Ananda Cassia Fortes; GOLDSCHMIDT, Ilka Margot. **A cobertura da morte do vereador Marcelino Chiarello pelo jornal Diário do Iguçu**: uma análise sob a perspectiva do jornalismo investigativo. 2012, 1 CD-ROM Monografia (conclusão do curso de comunicação social - habilitação em jornalismo) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2012. Disponível em: <<http://www5.unochapeco.edu.br/pergamum/biblioteca/php/imagens/00009C/00009C97.pdf>>, p.53>.

<sup>289</sup>GIOVANAZ, Daniel, op. cit, 2016, p.p. 53-54.

<sup>290</sup>Entrevista 1 concedida a Cesar Capitanio, op. cit.

<sup>291</sup>GIOVANAZ, Daniel, op. cit., 28/11/2016.

sistema todas as chamadas e mensagens, que podem se tornar irrecuperáveis. É o que alega a direção estadual do IGP: o telefone do vereador teria ficado mais de um mês sem bateria, “esquecido” em uma gaveta nas dependências do Instituto. Ninguém foi responsabilizado por esse suposto descuido.

Entre os meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012, o caso foi investigado pela Polícia Civil como homicídio. Pessoas foram listadas como possíveis culpadas, tanto da execução como de possíveis mandantes, dentro do procedimento investigativo.

O Inquérito 91-2011-0042<sup>292</sup> parte da tipificação penal, instituída no Artigo 121, &2, III do Código Penal Brasileiro, e tem em seu início uma descrição do cenário do crime, incluindo o depoimento da esposa de Marcelino Chiarello, Dione Guarnieri Chiarello, onde ela destaca que ao chegar em casa, por volta das 11 horas e 50 minutos, encontrou Marcelino enforcado no interior da residência deles. Posteriormente, tal inquérito passa a relatar as desavenças e ameaças sofridas por Marcelino. A primeira desavença tratada pelo processo investigatório foi a de Marcelino Chiarello com Dalmir Peliciolli. Importante apresentar alguns relatos do processo investigativo<sup>293</sup>:

Rita de Cássia Nunes da Silva, assessora de Marcelino, indicou que Marcelino sofria ameaças nos dias que antecederam a sua morte, e que Marcelino costumava andar com uma pasta de documentos como forma de proteção – a investigação faz menção a esta pasta, que foi apreendida na residência de Marcelino; Sérgio Martins de Quadros, que viria a ser o advogado da família, indicou que o “embate com Peliciolli era angustiante para Marcelino” e que ele “temia algo”; Vanda Maria Casagrande, orientadora pedagógica do Colégio Pedro Maciel, que trabalhava com Marcelino, apontou que recebia ameaças em virtude do “Caso Peliciolli”, e que inclusive teria dito “acho que dessa vez eu não escapo”; Eduardo Chiarello, o filho de Marcelino, a época um menino de 9 anos, apontou ter ouvido que o pai tinha documentos “suficientes para colocar Peliciolli na cadeia”.

Peliciolli negou participação na morte de Marcelino. A outra desavença tratada pela investigação criminal era com o vereador Valdemir Antônio Stobe, o Tigrão. Ela era resultado da participação intensa de Marcelino em apoio à chapa de oposição na eleição do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, o Sitracarnes, que era dirigido pelo grupo político de Tigrão, tendo Valdecir (irmão de Tigrão) como presidente, e que fora derrotado no ano de 2011. O presidente eleito da chapa de oposição, Jenir Ponciano de Paula, afirmou que havia irregularidades na gestão de Valdecir e que Marcelino apresentaria publicamente as irregularidades no plenário da Câmara de vereadores. No mesmo processo investigatório, Valdemir Stobe negou

---

<sup>292</sup>Inquérito 91-2011-0042, Divisão de Investigação Criminal de Chapecó (DIC), 12ª Delegacia Regional de Polícia, p.1.

<sup>293</sup>Idem, p.p. 3-4.

qualquer ameaça a Marcelino, inclusive esta do pleito eleitoral do Sitracarnes<sup>294</sup>.

Outra possível desavença de Marcelino, que foi tratada neste processo investigatório, se refere ao empresário do transporte coletivo João Carlos Scopel<sup>295</sup>. Rubismar Cardoso da Cruz, que era presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo, afirmou em depoimento que Marcelino lhe confidenciou, na data de 14 de agosto de 2011, temer o proprietário da Auto Viação Chapecó, João Carlos Scopel, pela participação ativa de Marcelino nos atos reivindicatórios dos trabalhadores do transporte coletivo em 2011, que resultaram em greve daquela categoria. Cabe recordar também das denúncias movidas por Marcelino ao Ministério Público, por supostas fraudes na planilha de formação de valores do preço do transporte coletivo.

O processo investigatório segue citando nos autos a “Testemunha 2”<sup>296</sup>, indicando sobre dois homens que supostamente haviam coagido tal testemunha, exigindo informações de sua relação com Marcelino. No dia 06 de dezembro de 2011, após o reconhecimento fotográfico de um destes homens, um bilhete tinha sido deixado no veículo desta testemunha, com o desenho de um túmulo e com os seguintes dizeres: “quem não ajuda, não atrapalha. Um já foi. Cai fora otário”.<sup>297</sup> João Carlos Scopel negou envolvimento em qualquer evento relacionado à morte de Marcelino, e negou ter contratado quem quer que seja para coagir ou ameaçar Marcelino<sup>298</sup>.

Ainda pelo inquérito em questão<sup>299</sup>, uma denúncia anônima enviada por pessoa que se identificou como L. Luz da Silva, por carta, indicava que o ex-prefeito João Rodrigues e na época Secretário de Agricultura de Santa Catarina, juntamente com o Secretário de Agricultura de Chapecó a época, Mauro Zandavalli, seriam os responsáveis pelo assassinato de Marcelino. Na sequência desta mesma citação, tanto João Rodrigues quanto Mauro Zandavalli negaram qualquer envolvimento com a morte de Marcelino.

Vários outros nomes foram arrolados no processo investigatório, seja na condição de testemunhas, por proximidade política e familiar com Marcelino Chiarello, seja por averiguações que os delegados da Polícia Civil. De maneira protocolar, citam-se as iniciais dos nomes de pessoas

---

<sup>294</sup>Ibidem, p.p. 5, 28 e 29

<sup>295</sup>Ibidem, p.p. 6-7.

<sup>296</sup>Ibidem, p.7.

<sup>297</sup>Ibidem.

<sup>298</sup>Ibidem, p.p. 32-33.

<sup>299</sup>Ibidem, p.p. 37-38.



na análise das fotos do local da tragédia, supostamente antes do pedido dos investigadores do caso? E os investigadores do caso, tão convictos da tese de assassinato, durante semanas após o fato, o que os levaria a mudar de opinião? Que constatação os levou para uma nova compreensão?

Uma das teses que passou a justificar esta mudança de convicção por parte da Polícia Civil, e responder parcela destes questionamentos, reside nos laudos produzidos pelos peritos locais do IGP, que não encontraram sinais de arrombamento ou vestígios de que outras pessoas estiveram na residência de Marcelino naquela manhã de 28 de novembro de 2011<sup>303</sup>.

A partir de abril de 2012, uma nova investigação foi retomada, desta vez pela Polícia Federal. O delegado que coordenou este trabalho foi Oscar Biffi. Em 11 de julho de 2012, foi feita a exumação do cadáver de Marcelino, e levado para análise em Ribeirão Preto<sup>304</sup>. Em setembro do mesmo ano, a conclusão da morte de Marcelino, por esta análise (concluída em 13 de abril de 2013), foi de asfixia mecânica, o que induziria novamente para suicídio<sup>305</sup>. Destaca-se que o delegado Oscar Biffi, em diversos momentos, deixou transparecer que estava seguindo sua investigação a partir da investigação já feita pela equipe da Polícia Civil. Novamente, familiares, amigos e advogados de Marcelino ficaram desiludidos<sup>306</sup>.

Os advogados Alcides Heerdt e Sérgio Martins de Quadros que acompanharam o caso, e constituíram-se em advogados da família, convenceram a USP a fazer um estudo de caso para tentar ajudar a elucidar a morte de Marcelino<sup>307</sup>. A equipe da USP foi chefiada pelo médico legista Daniel Muñoz, o qual é reconhecido nacionalmente por sua atuação em casos como do médico alemão Josef Menguele<sup>308</sup>, e o caso PC Farias<sup>309</sup>. A equipe esteve na residência em que Marcelino residia, fizeram um trabalho minucioso, com simulações, utilizando-se de outras considerações, e concluíram que a morte foi homicídio, na data de 05 de agosto de 2013.

---

<sup>303</sup>GIOVANAZ, Daniel. **Suicídio versus homicídio**: Quem matou o vereador catarinense Marcelino Chiarello? Brasil de Fato, 01/12/2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/12/01/suicidio-versus-homicidio-quem-matou-o-vereador-catarinense-marcelino-chiarello/>>. Acesso em 05/01/2018.

<sup>304</sup>Idem.

<sup>305</sup>Idem.

<sup>306</sup>GIOVANAZ, Daniel, op. cit, 03/12/2016.

<sup>307</sup>GIOVANAZ, Daniel, op. cit, 01/12/2016.

<sup>308</sup>Atuou como médico do regime nazista na Alemanha. Daniel Muñoz participou da equipe do Instituto de Medicina Legal da USP, que em 1985 conseguiu reconhecer os restos mortais como pertencentes ao médico alemão.

<sup>309</sup>Foi o tesoureiro da campanha de Fernando Collor de Mello para presidente, em 1989. Participou da equipe de peritos que descartou a tese de homicídio passional, seguido de suicídio da namorada de Paulo Cesar Farias, Suzana Marcolino, levando a inquérito posterior, o qual chegou aos nomes dos assassinos.

Algumas lacunas apontadas pelo relatório do Instituto de Medicina Legal da USP são a posição do sangue, em sentido contrário ao nariz, poças de sangue de diferentes formatos (indicando que poderia ter caído de diferentes alturas), a falta de literatura policial que indique sangue em casos de enforcamento (são raros). Mas há também lacunas acompanhadas pelo desdobramento dos fatos investigativos, desde novembro de 2011: o fato de que ligações telefônicas recebidas por Marcelino no dia 28 de novembro de 2011, testemunhadas pelos seus alunos e colegas da Escola Pedro Maciel terem desaparecido do telefone e dos registros da operadora; o fato de Marcelino reclamar de ameaças; o fato de Marcelino dizer que renunciaria ao mandato de vereador porque faria mais uma importante denúncia nas suas próximas semanas no cargo de vereador; o fato de Marcelino não ter motivos aparentes para se suicidar, inclusive tinha planos de fazer Mestrado, de ampliar a carga horária na docência<sup>310</sup>.

Em entrevista a um órgão de imprensa, em razão de ato pelos três anos da morte de Marcelino, a professora Mônica Hass argumentou que<sup>311</sup>:

A facilidade que ele (Marcelino) tinha de estar em diferentes espaços é um dos fatores dessa comoção, porque não é um segmento só da sociedade que está mobilizado. O Marcelino era uma pessoa da comunidade. Ele estava presente nas reivindicações de diversas classes.

Mesmo tendo manifestações contrárias, o inquérito foi encerrado em 29 de junho de 2015, pelo juiz Jeferson Vieira, da 1ª Vara de Chapecó. Giovanaz<sup>312</sup> aponta que após o arquivamento, o vereador Cléber Ceccon e o deputado Federal Pedro Uczai participaram de reunião com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, com a intenção de idealizar a federalização do caso:

Quatro membros do Fórum em Defesa da Vida da Justiça e da Democracia de Chapecó estiveram em Brasília na mesma ocasião, com o propósito de insistir na federalização do caso: a ex-vereadora Ângela Vitória, o presidente do diretório municipal do PT, Mauro Postal, a advogada e assessora parlamentar Ana Elsa Munarini e a coordenadora do Sinte na região de Chapecó, Elisabeth Maria Timm.

No documentário *A conquista*, que resume aspectos da história de Chapecó, a professora

---

<sup>310</sup>Entrevistas 1, 2 e 3 feitas pelo autor, op. cit.

<sup>311</sup>MORTE de vereador de Chapecó completa três anos hoje. Disponível em <<http://wh3.com.br/noticia/125381/morte-de-vereador-de-chapeco-completa-tres-anos-hoje.html>>. Chapecó: 20/11/2014. Acesso em: 18/07/2017.

<sup>312</sup>GIOVANAZ, Daniel, op. cit, 2016, p.104.



Elisabeth Timm Zefferin, a Zigue, atual coordenadora do Sinte da regional de Chapecó, entidade que Marcelino também atuava, destaca que “Marcelino sempre defendeu a vida e a justiça. As denúncias dele incomodavam e ele pagou o preço mais alto, com a sua vida”<sup>313</sup>.

A abertura do I Seminário do Programa de Pós-Graduação em História<sup>314</sup> da UFFS, por coincidência, aconteceu na data de 28 de novembro de 2016, quando fez cinco anos da morte de Marcelino Chiarello. A professora Neiva Suzete Ferro Schneider, ex-colega de Marcelino na Escola Pedro Maciel, ressaltou a influência que ele teve do Bispo Dom José Gomes, e que sua prática baseada no Bispo servia para que fosse mais do que professor, e sim, um guia, um verdadeiro líder, para colegas e para alunos<sup>315</sup>.

A atual estratégia do Fórum em Defesa da Vida é retomar a luta por investigação através de um Julgamento Popular. Entidades encaminharam cartas para a Procuradoria-Geral da República (estima-se em torno de 15 mil cartas), exigindo a reabertura do processo investigativo, por parte do Ministério Público. Também, ocorreu um ato na Praça Coronel Bertaso, em Chapecó, com a presença de lideranças políticas, sindicais, amigos e familiares, e do juiz maranhense Jorge Moreno. Moreno foi magistrado com atuação no caso do assassinato do Padre Josimo Tavares, assassinado em 10 de maio de 1986, na região do Bico do Papagaio, que pertence ao atual estado de Tocantins. O Padre era formado e atuava sob os princípios da Teologia da Libertação, tendo liderado a formação da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, naquela região em que residia (CPT Tocantins-Araguaia)<sup>316</sup>.

Nessa perspectiva, o **28 de novembro** se tornou em Santa Catarina, partindo do projeto de lei nº 579/2011, o Dia em Defesa da Vida, da Democracia e da Justiça<sup>317</sup>, projeto de autoria coletiva, pelos seguintes deputados estaduais à época: Dirceu Dresch, Volnei Morastoni, Luciane Carminatti, Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta e Ana Paula Lima, do PT, Ângela Albino (PCdoB) e Sargento Soares (PDT). Na justificativa apontada por um grupo de parlamentares para a criação do projeto de

---

<sup>313</sup>A conquista, op. cit., 2014.

<sup>314</sup>APRESENTAÇÃO da professora Neiva Suzete Ferro Schneider na abertura do I Seminário do Programa de Pós-Graduação da UFFS, 28 de novembro de 2016.

<sup>315</sup>No dia seguinte, 29 de novembro de 2016, outra tragédia marcou Chapecó: a queda do avião com a delegação da Chapecoense, que viajava para jogar a final da Copa Sul-Americana, em Medellín, na Colômbia, contra o time Atlético Nacional.

<sup>316</sup>Nesse sentido, destaca-se SILVA, Moisés Pereira. **Padre Josimo e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970-1986)**. Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011

<sup>317</sup>Projeto de Lei Nº 0579.6/2011. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

lei, há o seguinte destaque<sup>318</sup>:

A data foi escolhida em homenagem ao vereador Marcelino Chiarello, assassinado em sua própria casa, no município de Chapecó, em 2011. A vida deste será sempre lembrada pela intensa dedicação na defesa do bem comum, no combate à impunidade e malversação de recursos públicos.

Também é papel do historiador e de qualquer pesquisador de humanidades, debruçar-se sobre os aspectos dos fatos que a versão oficial não tenha alcançado, sem que isso se constitua desrespeito à institucionalidade, ou aos profissionais que tenham se esforçado em buscar uma resposta. O papel do pesquisador funcionaria como um contraponto (mas também uma linha auxiliar), para se buscar uma sociedade (e instituições) mais equilibrada(s), com vistas ao fortalecimento da democracia, dos direitos humanos e da justiça social. Ou como aponta Benjamin, sobre articular historicamente o passado<sup>319</sup>:

Em cada época, é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como redentor; ele vem como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é *privilégio exclusivo* do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer.

Na sequência, a análise comparativa dos laudos e do processo investigatório, os quais foram contextualizados em partes neste título 4.1.

## 4.2 COMPARANDO LAUDOS E SUAS CONTRADIÇÕES

O legista Antônio de Marco é um profissional que trabalha no Instituto Médico Legal no Hospital Regional de Chapecó. Coube a ele, através do Laudo Pericial 50730/2011, elaborar o laudo que indicava a *causa mortis* de Marcelino Chiarello, no dia 28 de novembro de 2011. O laudo, marcado pelo uso intenso de fotografias, as quais demonstraram muito sangue no rosto de Marcelino, com corrimento tanto para a esquerda quanto para a direita, além de corrimento do nariz

---

<sup>318</sup>Ibidem.

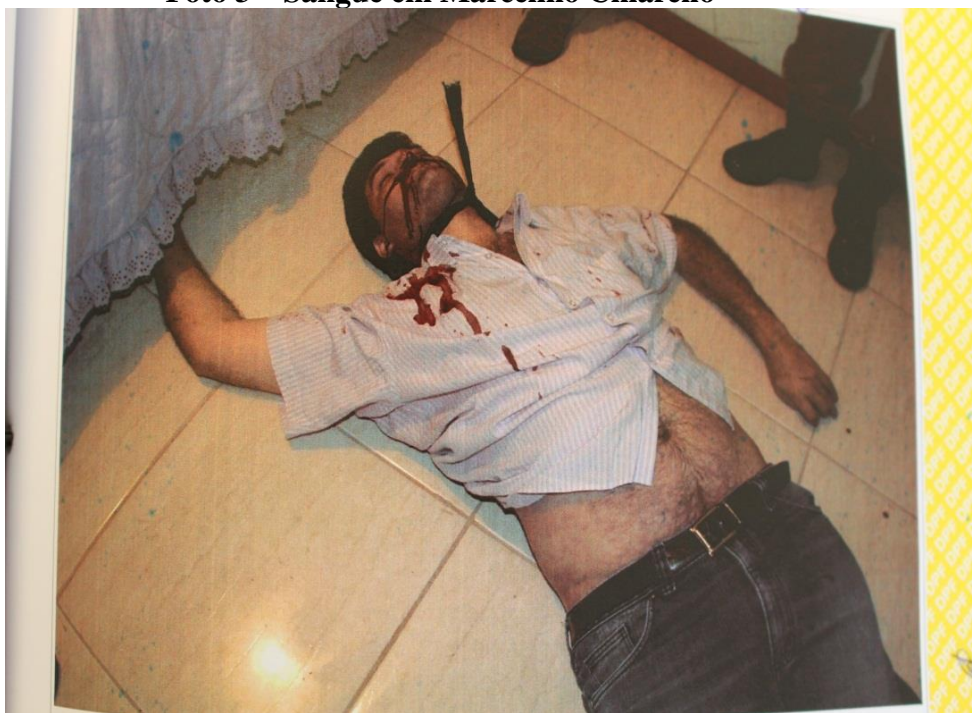
<sup>319</sup>BENJAMIN, Walter, op. cit., p.p. 243-244.

para o olho (em uma lógica inversa à gravidade).

Nas fotografias, percebe-se um hematoma entre o olho e o supercílio esquerdo, bem como uma fotografia da camisa que Marcelino usava, com sangue às costas, em pelo menos três locais (central-superior, onde havia uma concentração maior de sangue, direita-central e esquerda-inferior). Na parte da frente da camisa, bastante sangue do lado esquerdo (com corrimento da parte superior para inferior).

Na sequência, uma foto da Polícia Civil do corpo de Marcelino Chiarello, em sua residência no dia 28 de novembro de 2011, que atesta o que o legista Antônio de Marco descreve:

**Foto 3 – Sangue em Marcelino Chiarello**



Fonte: IGP-SC. Cedida pelo Fórum em Defesa da Vida/Julgamento Popular *Caso Chiarello*.<sup>320</sup>

Retoma-se Antônio De Marco, o legista do IML de Chapecó, o qual indicou no laudo “sangramento na face, com sangue coagulado localizado na região peri-orbital esquerda, pavilhão auricular bilateral, nariz, lábio superior e boca”. Nesse sentido, a conclusão do legista apontou para

---

<sup>320</sup>Laudo Pericial Nº 0042836/ICC/2011. Instituto Geral de Perícias, Secretaria do Estado da Segurança Pública, Estado de Santa Catarina, 28/11/2011.

a tese de homicídio, com simulação de suicídio. De Marco concluiu assim o laudo: “estrangulamento e enforcamento, asfixia mecânica por constrição cervical, estrangulamento, traumatismo no crânio, fratura no nariz”<sup>321</sup>.

Em todos os laudos analisados, há uma quantia significativa de fotografias, que constituem a possibilidade de compreensão acerca do cenário que o médico Antônio de Marco observou em 28 de novembro de 2011.

Na página seguinte, destaca-se uma outra fotografia, objetivando compreender as observações de Antônio de Marco:

**Foto 4 – Sangue em Marcelino Chiarello**



**Fotografia 125:** Fotografia contida no arquivo "DSCF2922.JPG", do subdiretório "Ocorrência 1499-11-K", do CD2.

Fonte: IGP-SC. Cedida pelo Fórum em Defesa da Vida/Julgamento Popular *Caso Chiarello*<sup>322</sup>

Acentua-se que os delegados de Polícia Civil também não tiveram dúvidas da tese de assassinato. Foi com base nisso que iniciaram o processo investigativo. Destaca-se para possíveis

<sup>321</sup>Laudo Pericial 50730/2011, Instituto Médico Legal de Chapecó, 28/11/2011.

<sup>322</sup>Laudo Pericial Nº 0042836/ICC/2011. Instituto Geral de Perícias, Secretaria do Estado da Segurança Pública, Estado de Santa Catarina, 28/11/2011, p. 41.

falhas no processo investigativo<sup>323</sup>: i) o corpo fora retirado muito rapidamente; ii) ele não deixou os peritos lavarem o local; e iii) ligações telefônicas que desapareceram do aparelho celular de Marcelino.

Mesmo que o processo investigativo tenha iniciado pela tese de homicídio, inclusive com indicação de possíveis culpados, executores e mandantes, em janeiro de 2012, o caso sofreu uma reviravolta. O IGP-SC, com laudo assinado pelo médico legista Zulmar Coutinho<sup>324</sup>, baseado nas fotos e na possível ausência de vestígios na residência, como arrombamento ou digital de terceiros, indicou para a tese de suicídio. Dentre as justificativas para esta tese encontra-se que o local estava bem preservado, de que houve uma tentativa frustrada de suicídio, que levou ao sangramento nasal e após uma segunda tentativa, com outra posição do laço, desta vez oblíquo, para que o uso das mãos apoiadas a grade da residência aumentasse a compressão<sup>325</sup>. E na conclusão, há o indicativo para se buscar a causa jurídica do suicídio, pois concluiu que “neste breve estudo não encontramos informações/provas técnicas para a tese de homicídio”<sup>326</sup>.

A investigação da Polícia Federal, liderada pelo delegado Oscar Biffi, desde os procedimentos a exumação do corpo, que aconteceu em Ribeirão Preto, por meio de uma série de exames, apontou novamente para a tese de suicídio. Anterior a este laudo, ao se referir a uma foto da Polícia Civil (semelhante a anterior), chama a atenção a seguinte indicação<sup>327</sup>:

Fotografia que mostra inúmeras pessoas dentro do quarto onde se deu o ocorrido. Sob o enfoque de manchas de sangue isto é extremamente prejudicial, pois diversas manchas ainda se encontravam no piso e possivelmente foram transferidas e/ou alteradas pelos calçados e movimentos destas pessoas, bem como pelo transporte da vítima.

Há o indicativo de um erro de procedimentos por parte dos peritos locais neste laudo de exame de local na data de 28 de novembro de 2011, e isto indicado por equipe da Polícia Federal do Pará, elaborado pelo Perito Criminal Antônio Augusto Canelas Neto.

Por meio de exame de sangue<sup>328</sup> e interpretação do cenário, algumas respostas foram levantadas quanto às solicitações do delegado Oscar Biffi, que pelo “enfoque do estudo de perfis de

---

<sup>323</sup>Salientada na fala do Padre Scatolin, em UCZAI, Pedro, 2015, op. cit, p.66.

<sup>324</sup>Parecer do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, assinado pelo legista Zulmar Vieira Coutinho, 27 de janeiro de 2012.

<sup>325</sup>Idem, p.3.

<sup>326</sup>Idem, p.4.

<sup>327</sup>Laudo Nº 525/2012-SETEC-SR-DPF-PA, 19/11/2012, p.3.

<sup>328</sup>Idem.

mancha de sangue não se detectou a participação de terceiros”<sup>329</sup>. As manchas de sangue eram unicamente da vítima e que foram resultado das “inúmeras fases de movimentação que este processo de enforcamento sugere”<sup>330</sup>. Além do sangue, houve o processo de averiguação da residência e detalhamento geográfico das proximidades desta<sup>331</sup>. Houve indicação<sup>332</sup> da busca por vestígios na residência, mas que mesmo com esforços não foi possível, devido à limpeza e movimentação do mobiliário, levando a conclusão de ausência de arrombamento.

Porém, familiares e amigos de Marcelino se mobilizaram, e articularam para que um novo laudo fosse elaborado<sup>333</sup>. Nessa direção, uma equipe de Medicina Legal da USP, liderada pelo médico Daniel Muñoz, passou a tratar do caso. As frentes de investigação foram comparar os três laudos anteriores, fazer um processo simulatório na residência de Marcelino, e posterior comparação e análises laboratoriais em São Paulo. A tese de homicídio foi afirmada por este laudo. Nas análises realizadas na residência de Marcelino, foram feitas simulações envolvendo um figurante, testando as diversas possibilidades, incluindo a de auto enforcamento. Dentre as contradições apontadas por este laudo, em paralelo aos laudos que indicaram para a tese de suicídio, destaca-se<sup>334</sup>:

- O corrimento de sangue da narina em direção à orelha, o que contraria a questão da gravidade;
- As manchas de sangue de diversas alturas e concentrações, tanto manchas que indicam que algo foi arrastado, manchas com certa distância do corpo, manchas com gotejamento concentrado;
- Quantidade de sangue muito grande na grade da janela.

Na conclusão do laudo, Daniel Muñoz indicou que “do visto e exposto, podemos concluir que, no presente caso, as provas realizadas mostraram elementos que falam fortemente a favor do homicídio como causa jurídica da morte de Marcelino Chiarello”<sup>335</sup>.

Mesmo assim, em agosto de 2013, o MPSC através de nota, pediu o arquivamento do *Caso Marcelino*, pela tese de suicídio. Porém, o juiz Jéferson Zanini negou este arquivamento. Segundo o magistrado, afirmando que "como esses laudos periciais contêm apontamentos de ordem técnica na

---

<sup>329</sup>Ibidem, p. 32.

<sup>330</sup>Ibidem, p.35.

<sup>331</sup>Laudo Nº 502/2013-INC/DITEC/DPF, 22/03/2013.

<sup>332</sup>Idem, p. 11.

<sup>333</sup>Laudo do Departamento de Medicina Legal, Ética e Medicina Social e do Trabalho – Instituto Oscar Freire – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo (USP), 2013.

<sup>334</sup>Idem.

<sup>335</sup>Idem. Grifo no original.

área de medicina e da física, eu não tenho condições de examinar para dizer qual deles é o verdadeiro"<sup>336</sup>.

Nesse sentido, o caráter inconclusivo do Judiciário é o que mantém o Fórum em Defesa da Vida em mobilizações que visam produzir reviravoltas que retomem as investigações pela tese de homicídio.

#### 4.3 MARCELINO PRESENTE: O FÓRUM EM DEFESA DA VIDA E DESDOBRAMENTOS

As mobilizações de familiares, amigos, colegas e militantes sempre foram uma constante no pós-morte de Marcelino, em especial pelas articulações do **Fórum em Defesa da Vida, da Justiça e da Democracia de Chapecó**.

O Fórum em Defesa da Vida é um coletivo que envolve 54 entidades, dentre elas sindicais, de movimentos sociais, religiosas (em especial da Igreja Católica), de associações de moradores, movimento estudantil, professores, militantes partidários, que passaram a articular vários atos, principalmente nas datas 28 de cada mês, objetivando lutar por esclarecimentos sobre a morte de Marcelino, além de manter a memória deste acessa. Zarth<sup>337</sup> ao se referir ao desenvolvimento da narrativa histórica, se vale de Christian Laville e Marc Ferro, e aponta que “existe uma luta pela memória”<sup>338</sup>. O Fórum em Defesa da Vida em suas lutas apresenta de forma clara suas convicções, e dentre estas está a luta pela materialidade da morte ser caracterizada como homicídio e a partir disto, se chegar aos assassinos.

Outra marca das mobilizações tem sido a expressão “Marcelino, presente”. Alguém evoca o nome de Marcelino e a multidão responde “presente”. O uso de camisetas pretas com o rosto de Marcelino Chiarello, nos atos do Fórum em Defesa da Vida e em mobilização, greves, atos reivindicatórios, foi outra forma de amigos, colegas e familiares fazerem protesto e trazer a memória de Chiarello. Na Escola de Educação Básica Pedro Maciel, em que Marcelino era professor, diversos atos foram realizados, além de manter por muito tempo uma faixa exigindo

---

<sup>336</sup>JUSTIÇA decide não arquivar caso da morte do ex-vereador Chiarello. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/09/justica-decide-nao-arquivar-caso-da-morte-do-ex-vereador-chiarello.html>>. Publicado em 05/09/2013. Acesso em 05/01/2018.

<sup>337</sup>ZARTH, Paulo A. Fronteira Sul: história e historiografia (p. p. 09-24). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir J., ZARTH, Paulo A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Letra & Vida: Porto Alegre, 2015., p.11.

<sup>338</sup>Idem.



justiça para o caso. Em todas as datas 28 de novembro, dos anos posteriores a morte, foram feitas homenagens e celebrações a Marcelino naquela escola.

Abaixo, uma foto de manifestação realizada pelo Fórum em Defesa da Vida, no dia 25 de abril de 2012:

### Foto 5-Passeata do Fórum em Defesa da Vida



Fonte: Vídeo do Youtube *Manifestação de indignados em Chapecó*<sup>339</sup>. Adaptação (frame) do autor.

Como em 1950, no caso do linchamento, onde o professor Vicente Morelatto<sup>340</sup> fez poesias como forma de manifestação, novamente a poesia foi uma forma de manifestação para demonstrar a insatisfação com os rumos do processo investigatório, no *Caso Chiarello*.

Tem-se como exemplo, a canção religiosa *Mataram mais um irmão*<sup>341</sup>, que foi cantada nos eventos em homenagem a Marcelino Chiarello, também impulsionada por esta ligação do vereador com a Igreja Católica. O posicionamento pela tese de assassinato claro é reafirmado, bem como os aspectos teológicos da concepção da construção da figura de mártir<sup>342</sup>, já que o refrão desta canção

<sup>339</sup>MANIFESTAÇÃO de indignados em Chapecó. Produzido pelo Programa *Estúdio A* da TV UNO(Unochapecó). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zwQgQy-tMt0>>. Publicado por TV Poder ao Povo, 10/01/2012. Acesso em 07/03/2017.

<sup>340</sup>SANTOS, Jovani, op. cit.

<sup>341</sup>ZEZINHO, Padre. **Mataram mais um irmão**. Álbum *Prá ver a paz acontecer*, 1987.

<sup>342</sup>BELEBOM, Itamar, 2017, op. cit.



repete “ele ressuscitará, ressuscitará”<sup>343</sup>.

Também com viés religioso, uma adaptação da música *Um certo galileu* (também de Padre Zezinho), feita por Darci João Cenci, o qual trabalhou como assessor parlamentar de Marcelino, também tem sido cantada nos atos do Fórum em Defesa da Vida. No refrão, mais um indicativo claro pela tese de assassinato “e mataram Marcelino Chiarello, e apagaram todas as provas que existiram, mas um dia a verdade vencerá e a justiça reinará”<sup>344</sup>. Novamente, a mensagem da letra aproxima Marcelino do plano dos mártires, no viés teológico, e aponta claramente para a crença na tese de assassinato.

Há outros exemplos, como a letra de rap *Terra de Coronéis*<sup>345</sup>, no trecho em que diz “na terra onde assassinam e transformam em suicídio, tipo aqueles que tombaram o Marcelino, os caboclos, nos índios”. E na mesma canção, mais adiante, menção ao linchamento de 1950: “a lembrança da barbárie, os irmãos queimados vivos por um bando de covarde”<sup>346</sup>. A letra traz menção ao coronelismo, em seu título, e faz este paralelo entre o linchamento de 1950 com a morte de Marcelino, sendo que o artista se posiciona, pela tese do assassinato, não esquecendo o processo colonizador, quando menciona caboclos e índios. E em outro rap, sequência dos artistas SRR, *Terra de Coronéis II*<sup>347</sup>, “o sangue do linchamento, dos índios, do Marcelino”, novamente é feita esta associação coronelismo, linchamento, Marcelino, com a menção aos índios.

Leonardo Boff, em vídeo de homenagem a Marcelino<sup>348</sup>, destaca que “Marcelino Chiarello é um mártir da vida e da justiça. É mentira que ele se suicidou, porque alguém que lutou pela vida como ele, jamais ia tirar a vida”. Neste caso, a trajetória de Marcelino Chiarello é mantida nesta aproximação com a Teologia da Libertação. Boff é vinculado à linha de pensamento da Igreja Católica no cenário nacional, e grava vídeo em homenagem a Marcelino.

No campo das manifestações, também foram feitos panfletos, cartilhas e outdoors, como

---

<sup>343</sup>ZEZINHO, Padre, 1987, op. cit.

<sup>344</sup>CENCI, Darci João. Adaptação de *Um certo galileu* (Padre Zezinho). Disponível em: < <https://www.facebook.com/sitespm.chr/videos/1753921078164113/>> Publicado em 28/11/2015. Acesso em 28/02/2018.

<sup>345</sup>TERRA de coronéis. SRR part. Malko (Haiti). Publicado em 02/07/2016 por Selva TV. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=75nm2AiOOCw>>. Acesso em 27/02/2018.

<sup>346</sup>Ibidem.

<sup>347</sup>TERRA de Coronéis II. SRR part. Griôs (Prod. Lord Ícaro). Publicado em 03/09/2018 por Selva TV. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=oWr3MftBV5g>>. Acesso em 27/02/2018.

<sup>348</sup>MARCELINO Chiarello – Depoimento de Leonardo Boff. Publicado por Edivandro Luiz Frare em 28/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=knxnvJ7szYY>. Acesso em: 01/03/2018.

parte da pressão popular movida pelo Fórum em Defesa da Vida:

**Foto 6 – Outdoors do Fórum em Defesa da Vida em Chapecó-abril de 2013.**



Fonte: ND Oeste<sup>349</sup>

Considerando que Marcelino fazia parte do Conselho Estratégico Social da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)<sup>350</sup>, uma série de desdobramentos no âmbito da universidade aconteceram. Em 28 de novembro de 2012, no primeiro ano da morte de Marcelino, instalou-se a Comissão da Verdade, no âmbito da UFFS<sup>351</sup>. Em âmbito nacional, as Comissões da Verdade visam buscar aspectos silenciados/escondidos durante o período militar. O reitor em exercício da UFFS naquele contexto, Antônio Andrioli destacou que “Marcelino era membro do Conselho Estratégico da UFFS e teve grande importância na fase de constituição da Universidade, por isso realizamos, também, esse seminário, em memória do Vereador”<sup>352</sup>.

No dia 05 de agosto de 2013, em evento que contou com a presença da ministra-chefe da

<sup>349</sup>PT de Chapecó divulga nota sobre o caso Chiarello. Disponível em: < <https://ndonline.com.br/oeste/noticias/pt-de-chapeco-divulga-nota-sobre-a-morte-de-chiarello>>. Publicado em 19/04/2013. Acesso em 01/02/2018.

<sup>350</sup>Em 15 de setembro de 2009, portaria assinada pelo ex-presidente Lula determinou a criação da UFFS, que iniciou suas atividades em 2010. E pela Ata da 1ª sessão extraordinária de 2011 do Conselho Estratégico Social da UFFS, de 15 de agosto de 2011, indica-se que Marcelino Chiarello era o representante do Sinte em tal Conselho.

<sup>351</sup>UFFS debate direitos humanos e apresenta Comissão da Verdade. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao/noticias/uffs-debate-direitos-humanos-e-apresenta-comissao-da-verdade](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/uffs-debate-direitos-humanos-e-apresenta-comissao-da-verdade)>. Publicado em 29/11/2012. Atualizado em 24/03/2017. Acesso em 26/12/2017.

<sup>352</sup>Idem.

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Maria do Rosário Nunes<sup>353</sup>, o *Caso Chiarello* reafirma a projeção nacional. Além de receber cópia do parecer técnico da USP sobre o caso, visitou a UFFS, e conheceu a concepção do Centro de Referência em Direitos Humanos, que mais tarde levou o nome Marcelino Chiarello<sup>354</sup>. Maria do Rosário apontou que “já estava acompanhando o caso através das informações repassadas pelo deputado Pedro Uczai”<sup>355</sup>, e ainda destacou “farei contato com o procurador Geral de Justiça do Estado para que ele designe um procurador de Florianópolis para que as investigações continuem”<sup>356</sup>.

No dia 20 de março de 2014, inaugurou-se o Centro de Referência em Direitos Humanos da UFFS<sup>357</sup>, que mais tarde incorporou o nome do vereador. Atualmente, o centro é reconhecido pelo nome Centro de Referência em Direitos Humanos e Igualdade Racial Marcelino Chiarello<sup>358</sup>.

Em 20 de agosto de 2013, o estudo científico da USP, uma das versões sobre o *Caso Chiarello* que apontam para a tese de homicídio, foi o tema de evento proposto pela Comissão da Verdade da UFFS, pelo Fórum em Defesa da Vida por Justiça e Cidadania e pelo Diretório Central dos Estudantes da UFFS.<sup>359</sup> Naquele evento o reitor da instituição, Jaime Giolo, ponderou que “o princípio da verdade é importante para que a sociedade possa avançar. A verdade precisa prevalecer sobre a obscuridade e a mentira”<sup>360</sup>. Ainda no evento, Claiton Márcio da Silva, membro da Comissão da Verdade da UFFS, apontou que “é dever da Comissão pronunciar-se em possíveis casos de violação de direitos humanos em que autoridades públicas possam estar envolvidas, tanto no passado quanto na atualidade”<sup>361</sup>.

Outra questão diz respeito à relação de Marcelino Chiarello com os movimentos sociais.

---

<sup>353</sup>Maria do Rosário é deputada federal (PT-RS).

<sup>354</sup>CASO Chiarello: Reforço da ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos. Disponível em: <[http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Caso\\_chiarello\\_reforco\\_da\\_ministra-chefe\\_da\\_secretaria\\_de\\_direitos\\_humanos\\_\\_8468](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Caso_chiarello_reforco_da_ministra-chefe_da_secretaria_de_direitos_humanos__8468)>. Publicado em 06/09/2013. Acesso em 26/12/2017.

<sup>355</sup>Idem.

<sup>356</sup>Idem.

<sup>357</sup>UFFS inaugura Centro de Referência em Direitos Humanos. Disponível em: <<https://crdhfronteirasul.wordpress.com/2014/03/18/uffs-inaugura-centro-de-referencia-em-direitos-humanos/>>. Publicado em 18/03/2014. Acesso em 26/12/2017.

<sup>358</sup>CENTRO de Referência em Direitos Humanos/UFFS incorpora ações de igualdade racial. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao/noticias/centro-de-referencia-em-direitos-humanos-uffs-incorpora-acoes-de-igualdade-racial](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/centro-de-referencia-em-direitos-humanos-uffs-incorpora-acoes-de-igualdade-racial)>. Publicado em 12-01/2017. Acesso em 26/12/2017.

<sup>359</sup>UFFS discutiu estudo científico sobre morte do vereador Marcelino Chiarello produzido pela USP. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao/noticias/uffs-discutiu-estudo-cientifico-sobre-morte-do-vereador-marcelino-chiarello-produzido-pela-usp](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/uffs-discutiu-estudo-cientifico-sobre-morte-do-vereador-marcelino-chiarello-produzido-pela-usp)>. Acesso em 26/12/2017.

<sup>360</sup>Idem.

<sup>361</sup>Idem.

Seu nome é lembrado em diversos contextos. Um exemplo é o Acampamento Marcelino Chiarello. Este acampamento surge quando no dia 04 de junho de 2016, o MST fez a ocupação de uma área de terras no município de Guatambu (SC)<sup>362</sup>. A área de terras ocupada é a Floresta Nacional de Chapecó, uma área de cerca de 800 hectares, sendo que metade dela é composta de *pinus*, madeira exótica<sup>363</sup>. A ocupação aconteceu na área de reflorestamento com espécie exótica. No dia 28 do mesmo mês, obedecendo ordem judicial, os integrantes do MST deixaram a área da Floresta Nacional de Chapecó e se dirigiram provisoriamente para uma propriedade cedida por um pequeno agricultor de Guatambu<sup>364</sup>.

Após o ocorrido, a ocupação do Acampamento Marcelino Chiarello instalou-se na fazenda inicialmente indicada como Linha Baliza em Xanxerê (SC), que mais tarde constatou-se ser na Linha Vargem Bonita, em Faxinal dos Guedes (SC). A ocupação ocorreu na madrugada do dia 22 de agosto do mesmo ano<sup>365</sup>. A área de terras, pertencente a empresa Sementes Prezzotto, segundo Vilson Santin, um dos líderes do MST em Santa Catarina, pertenceria ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e adquirida por esta empresa que estaria inadimplente há 30 anos.<sup>366</sup> A análise do discurso indica um paradoxo de conceitos (ocupa/invade): as fontes de pesquisa trazidas foram duas matérias publicadas pelo G-1, portal de notícias da Rede Globo. O primeiro título, do ocorrido em Guatambu, foi “Grupo sem-terra ocupa Floresta Nacional de Chapecó”. No segundo caso, de Faxinal dos Guedes/Xanxerê foi “Integrantes do Movimento Sem Terra invadem fazenda em Xanxerê”.

Entretanto, no dia 29 de novembro de 2017, cumprindo ordem judicial expedida dia 28, seis anos após a morte de Marcelino Chiarello, forças policiais com um aparato de cerca de 200 policiais, uso da cavalaria e helicóptero, realizaram o despejo das famílias acampadas. Foi feita a destruição dos barracos e das plantações, sendo que boa parcela destas famílias ficou alojada em

---

<sup>362</sup>GRUPO sem-terra ocupa Floresta Nacional de Chapecó, no Oeste. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/06/grupo-sem-terra-ocupa-floresta-nacional-de-chapeco-no-oeste.html>>. Publicado em 04/06/2016. Atualizado em 06/06/2016. Acesso em 26/12/2017.

<sup>363</sup>Idem.

<sup>364</sup>GRUPO ligado ao MST deixa Floresta Nacional de Chapecó. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/06/grupo-ligado-ao-mst-deixa-floresta-nacional-de-chapeco.html>. Publicado em 28/06/2016. Acesso em 26/12/2017.

<sup>365</sup>INTEGRANTES do Movimento Sem Terra invadem fazenda em Xanxerê, SC. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/08/integrantes-do-movimento-sem-terra-invadem-fazenda-em-xanxere.html>. Publicado em 22/08/2016. Acesso em 26/12/2017.

<sup>366</sup>Idem.

ginásio esportivo no município de Faxinal dos Guedes.<sup>367</sup> No dia 17 de fevereiro de 2018, famílias sem-terra tornaram a ocupar esta fazenda.<sup>368</sup> Destaca-se também que foi produzido um filme-documentário sobre este acampamento, com o título *Acampamento Marcelino Chiarello: a terra que alimenta a resistência*<sup>369</sup>.

Além do acampamento com o nome de Marcelino, os professores Simone Marcon e Jandir Santin fundaram em parceria com outras pessoas, a Livraria Marcelino Chiarello, que tem como temáticas principais de seus livros publicações ligadas a luta política, sindicalismo, direitos humanos, justiça social, trajetória de lideranças de movimentos sociais, clássicos do marxismo, dentre outros. A livraria se localizava no Bairro Esplanada, em Chapecó, contudo, ganhou caráter itinerante (a livraria é um veículo Kombi), sendo atualmente dirigida por Andreia Puhl e Ernesto Puhl, lideranças ligadas ao MST.

E a partir de 2016, o Fórum em Defesa da Vida passou a projetar uma nova alternativa de mobilização: um julgamento popular. Enquanto atividade de mobilização, o Julgamento Popular do *Caso Chiarello* teve seu início com ato público na Praça Coronel Bertaso, no dia 12 de setembro de 2017, com previsão de evento final para o dia 30 de junho de 2018, em salão do Bairro Passo dos Fortes, em Chapecó. Antes do ato final, várias reuniões preparatórias estão sendo realizadas, em vários bairros de Chapecó, por meio da discussão sobre o papel do Judiciário, e levantamento de problemas do processo investigatório do *Caso Chiarello*. A intenção do Julgamento Popular é que ao destacar possíveis contradições e falhas do processo investigatório, exista a possibilidade de reabrir o *Caso Chiarello*.

Sobre o julgamento popular, destaca-se o que conceitua o juiz maranhense Jorge Moreno, que tem coordenado as atividades deste julgamento. Questionando sobre o que é um julgamento popular, Jorge Moreno afirma que<sup>370</sup>:

---

<sup>367</sup>MAIS de 200 famílias despejadas na reintegração de posse no oeste de SC. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Portal.Desacato/videos/1555175684572890/>>. Publicado em 04/12/2017. Acesso em 26/12/2017.

<sup>368</sup>FAMÍLIAS do MST voltam a ocupar fazenda no Oeste de SC. Publicado em 19/02/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/familias-do-mst-voltam-a-ocupar-fazenda-no-oeste-de-sc.ghml>>. Acesso em: 01/03/2018.

<sup>369</sup>ACAMPAMENTO Marcelino Chiarello: a terra que alimenta a resistência. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yAHCYMXxsvM>>. Acesso em 07/03/2017. Publicado por Angélica Dezem em 13/09/2017.

<sup>370</sup>Entrevista de Jorge Moreno, op. cit, 10/09/2017.

É o ponto de culminância de uma metodologia desenvolvida pela sociedade civil - conjunto de organizações, redes e articulações sociais, denominada Tribunal Popular do Judiciário, já aplicada no Maranhão e na Bahia, como resposta à verificada situação de negação e violação de direitos humanos, praticada por agentes do Estado brasileiro, através de atos e omissões, capazes de mostrar, revelar e tornar pública a intrínseca relação de cumplicidade, conivência, complacência ou condescendência de autoridades públicas com os violadores de direitos, na maioria das vezes, interesses de detentores de poder ou riqueza.

Jorge Moreno, na mesma entrevista, problematizou os problemas no funcionamento das instituições brasileiras, do campo jurídico e policial, apontando que<sup>371</sup>:

consegue-se compreender que o mau funcionamento da máquina do sistema não é um fato à toa, um desleixo sem propósito ou não intencional. A morosidade na apuração e julgamento, os abusos, arbitrariedades e ilegalidades cometidas vinculam-se à compreensão de que os poderosos e ricos não podem ser punidos, ou quando ocorre, uma raridade, diga-se de passagem, são seletivos, quase sempre traduzidos em decisões distintas para os mesmos casos, comportamento nitidamente parcial.

Costuma-se chamar isso de incompetência, falhas, erros, desleixos, omissões ou, uma forma mais suave, de “formação da convicção do julgador”, quando na verdade são artifícios para esconder ou ocultar essa rede de relações promíscuas entre agentes do Estado e detentores de poder e riqueza.

Não é possível que autoridades públicas, de perfil técnico, submetidas a concurso público dito rigoroso por essas próprias autoridades, errem tanto, cometam tantas falhas e irregularidades, tenham pontos de vista tão distintos, às vezes a mesma autoridade, sem nenhum interesse a mover ou sentido subjacente.

E sobre o porquê de o *Caso Chiarello* ser objeto de um julgamento popular, destacou sobre a trajetória de Marcelino, afirmando que<sup>372</sup>:

Marcelino era um militante social, um defensor dos direitos humanos, uma autoridade comprometida e engajada com uma administração pública correta, honesta e proba. Fez várias denúncias, apurou diversos fatos de irregularidades e ilicitudes, todos comprovadamente, alguns já com decisões, outros ainda em tramitação no judiciário e no Ministério Público. Em certo dia, é encontrado morto. A primeira tese, unanimidade entre as autoridades e agentes públicos, foi a do homicídio, inclusive noticiada amplamente, corroborada posteriormente pelo laudo de um perito sério, profissional respeitado e com larga experiência nesse assunto.

Bom que se diga que seus laudos, tanto quando dizia respeito a suicídio, como a homicídio, nunca foram objeto de recusa ou reformulação. A partir de determinado momento, aparece a tese do suicídio, nunca ventilada, completamente oposta ao primeiro laudo, destoante da cena do fato e contrária ao perfil do Marcelino. Observa-se que essa segunda tese não é construída e posta nos autos sem uma série de pressões, assédios e intimidações sobre o

---

<sup>371</sup>Ibidem.

<sup>372</sup>Ibidem.

perito que teve acesso ao corpo do Marcelino, antes, durante e depois. Interferências indevidas, fatos contraditórios, inusitados e irregulares começam a fazer parte do procedimento de apuração e depois do processo, alguns fatos, inclusive, podendo configurar crime contra a administração pública.

Moreno complementou, apontando que as famílias e amigos nunca exerceram pressão por acreditar nas instituições. Por meio do julgamento popular, entende-se que o caso se torna mais transparente<sup>373</sup>:

Ora, se a família, seus parentes, amigos nunca exerceram nenhuma pressão sobre a conclusão, muito menos qualquer forma de interferência, esperando apenas o correto procedimento, por que tudo isso ocorreu? O que fez mover essas autoridades e agentes públicos para tão acintosas ações, comportamento nitidamente criminoso? Que interesses são esses? Para isso serve o julgamento popular, para dar transparência ao caso, mostrar os erros, ilegalidades, descabimentos, falhas e omissões praticados por autoridades públicas, fatos presentes nos autos, que devem ser mostrados ao povo para que as autoridades expliquem seus atos.

Abaixo, foto do lançamento do Julgamento Popular na Praça Central de Chapecó:

**Foto 7 – Lançamento do julgamento popular do *Caso Chiarello*<sup>374</sup>**



Fonte: Flávia R. Durgante

A projeção da figura Marcelino para a História está posta. A concepção teológica do

<sup>373</sup>Ibidem.

<sup>374</sup>INICIA o Julgamento Popular do caso Marcelino Chiarello. Disponível em: <<https://www.gazetadechapeco.com/single-post/2017/09/13/Inicia-o-Julgamento-Popular-do-caso-Marcelino-Chiarello>>. Publicado em 13/09/2017. Acesso em 03/02/2018.

mártir<sup>375</sup> se materializa. Outras lideranças de movimentos sociais podem servir de exemplo: Chico Mendes, assassinado em Xapuri (AC) em 1988, virou referência nas lutas dos seringueiros e demais povos da floresta amazônica, objeto de estudos e publicações, e de uma canção da banda mexicana Maná (*Cuando los angeles lloran*); Margarida Alves, assassinada em Alagoa Grande (PB), além dos estudos, é referência de luta para as mulheres, em especial do campo (em agosto de cada ano é realizada em Brasília a *Marcha das Margaridas*); Padre Josimo Tavares, assassinado em função de sua luta pelos posseiros e sem-terras do Bico do Papagaio (na época Goiás, hoje Tocantins), referência de religioso envolvido na luta, objeto de estudos, caso no qual o juiz Jorge Moreno trabalhou (conforme destacado anteriormente). Ainda podem ser inseridos vários outros casos, como o da freira Dorothy Stang, ou de trabalhadores rurais sem-terra, lideranças de movimentos sociais, militantes de direitos humanos, que são assassinados todos os anos pela sua atuação político-social.

Como apontou em carta datada de 2013, Dione Guarnieri Chiarello, a esposa de Marcelino, “MARCELINO se eternizou na humanidade, porque seus princípios e ideais não morrem nunca. ELE está vivo, ressuscitado no coração e na atitude de quem pratica o bem e a verdade<sup>376</sup>.”

Com base nas palavras de Dione Guarnieri Chiarello, este trabalho teve como intenção descrever a importância de Marcelino Chiarello como líder político, professor e liderança dos movimentos sociais, sem esquecer do processo formador das características regionais (cultura, política, sociedade). Ao situar *Fronteira Sul*, oeste catarinense, Chapecó, características históricas são associadas. Esta trajetória não está descolada da historicidade. Há menção também a Dom José Gomes, pois se evidencia a forte influência do Bispo na atuação político-social de Marcelino Chiarello. Sua morte, em 28 de novembro de 2011, também tem elementos que geram dúvidas, incertezas, contradições e indignação, clamor popular.

A função da História não é exatamente a da investigação em sentido policial, mas o historiador não deixa de ser o investigador que falará daquilo que gostaria de se ver silenciado, esquecido.

---

<sup>375</sup>BELEBOM, Itamar, op. cit, 2017.

<sup>376</sup>UCZAI, Pedro, op. cit, 2015, p.49.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas **Considerações Finais**, buscou-se retomar os objetivos apresentados no início do trabalho, para avaliar as análises alcançadas, bem como apontar as dificuldades que de uma forma ou de outra impediram que alguns objetivos fossem plenamente realizados. Conforme foi colocado na **Introdução**, o principal objetivo proposto foi fazer uma análise da trajetória de Marcelino, destacando sua formação política e social, a influência de Dom José Gomes e da Teologia da Libertação, e a atuação política de Marcelino. Todos os aspectos que foram destacados na trajetória de Marcelino ganharam uma nova dimensão a partir de sua morte trágica, de modo que foi necessário fazer também uma análise das circunstâncias desta morte, e uma correlação com os aspectos políticos históricos de Chapecó, em que acontecimentos do passado reafirmam a continuidade do modelo mandonista ou coronelista de poder.

Avalia-se que objetivos expostos na **Introdução** foram alcançados. No capítulo **Marcelino Chiarello: cenário de inserção**, desenvolveu-se uma ampla análise da História Política de Chapecó como município, inserindo nesta discussão: i) o processo de colonização iniciado pela Colonizadora Bertaso & Mais, que tinha como um dos sócios o Coronel Ernesto Francisco Bertaso; ii) a formação das elites chapecoenses<sup>377</sup>; iii) o linchamento de 1950<sup>378</sup> e os aspectos sociológicos do acontecimento que serviu para propósitos de poder; iv) a cassação do prefeito Sadi de Marco na década de 1960<sup>379</sup>; v) a inserção de Dom José Gomes na Diocese de Chapecó e suas contribuições na formação de lideranças da Igreja Católica e de movimentos sociais; vi) a eleição de José Fritsch em 1996 e inserção de Marcelino Chiarello em cargos políticos, além da tentativa de cassação de José Fritsch<sup>380</sup>.

No capítulo **Marcelino Chiarello vereador**, a análise dos seus dois mandatos indicou que o nível da sua atuação parlamentar se articula com seu arcabouço formador, de seminarista constituído por elementos da influência de Dom José Gomes e da Teologia da Libertação. Chiarello foi um vereador de oposição que mobilizou uma série de denúncias contra agentes políticos locais (Fundo Social, lombadas eletrônicas, merenda escolar, transporte coletivo, dentre outras), conforme analisado por meio de diversas fontes no desenvolvimento do capítulo em questão.

---

<sup>377</sup>HASS, 2001, op. cit.

<sup>378</sup>HASS, 2003, op. cit.

<sup>379</sup>SILVA, 2014, op. cit.

<sup>380</sup>BOTH, 2004, op. cit.

No capítulo **A morte trágica do vereador**, foram analisados dois pontos norteadores: i) o cenário chapecoense a partir da data de 28 de novembro de 2011, e repercussões posteriores; e ii) as contradições entre os laudos pela materialidade da morte de Marcelino, e as incoerências apontadas pelo Fórum em Defesa da Vida para com o processo investigatório, além das mobilizações populares que não aceitam a narrativa da morte de Chiarello pela tese de suicídio. Nesse sentido, a trajetória de Marcelino mantém-se viva, e as análises das homenagens, do próprio Fórum em Defesa da Vida e do Julgamento Popular do Caso Marcelino Chiarello também se fazem presentes no capítulo **A morte trágica do vereador**.

Apesar de a morte de Marcelino ser considerada recente, já existem vários trabalhos jornalísticos e acadêmicos sobre o tema. No entanto, em nível de pós-graduação, esta é a primeira Dissertação que analisa o assunto, colocando o pesquisador frente a uma grande responsabilidade, e às dificuldades para a sua realização.

Com relação às dificuldades, entende-se que a proximidade temporal com um acontecimento trágico, além das versões paradoxais acerca do fato, faz com que qualquer análise necessite de uma reflexão bastante profunda do pesquisador. Os cuidados éticos também se constituíram em uma fonte de preocupação na elaboração do trabalho. Preocupou-se em checar as várias possibilidades de fontes, evitando qualquer resquício de induções acusatórias. Nessa direção, considera-se que o trabalho produzido construiu uma narrativa que permite ao leitor pensar sobre as várias possibilidades da vida e da morte de Marcelino Chiarello, além de trazer algumas contribuições para a historiografia política e regional de Chapecó.

É importante retratar também alguns aspectos técnicos e metodológicos do trabalho. Um dos aspectos refere-se ao número extenso de referências bibliográficas. A pesquisa necessitou comparar fontes, sendo que matérias jornalísticas, tanto de edições impressas como de plataformas virtuais, foram bastante utilizadas. Percebeu-se que o encadeamento das informações sobre o caso gerou uma multiplicidade de informações secundárias, para as quais também foi buscado fontes.

Em relação à concepção de vida de Marcelino Chiarello, compreende-se que sua práxis política estava embasada nos pressupostos da Teologia da Libertação. No trabalho buscou-se construir algumas diferenças entre as abordagens de Giovanaz (2016) e Uczai (2015), fazendo-se uso dos dois trabalhos para a dissertação. Entende-se que Giovanaz (2016) e Uczai (2015) tratam

com mais centralidade a morte de Marcelino, e nesta dissertação, buscou-se dissertar sobre a vida de Marcelino, interrompida na morte trágica.

Quanto aos apontamentos dos aspectos históricos da política em Chapecó, de elementos que constituem características do mandonismo e do coronelismo político, fez-se a análise não com o objetivo de igualar os contextos temporais diferenciados. Compreende-se que o mandonismo e o coronelismo funcionam como estratégia de manutenção das elites chapecoenses no poder. São contextos e personagens diferentes, porém possuem semelhanças que aproximam o processo de colonização a partir de 1917, o linchamento de 1950, a cassação do prefeito Sadi de Marco, a tentativa de cassação do ex-prefeito José Fritsch, as ameaças sofridas pelas suas atuações políticas pelos Bispos Dom José Gomes, e posteriormente, por Dom Manoel Francisco, alicerçado em uma série de produções acadêmicas sobre tais fatos, ou nas análises feitas de publicações da imprensa.

Marcelino Chiarello pode estar inserido neste cenário. Chiarello era um vereador de oposição, e durante 2005 a 2011 fez enfrentamentos ao *status quo* do poder político local, que naquele contexto estava com as forças políticas que mais se identificam com a tradição das elites chapecoenses. Os depoimentos de Mônica Hass e Claiton Márcio da Silva no filme *A conquista* permitem fazer aproximação dos diferentes contextos, de que a morte de Marcelino se aproxima de aspectos da tradição do mandonismo político em Chapecó. Silva<sup>381</sup>, em artigo escrito em jornal local, ressignifica o coronelismo para o contexto de 2011.

A influência do Bispo Dom José Gomes e da Teologia da Libertação nos aspectos formadores de Marcelino ficam evidenciadas, tanto pela análise de parte de sua atuação parlamentar, bem como pela entrevista com Vanda Casagrande<sup>382</sup>, e ainda pela forte presença de aspectos religiosos (e de lideranças ligadas à Igreja Católica), nas mobilizações populares do Fórum em Defesa da Vida. Marcelino Chiarello teve uma trajetória política em que a influência teológica da Teologia da Libertação se fez presente. A interrupção da vida na morte trágica não significa um descompasso com a trajetória, já que seu nome passa a surgir como forma de homenagem em acampamento, na livraria, no Centro de Referência em Direitos Humanos, nas mobilizações do Fórum em Defesa da Vida, em julgamento popular.

---

<sup>381</sup>SILVA, 09/05/2013, op. cit.

<sup>382</sup>Entrevista 3 concedida a Cesar Capitanio, op. cit.

No que se refere às atuações políticas de Marcelino, fica evidenciado que a coordenação do Orçamento Participativo, na gestão de Pedro Uczai, foi o que lhe proporcionou projeção eleitoral. Foi candidato a vereador, em 2004, pela primeira vez, elegendo-se como o mais votado de seu partido. Mas pela derrota em nível de Executivo do PT, Marcelino colocou-se na condição de vereador de oposição ao ex-prefeito João Rodrigues. Em 2008, Marcelino se reelegeu vereador.

Sua atuação parlamentar, pelas documentações analisadas, em especial o acervo de Marcelino Chiarello no CEOM, apontam sua ligação com as comunidades, e o papel fiscalizador do parlamentar Marcelino. Uma série de denúncias encaminhadas por Marcelino Chiarello ao Ministério Público tornaram-se processos de investigação por supostos desvios de verbas públicas, e que atingiram uma série de políticos locais, ligados às administrações do município, tanto da gestão de João Rodrigues como da gestão de José Cláudio Caramori.

Se o pêndulo da narrativa foi maior para a tese de homicídio, explica-se o motivo: existem segmentos da sociedade que se mobilizam com vistas ao esclarecimento da morte por esta tese. As manifestações políticas públicas, em órgãos de imprensa, apontaram em um primeiro momento, para a tese de homicídio. Quem rompeu publicamente a narrativa de homicídio, em 2011, foi o ex-vereador Luiz Antônio Agne, antes inclusive do laudo apresentado pelo IGP-SC, assinado por Zulmar Coutinho, o legista do IGP-SC.

Ao retornar ao laudo do legista Antônio de Marco, as contradições do processo investigatório, e o laudo produzido pela equipe de Medicina Legal da USP, liderada pelo médico Daniel Muñoz, compreende-se que a hipótese mais clara é a da tese de homicídio. No mesmo sentido, não se pode desconsiderar que um grupo significativo de pessoas continue se mobilizando por não concordar com o desfecho da morte de Marcelino pela tese de suicídio. Por meio do Fórum em Defesa da Vida, está sendo organizado Julgamento Popular para o caso, com a participação da sociedade. Constitui-se de um processo com cerca de duas mil páginas, apontando erros e omissões, além de pressões a profissionais que indicam a possibilidade de resquícios de mandonismo político em Santa Catarina.

Subsumindo esta compreensão, vários questionamentos/interrogações surgem. Dentre elas destaca-se o fato de que dois laudos apontam para o homicídio (legista do IML e parecer de equipe de Medicina Legal da USP), e diversas entidades, amigos, familiares, professores continuam a se

mobilizar por esta tese. Se esta possibilidade de morte prevalece, interroga-se em que medida as angústias, os medos, a confissão de renúncia do mandato<sup>383</sup> podem ter relação.

Esta compreensão, de que sua morte tenha relação com sua atividade parlamentar, é um pressuposto pelo qual a análise desta pesquisa, seja pela intensidade de denúncias contra agentes políticos locais, seja pela tese de renúncia de seu mandato, levantada por Marcelino e apontada nas entrevistas concedidas ao autor por Vanda Casagrande e Euclides da Silva, sugerem esta relação. E a tese de renúncia levantada por Marcelino, pelo pressuposto da proteção à sua família, em razão das dificuldades que a sua atividade parlamentar trazia e por se sentir ameaçado em razão desta atividade parlamentar, podem referendar esta possibilidade.

Sendo assim, a tradição política chapecoense, em que o histórico demonstra vários contextos em que o modelo mandonista de poder prevaleceu, o assassinato de Marcelino Chiarello é mais um exemplo deste tipo de prática. E triunfando esta possibilidade, questiona-se como Giovanaz (2016), quem matou Marcelino?

Cabe destacar também que não foi intenção da dissertação fazer uma análise técnica dos laudos. Entende-se que para poder escrever sobre o tema, ler os laudos foi uma necessidade. Nesse sentido, o laudo produzido por uma equipe colegiada de Medicina Legal da USP, assinado pelo médico Daniel Muñoz, possui características de ser o laudo mais completo e que responde melhor ao cenário de 28 de novembro de 2011, e se associa ao laudo cadavérico do legista Antônio de Marco, o que indica que a tese de homicídio está materializada. Portanto, questiona-se por que o Ministério Público desconsiderou tal laudo<sup>384</sup>. E ainda se interroga: a data de 28 de novembro de 2011, ficará no imaginário popular chapecoense como o linchamento de 1950?

Fariñas<sup>385</sup> ao se referir ao momento político brasileiro contemporâneo, afirma que o “Brasil está vivendo tempos de (des)democratização da democracia, de involução institucional e de regressão do Estado de Direito”. Os acontecimentos recentes, dos assassinatos do líder ambiental Paulo Sérgio Almeida Nascimento em Barcarena (PA), após ter denunciado crimes ambientais

---

<sup>383</sup>Ibidem.

<sup>384</sup>CASO Chiarello: MP pede arquivamento do processo. Publicado em 27/08/2013. Disponível em: [http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Caso\\_chiarello\\_mp\\_pede\\_arquivamento\\_do\\_processo\\_\\_8276](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Caso_chiarello_mp_pede_arquivamento_do_processo__8276)>. Acesso em 02/03/2018.

<sup>385</sup>FARIÑAS, Maria José. Regressão do Estado de Direito no Brasil (p. p 305-308). Entrevista exclusiva para Instituto Joaquín Herrera Flores (correspondente Carol Proner. In: PRONER, Carol, CITTADINO, Gisele, TENENBAUM, Márcio, RAMOS FILHO, Wilson (org.). **Resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016, p. 307

causados por uma empresa multinacional<sup>386</sup>, e da vereadora do PSOL do Rio de Janeiro Marielle Franco, juntamente com seu motorista Anderson Pedro Gomes, após Marielle ter denunciado o homicídio de um jovem em periferia<sup>387</sup>, além da execução de 5 meninos da União da Juventude Socialista em Maricá (RJ)<sup>388</sup>, e os disparos contra os ônibus da caravana que transportava o ex-presidente Lula<sup>389</sup>, dentre Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul, local que há dois anos, 3 trabalhadores rurais sem-terras foram executados<sup>390</sup>, acentuam a gravidade do contexto, somando-se ao histórico de execuções de lideranças de movimentos sociais, ambientais, de Direitos Humanos.

Ao produzir esta dissertação, por meio da análise da vida e da morte de Marcelino, projeta-se também a busca por uma sociedade mais equilibrada, em que as instituições tenham um grau de confiabilidade maior perante a sociedade, para que se viva verdadeiramente uma democracia plena. Hobsbawn, sobre a função do historiador, argumenta que “é vital o historiador lutar contra a mentira. O historiador não pode inventar nada, e sim revelar o passado que controla o presente às ocultas”<sup>391</sup>.

Marcelino presente!

---

<sup>386</sup>LÍDER ambiental é assassinado em Barcarena, no Pará. Publicado em 13/03/2018. Disponível em: < <http://portalamazonia.com/noticias/lider-ambiental-e-assassinado-em-barcarena-no-para>>. Acesso em 16/03/2018.

<sup>387</sup>‘QUANTOS mais precisarão morrer?’, postou vereadora um dia antes de ser assassinada no RJ. Publicado em 15/03/2016. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/quantos-mais-precisarao-morrer-postou-vereadora-um-dia-antes-de-ser-assassinada-no-rj.ghtml>>. Acesso em 16/03/2018.

<sup>388</sup>JOVENS são executados em condomínio de “Minha casa, minha vida”, no RJ. Disponível em: <<https://nocaute.blog.br/2018/03/26/cinco-jovens-sao-executados-em-condominio-de-minha-casa-minha-vida-em-marica/>>. Publicado em 26/03/2018>. Acesso em 24/04/2018.

<sup>389</sup>TIROS em caravana vieram de fazenda cujo dono mantém conflito com MST. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/tiros-em-caravana-vieram-de-fazenda-cujo-dono-teve-conflitos-com-mst>>. Publicado em 12/04/2018. Acesso em 24/04/2018.

<sup>390</sup>SEM-TERRA mortos no Paraná foram atingidos pelas costas. Disponível em: < <https://jornalgggn.com.br/noticia/sem-terra-mortos-no-parana-foram-atingidos-pelas-costas>>. Publicado em 08/04/2016. Acesso em 24/04/2018.

<sup>391</sup>HOBSBAWN, Eric. **Luta contra a mentira**. Entrevista concedida a Luis Antônio Giron, Revista Época, 2003. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EDR59220-6011,00.html>>. Acesso em 07/03/2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAMPAMENTO Marcelino Chiarello: a terra que alimenta a resistência. Publicado por Angélica Dezem em 13/09/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yAHCYMXxsvM>>. Acesso em 07/03/2017.

ACERVO pessoal de Edivandro Frare.

ACERVO pessoal de Pedro Chiarello.

ACERVO sobre Marcelino Chiarello no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM).

A CONQUISTA. Filme de Camila Arruda e Julherme J. Pires. Caju Líquida: Projeto Experimental II/ Curso de Jornalismo da Unochapecó, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KelhclWnOj0>>. Acesso em 20/12/2016.

APRESENTAÇÃO da professora Neiva Suzete Ferro Schneider na abertura do I Seminário do Programa de Pós-Graduação da UFFS, 28 de novembro de 2016.

BELEBOM, Itamar. **Marcelino Chiarello**: um mártir da justiça do Reino. Uma reflexão político-pastoral-espiritual. Trabalho de Conclusão de Curso. Passo Fundo: ITEPA Faculdades, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet, prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BREVES, Wenceslau. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis**, 3. (06): 07-73, 1985.

BRIGHENTI, Clóvis Antônio; MURARO, Valmir. Povos indígenas nas fronteiras da América Meridional (p. p. 33- 58). In: **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos** (Gentil Corazza e José Carlos Radin, orgs.). Florianópolis: Insular, 2016.

BOTH, Ricardo. **O processo de impeachment do prefeito José Fritsch no ano de 1998**. Monografia (Pós-Graduação em História). – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2004.

BUTTENBENDER, Ananda Cassia Fortes; GOLDSCHMIDT, Ilka Margot. **A cobertura da morte do vereador Marcelino Chiarello pelo jornal Diário do Iguaçu**: uma análise sob a perspectiva do jornalismo investigativo. 2012, 1 CD-ROM Monografia (conclusão do curso de comunicação social - habilitação em jornalismo) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2012. Disponível em: <<http://www5.unochapeco.edu.br/pergamum/biblioteca/php/imagens/00009C/00009C97.pdf>>. Acesso em 20/02/2018.

CARTA aberta ao povo do Oeste de Santa Catarina. Conselho Indigenista Missionário, julho de 2007.

CASO Chiarello: MP pede arquivamento do processo. Publicado em 27/08/2013. Disponível em:

<[http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Caso\\_chiarello\\_mp\\_pede\\_arquivamento\\_do\\_processo\\_\\_8276](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Caso_chiarello_mp_pede_arquivamento_do_processo__8276)>. Acesso em 02/03/2018.

CASO Chiarello: Reforço da ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos. Publicado em 06/09/2013. Disponível em: <[http://diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Caso\\_chiarello\\_reforco\\_da\\_ministra-chefe\\_da\\_secretaria\\_de\\_direitos\\_humanos\\_\\_8468](http://diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Caso_chiarello_reforco_da_ministra-chefe_da_secretaria_de_direitos_humanos__8468)>. Acesso em 26/12/2017.

CENCI, Darci João. Adaptação de *Um certo galileu* (Padre Zezinho). Publicado em 28/11/2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sitespm.chr/videos/1753921078164113/>>. Acesso em 28/02/2018.

CENTRO de Referência em Direitos Humanos/UFFS incorpora ações de igualdade racial. Publicado em 12/01/2017. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao/noticias/centro-de-referencia-em-direitos-humanos-uffs-incorpora-acoes-de-igualdade-racial](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/centro-de-referencia-em-direitos-humanos-uffs-incorpora-acoes-de-igualdade-racial)>. Acesso em 26/12/2017.

CHAPECÓ 100 anos: Galeria de prefeitos que já administraram Chapecó. Publicado em 11/05/2017. Disponível em: <<https://clicrdc.com.br/galeria-de-prefeitos-de-chapeco/>>. Acesso em 02/01/2018.

CHIARELLO, Marcelino. **Etnicidade e constituição dos brasileiros em Caxambu do Sul**. Monografia (Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História). Chapecó: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 1998.

CORAZZA, Gentil. Traços da Formação Socioeconômica do Oeste Catarinense (p.p 59- 90). In: **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos**. CORAZZA, Gentil; RADIN, José Carlos (orgs). Florianópolis: Insular, 2016.

CORDA no pescoço. Filme com direção de Carlos Juliano Barros e Cauê Angeli. Repórter Brasil/Onze Filmes. Publicado em 20/10/2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=roaHOYLZG\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=roaHOYLZG_Y)>. Acesso em 20/12/2016.

CORPO de ex-vereador Marcelino Chiarello é exumado no Oeste de SC. Publicado em 11/07/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/07/corpo-de-ex-vereador-marcelino-chiarello-e-exumado-no-oeste-de-sc.html>>. Acesso em 02/01/2018.

CRUZ, Mirian. **Os respingos do golpe militar em Chapecó**. Disponível em: <[http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Os\\_respingos\\_do\\_golpe\\_militar\\_em\\_chapeco\\_\\_12379](http://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/Os_respingos_do_golpe_militar_em_chapeco__12379)>. Acesso em 05/01/2018.

DE carne e osso. Filme com direção de Caio Cavechini e Carlos Juliano Barros. Realização: Repórter Brasil, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=887vSqI35i8>>. Acesso em 20/12/2016.

DIEL, Paulo Fernando. História da Igreja de Chapecó (p.p. 413-460). In: **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. CARBONERA, Mirian, ONGHERO, André Luiz, RENK, Arlene, SALINI, Ademir Miguel (Orgs.) Chapecó, SC: Argos, 2017.



DILSO Cecchin faleceu durante o mandato. Publicado em 25/08/2017. Disponível em: <<http://www.lenoticias.com.br/noticia/1724/dilso-cecchin-faleceu-durante-o-mandato>>. Acesso em 02/01/2018.

DISCUSSÕES envolvem entidades, conselho de igrejas e vereadores. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/noticias/curso-de-ciencias-da-religiao-discute-ensino-na-educacao-fundamental>>. Publicado em 27/02/2011. Acesso em: 19/04/2018.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EX-PREFEITOS de Chapecó/SC. Disponível em: <<http://www.cmc.sc.gov.br/2012/index.php/o-municipio/ex-prefeitos>>. Acesso em 26/11/2017.

FAMÍLIA de Chiarello divulga laudo da USP que aponta morte por homicídio. Publicado em 07/08/2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/08/familia-de-chiarello-divulga-laudo-da-usp-que-aponta-morte-por-homicidio.html>>. Acesso em 02/01/2018.

FAMÍLIAS do MST voltam a ocupar fazenda no Oeste de SC. Publicado em 19/02/2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/familias-do-mst-voltam-a-ocupar-fazenda-no-oeste-de-sc.ghtml>>. Acesso em 01/03/2018.

FARIÑAS, Maria José. Regressão do Estado de Direito no Brasil (p. p 305-308). Entrevista exclusiva para Instituto Joaquín Herrera Flores (correspondente Carol Proner. In: PRONER, Carol, CITTADINO, Gisele, TENENBAUM, Márcio, RAMOS FILHO, Wilson (org.). **Resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina**: o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a província de Misiones (século XX e XIX). Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FREITAS, Sirli. Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/chapeco/files/2011/11/sirli.jpg>>. Acesso em 27/02/2018.

FÓRUM em Defesa da Vida, da Justiça e da Democracia de Chapecó/Julgamento Popular do *Caso Chiarello*.

GINGZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. Tradução Federico Carotti 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição (trad. Maria Betânia Amoroso). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIOVANAZ, Daniel. **Memória e sede de justiça**: quem matou Marcelino? Brasil de Fato, 03/12/2016. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/03/memoria-e-sede-de-justica-quem-matou-marcelino-chiarello>>. Acesso em 15/10/2017.

\_\_\_\_\_. **Pressões, ameaças, confidências**: quem matou vereador catarinense

Marcelino Chiarello? Brasil de Fato, 30/11/2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/30/pessoas-ameacas-e-confidencias-quem-matou-marcelino-chiarello/>>. Acesso em 28/12/2017.

\_\_\_\_\_. **Quem matou Marcelino?** Florianópolis: Ed. do Autor (Maruim Edições), 2016.

\_\_\_\_\_. **Suicídio versus homicídio: Quem matou o vereador catarinense Marcelino Chiarello?** Brasil de Fato, 01/12/2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/12/01/suicidio-versus-homicidio-quem-matou-o-vereador-catarinense-marcelino-chiarello/>>. Acesso em 05/01/2018.

\_\_\_\_\_. **Vereador morto após denunciar esquemas de corrupção: quem matou Marcelino Chiarello?** Brasil de Fato, 28/11/2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/28/quem-matou-marcelino-chiarello/>>. Acesso em 28/12/2017.

GREVE de professores chega ao fim em Santa Catarina. Publicado em 19/07/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/07/greve-de-professores-chega-ao-fim-em-santa-catarina.html>>. Acesso em 28/12/2017.

GRUPO ligado ao MST deixa Floresta Nacional de Chapecó. Publicado em 28/06/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/06/grupo-ligado-ao-mst-deixa-floresta-nacional-de-chapeco.html>>. Acesso em 26/12/2017.

GRUPO sem-terra ocupa Floresta Nacional de Chapecó, no Oeste. Publicado em 04/06/2016. Atualizado em 06/06/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/06/grupo-sem-terra-ocupa-floresta-nacional-de-chapeco-no-oeste.html>>. Acesso em 26/12/2017.

HASS, Monica. As elites políticas e o poder local: conflitos na política de 1917 a 1998 (p.p. 253-280). In: **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. CARBONERA, Mirian, ONGHERO; André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel (Orgs.) Chapecó, SC: Argos, 2017, p.72.

\_\_\_\_\_. **Democracia e governança: o planejamento estratégico participativo de desenvolvimento urbano de Chapecó (SC) – 2001-2004**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, junho de 2006.

\_\_\_\_\_. **O linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó: Argos, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo do poder local (1945-1965)**. Chapecó: Argos, 2001.

\_\_\_\_\_. Planejamento Participativo de Desenvolvimento Urbano Sustentável: o Congresso da Cidade de Chapecó (SC) – 2001 a 2002 (p.p.295-318) In: **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos** (Gentil Corazza e José Carlos Radin, org.). Florianópolis: Insular, 2016.

HOBSBAWN, Eric. **Luta contra a mentira**. Entrevista concedida a Luis Antônio Giron, Revista Época, 2003. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR59220->

6011,00.html>. Acesso em 07/03/2018.

INICIA o Julgamento Popular do caso Marcelino Chiarello. Publicado em 13/09/2017. Disponível em: < <https://www.gazetadechapeco.com/single-post/2017/09/13/Inicia-o-Julgamento-Popular-do-caso-Marcelino-Chiarello>>. Acesso em 03/02/2018.

INTEGRANTES do Movimento Sem Terra invadem fazenda em Xanxerê, SC. Publicado em 22/08/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/08/integrantes-do-movimento-sem-terra-invadem-fazenda-em-xanxere.html>>. Acesso em 26/12/2017.

JORNAL Chapecó Urgente. Chapecó: 17/03/2009.

JORNAL Diário do Iguaçu. Chapecó: 27/02/2009.

\_\_\_\_\_. Chapecó: 11/03/2009.

\_\_\_\_\_. Chapecó, 17/03/2009.

\_\_\_\_\_. Chapecó, 30/11/2011.

\_\_\_\_\_. Chapecó, 01/12/2011.

\_\_\_\_\_. Chapecó, 02/12/2011.

\_\_\_\_\_. Chapecó, 08/12/2011.

JORNAL Voz do Oeste. Chapecó, 07/10/2009.

\_\_\_\_\_. Chapecó, 24/11/2009.

JOVENS são executados em condomínio de “Minha casa, minha vida”, no RJ. Disponível em: <<https://nocaute.blog.br/2018/03/26/cinco-jovens-sao-executados-em-condominio-de-minha-casa-minha-vida-em-marica/>>. Publicado em 26/03/2018>. Acesso em 24/04/2018.

JUSTIÇA decide não arquivar caso da morte do ex-vereador Chiarello. Publicado em 04/09/2013. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/09/justica-decide-nao-arquivar-caso-da-morte-do-ex-vereador-chiarello.html>>. Acesso em 05/01/2018.

JUSTIÇA federal recebe denúncia contra ex-prefeito de Chapecó. Publicado em 17/09/2015. Disponível em: < <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2015/09/justica-federal-recebe-denuncia-contra-ex-prefeito-de-chapeco-4850283.html>>. Acesso em 28/07/2017.

LAUDO pericial da morte de Marcelino Chiarello aponta diversas lesões no corpo do vereador de Chapecó. Publicado em 27/01/2012. Disponível em: <<http://osoldiario.clicrbs.com.br/sc/noticia/2012/01/laudo-pericial-da-morte-de-marcelino-chiarello-aponta-diversas-lesoes-no-corpo-do-verador-de-chapeco-3645466.html>>. Acesso em 02/01/2018.

LEGISLATIVO devolve de forma simbólica cargo de Prefeito a Sadi José De Marco. Publicado em 30/04/2014. Disponível em: <<http://www.cmc.sc.gov.br/2012/index.php/expediente/28->

noticias/1181-legislativo-devolve-de-forma-simbolica-cargo-de-prefeito-a-sadi-jose-de-marco>. Acesso em 05/01/2018.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LÍDER ambiental é assassinado em Barcarena, no Pará. Publicado em 13/03/2018. Disponível em: < <http://portalamazonia.com/noticias/lider-ambiental-e-assassinado-em-barcarena-no-para>>. Acesso em 16/03/2018.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história (p.p. 214-230). In: In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e atuação das chefias caboclas (1912-1916), Campinas, Ed. da UNICAMP, 2004.

MAIS de 200 famílias despejadas na reintegração de posse no oeste de SC. Disponível em: < <https://www.facebook.com/Portal.Desacato/videos/1555175684572890/>>. Publicado em 04/12/2017. Acesso em 26/12/2017.

MANIFESTAÇÃO de indignados em Chapecó. Produzido pelo Programa Estúdio A da TV UNO(Unochapecó). Publicado por TV Poder ao Povo em 10/01/2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zwQgQy-tMt0>>. Acesso em 07/03/2017.

MARCELINO Chiarello – Depoimento de Leonardo Boff. Publicado por Edivandro Luiz Frare em 28/11/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=knxnvJ7szYY>. Acesso em: 01/03/2018.

MORTE de vereador de Chapecó completa três anos hoje. Publicado em 20/11/2014. Disponível em <<http://wh3.com.br/noticia/125381/morte-de-vereador-de-chapeco-completa-tres-anos-hoje.html>>. Acesso em 18/07/2017.

MURARO, Valmir F. Sobre fronteiras e colonização (p.p. 167-189).In: RADIN, José C., VALENTINI; Delmir J., ZARTH. Paulo A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Letra & Vida: Porto Alegre, 2015.

NASCIMENTO, Andressa do. **Disseminação e conteúdo no facebook**: uma análise da cobertura do caso Chiarello no perfil do jornalista Bruno Pace Dori. 2012. 1 CD-ROM Monografia (conclusão do curso de jornalismo) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2012.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2009.

O IGP e o suicídio de Marcelino Chiarello. Publicado em 15/04/2013. Blog do Moacir Pereira, do assessor de Imprensa do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2013/04/15/o-igp-e-o-suicidio-de-marcelino-chiarello/?topo=67,2,18,,,67>>. Acesso em 02/01/2018.

OTSUSCHI, Cristina. CAPITANIO, Cesar. Análise geográfica da ocupação territorial do oeste de



RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre civilização do sertão. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2006.

REICHHARDT, David Creimer. **A Multidão Silenciosa**: Vladimir Herzog Assassinado (São Paulo, 1975), Etnografia de um Evento. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas para obtenção do Título de Mestre em Antropologia Social. Campinas: Unicamp, 2015.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

SANTOS, Jovani. **O poeta da chacina**. Chapecó: Argos, 1999.

SEM-TERRA mortos no Paraná foram atingidos pelas costas. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/sem-terra-mortos-no-parana-foram-atingidos-pelas-costas>>. Publicado em 08/04/2016. Acesso em 24/04/2018.

SILVA, Claiton Márcio. **Dos braços do povo à espada dos militares**: os anos de chumbo na Fronteira Sul (1964-1970). Florianópolis: Pandion, 2014.

\_\_\_\_\_. **Em busca da redenção do passado de Chapecó**. Jornal Gazeta de Chapecó, 09/05/2013.

SILVA, Claiton Márcio. HASS, Monica. “O Oeste Catarinense não pode parar aqui”. Política, agroindústria e uma história do ideal de progresso em Chapecó (1950-1969). In: **Revista Tempo e Argumento**, v.9, nº 21, p.p.338-374. Florianópolis: maio/agosto 2017.

SILVA, Émerson Neves da. **Campo Santo**: uma história de almas em luta contra o latifúndio. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SILVA, Moisés Pereira. **Padre Josimo e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970-1986)**. Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.

UCZAI, Pedro F. **Dom José Gomes**: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002.

\_\_\_\_\_. **Marcelino Chiarello**: em nome da verdade. Chapecó: Open Brasil Graf, 2015.

UFFS debate direitos humanos e apresenta Comissão da Verdade. Publicado em 29/11/2012. Atualizado em 24/03/2017. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao/noticias/uffs-debate-direitos-humanos-e-apresenta-comissao-da-verdade](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/uffs-debate-direitos-humanos-e-apresenta-comissao-da-verdade)>. Acesso em 26/12/2017.

UFFS discutiu estudo científico sobre morte do vereador Marcelino Chiarello produzido pela USP. Publicado em: 21/08/2013. Atualizado em 28/03/2017. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria\\_de\\_comunicacao/noticias/uffs-discutiu-estudo-cientifico-sobre-morte-do-vereador-marcelino-chiarello-produzido-pela-usp](https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao/noticias/uffs-discutiu-estudo-cientifico-sobre-morte-do-vereador-marcelino-chiarello-produzido-pela-usp)>. Acesso em 26/12/2017.

UFFS inaugura Centro de Referência em Direitos Humanos. Publicado em 18/03/2014. Disponível

em: < <https://crdhfronteirasul.wordpress.com/2014/03/18/uffs-inaugura-centro-de-referencia-em-direitos-humanos/>>. Acesso em 26/12/2017.

UM vereador que “comprava muitas brigas. Jornal Diário Catarinense, 17/12/2011.

TERRA de coronéis. SRR part. Malko (Haiti). Publicado em 02/07/2016 por Selva TV. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=75nm2AiOOCw>>. Acesso em 27/02/2018.

TERRA de Coronéis II. SRR part. Griôs (Prod. Lord Ícaro). Publicado em 03/09/2018 por Selva TV. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=oWr3MftBV5g>>. Acesso em 27/02/2018.

TIROS em caravana vieram de fazenda cujo dono mantém conflito com MST. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/tiros-em-caravana-vieram-de-fazenda-cujo-dono-teve-conflitos-com-mst>>. Publicado em 12/04/2018. Acesso em 24/04/2018.

TRANSPORTE entra em greve em Chapecó. Publicado em 21/06/2011. Disponível em: < <https://leonelcamasao2.wordpress.com/category/chapeco/>>. Acesso em 28/12/2017.

TRIBUNAL de Justiça absolve deputado João Rodrigues do processo das lombadas eletrônicas. Publicado em 26/01/2017. Disponível em: < <http://blogdoprisko.com.br/tribunal-de-justica-absolve-deputado-joao-rodrigues-do-processo-das-lombadas-eletronicas/>>. Acesso em 29/12/2017.

TRIBUNAL Regional Eleitoral de Santa Catarina. Disponível em: < [https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2004/resultado\\_final/munic/SC80810.htm](https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2004/resultado_final/munic/SC80810.htm)>. Acesso em: 03/05/2016.

\_\_\_\_\_. Disponível em: < <https://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/histeleiweb/2008/RFM2008180810.htm>>. Acesso em 02/01/2018.

VALENTINI, Delmir José; RADIN, José Carlos. Fronteira Sul: dos “espanhóis confinantes” à Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (p.13-32). In: **Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos** (Gentil Corazza e José Carlos Radin, orgs.). Florianópolis: Insular, 2016.

VALENTINI, Delmir José. **Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado**. Porto Alegre: Letra & Vida; Chapecó: Ed. UFFS, 2015.

VEREADOR de Chapecó teria dito que estava estressado e que pretendia deixar a vida pública. Publicado em 01/12/2011. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/12/vereador-de-chapeco-teria-dito-que-estava-estressado-e-que-pretendia-deixar-a-vida-publica-3581020.html>>. Acesso em 27/07/2017.

VEREADOR petista é assassinado em Chapecó. Publicado em 28/11/2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/vereador-petista-e-assassinado-em-chapeco/>>. Acesso em 02/01/2018.

ZARTH, Paulo A. Fronteira Sul: história e historiografia (p. p. 09-24). In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir J., ZARTH, Paulo A. (orgs.). História da Fronteira Sul. Letra & Vida: Porto Alegre, 2015.

ZEZINHO, Padre. **Mataram mais um irmão**. Álbum Prá ver a paz acontecer, 1987.

#### ENTREVISTAS AO AUTOR

Entrevista 1, concedida por Ângela Vitória a Cesar Capitanio em Chapecó, no dia 22/08/2017. Acervo pessoal do autor.

Entrevista 2, concedida por Euclides da Silva a Cesar Capitanio em Chapecó, no dia 13/12/2017. Acervo pessoal do autor.

Entrevista 3, concedida por Vanda Maria Casagrande a Cesar Capitanio em Chapecó, 04/01/2018. Acervo pessoal do autor.

#### ENTREVISTAS DE ÓRGÃOS DE IMPRENSA

Entrevista concedida por Augusto Melo Brandão para o programa Estúdio SC, da RBS TV de Santa Catarina. Chapecó(SC): 04/12/2011.

Entrevista concedida por Ângela Vitória para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

Entrevista concedida por Dalmir Peliciolli para o programa Estúdio SC, da RBS TV de Santa Catarina. Chapecó (SC): 04/12/2011.

Entrevista concedida por Lizeu Mazzioni para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

Entrevista concedida por Luciane Carminatti para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

Entrevista concedida por Luciano Buligon para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 29/11/2011.

Entrevista concedida por João Rodrigues para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

Entrevista concedida por José Cláudio Caramori para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC):29/11/2011.

Entrevista concedida por José Fritsch para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 29/11/2011.

Entrevista concedida por Pedro Uczai para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

Entrevista concedida por Pedro Uczai para o programa Estúdio SC da RBS TV de Santa Catarina. Chapecó (SC):04/12/2011.

Entrevista concedida por Sadi José de Marco a Claiton Márcio da Silva. Francisco Beltrão (PR): 28/11/1998.



Entrevista 1 concedida por Sérgio Martins de Quadros para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

Entrevista 2 concedida por Sérgio Martins de Quadros para a Rádio Super Condá. Chapecó (SC): 28/11/2011.

Entrevista concedida por Jorge Moreno. Lançamento do Julgamento Popular do caso Marcelino Chiarello é na terça-feira (12). Publicado em 10/09/2017. Disponível em: <<https://www.gazetadechapeco.com/single-post/2017/09/10/Lan%C3%A7amento-do-Julgamento-Popular-do-caso-Marcelino-Chiarello-%C3%A9-na-ter%C3%A7a-feira-12>>. Acesso em 02/01/2018.

## DOCUMENTOS

Ata da 1ª Sessão Extraordinária de 2011 do Conselho Estratégico Social da UFFS, 15/08/2011.

Ata 88/11 da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, de 21/11/2011.

Ata 89/11 da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, 22/11/2011.

Ata 95/11 da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, de 06 de dezembro de 2011.

Ata 96/11 da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, de 12 de dezembro de 2011.

Inquérito 91-2011-0042, Divisão de Investigação Criminal de Chapecó (DIC), 12ª Delegacia Regional de Polícia.

Laudo Pericial 50730/2011, Instituto Médico Legal de Chapecó, 28/11/2011.

Laudo Pericial Nº 0042836/ICC/2011. Instituto Geral de Perícias, Secretaria do Estado da Segurança Pública, Estado de Santa Catarina, 28/11/2011.

Laudo Nº 502/2013-INC/DITEC/DPF, 22/03/2013.

Laudo Nº 525/2012-SETEC/SR/DPF/PA, 19/11/2012.

Laudo do Departamento de Medicina Legal, Ética e Medicina Social e do Trabalho – Instituto Oscar Freire – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo (USP), 2013.

Parecer do Instituto Geral de Perícias de Santa Catarina, assinado pelo legista Zulmar Vieira Coutinho, 27 de janeiro de 2012.

Processo REP-11/00047104, 16/03/2011. Disponível em: <<http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/RelatorioTecnico/3469998.PDF>>. Acesso em 28/12/2017.

Projeto de Lei Nº 0579.6/2011. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Fonte: Fórum em Defesa da Vida, da Justiça e da Democracia de Chapecó